

ISSN 1519 - 1958



FACTU
UNAÍ - MG

Revista

FACTU

Ciência

ANO 16 VOLUME 28 – JANEIRO/JULHO/2015

ISSN 1519 – 1958

**FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DE
UNAI**



Revista

FACTU

Ciência

ANO 16 VOLUME 28 – JAN/JUL/2015

Publicada pela
Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai

Adalberto Lucas Capanema
Presidente AEPU

Maria José Lucas Capanema
Diretora Administrativa

Adalberto Lucas Capanema
Diretor Geral

José Juliano Espíndola
Diretor Acadêmico

Secretária Geral
Fabrcia Lucas de Mendonça

Contatos
Revista FACTU Ciência
Rua Rio Preto, 422 Unai – MG
CEP. 38.610-0000
Tel: 38 3676 6222

Editor da Revista
Dêner Geraldo Batista Neves

Conselho Editorial
Dêner Geraldo Batista Neves
Gabriel Moreira
Graziela Cristina Simões
Lidiane Campos dos Santos
Lilian Rodrigues Maia
Maria Aparecida de Oliveira
Michelle Lucas Cardoso Balbino
Nathalia Oliveira Martins

Revisão
Juliana Alves Lacerda

**Ficha catalográfica preparada pela seção de catalogação e
Classificação da Biblioteca da FACTU.**

Revista FACTU CIÊNCIA – Ano 16, n° 28 (Jan/Jul 2014). Unai: FACTU,
2015.

Semestral

ISSN 1519 – 1958

1. Gestão. 2. Educação. 3. Saúde. 4 Agricultura

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial. Os resultados expressos nos artigos são de inteira responsabilidade dos seus autores.

SUMÁRIO

AVALIAÇÃO DO POTENCIAL FISIOLÓGICO, MÉTODOS DE CONDICIONAMENTO E DESEMPENHO DE SEMENTES DE CENOURA	05
Aline Rodrigues Maia Carlos de Oliveira Teixeira Lílian Rodrigues Maia	
PERFIL EMPREENDEDOR DOS CONTADORES CADASTRADOS NA ASSOCIAÇÃO DE CONTADORES DE UNAÍ/MG	12
Lidiane Campos dos Santos Gabriel Moreira Jéssica Gonçalves Pires	
OS MÉTODOS INTERDISCIPLINARES APLICADOS À EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO ESCOLAR	27
Michele Lucas Cardoso Balbino Gislene Aparecida Alves Ribeiro	
IMPORTÂNCIA DA DANÇA PARA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN NA REDE REGULAR DE ENSINO	46
Gustavo Rodrigues Jainny D. N. N. Lulhi	
COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL: Estudo de caso na FACTU	61
Cláudia Aparecida Machado Lidiane Campos dos Santos Fernanda Alves Faria	
GESTÃO DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL EM EMPRESAS DE MÉDIO E GRANDE PORTE: Um estudo de caso aplicado na contabilidade interna de uma Revenda de Máquinas Agrícola de Unai/MG.	72
Gabriel Moreira Lidiane Campos dos Santos Dirceu Geraldo Rodrigues Júnior	
A FORMAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA PARA A PRÁTICA DA DOCÊNCIA EM ENFERMAGEM	82
Ana Paula Pereira Nathália Martins Oliveira	
NORMAS PARA PUBLICAÇÃO	98

APRESENTAÇÃO

O Conselho Editorial da revista FACTU CIÊNCIA têm a grata satisfação de colocar à disposição de seus leitores o 28º volume da Revista Científica, referente ao primeiro semestre de 2015. A Revista FACTU CIÊNCIA é o meio de divulgação de artigos científicos dos nossos sete cursos de graduação. Neste volume são apresentados artigos de autoria de membros do corpo docente e discente.

A revista FACTU CIÊNCIA consolida-se como uma dos mais importantes veículos de comunicação científica da região e o Conselho Editorial da Revista FACTU CIÊNCIA convida, mais uma vez, os estudiosos e pesquisadores da FACTU e de outras instituições a enviarem seus escritos para o próximo volume.

Tenham uma boa leitura.

Conselho Editorial da Revista FACTU CIÊNCIA

Os editores não assumem nenhuma responsabilidade por danos a pessoas ou propriedades que possam ser causados por uso das idéias, técnicas ou procedimentos contidos no material publicado nesta revista. A submissão de artigos pressupõe que estes artigos, com exceção dos resumos ampliados, não tenham sido publicados anteriormente, nem submetidos a qualquer outra publicação

AVALIAÇÃO DO POTENCIAL FISIOLÓGICO, MÉTODOS DE CONDICIONAMENTO E DESEMPENHO DE SEMENTES DE CENOURA

Aline Rodrigues Maia

Engenheira Agrônoma. Mestra em Produção Vegetal
Analista Ambiental da Superintendência Regional de Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável Noroeste de Minas, Unaí – MG.
Professora do Curso de Agronomia FACTU.

Carlos de Oliveira Teixeira

Engenheiro Agrônomo. Esp. Fruticultura Comercial e
Mestre em Ciência e tecnologia do leite e derivados.
Analista Ambiental da Superintendência Regional de Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável Noroeste de Minas, Unaí - MG

Lílian Rodrigues Maia

Engenheira Agrônoma, mestra em Produção Vegetal.
Consultora Ambiental da Empresa AMBMIG.
Professora do Curso de Agronomia FACTU.

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo definir o procedimento mais adequado para realizar o condicionamento fisiológico de sementes de cenoura e a influência do potencial fisiológico inicial das sementes sobre a resposta aos métodos de condicionamento. A pesquisa foi conduzida no laboratório da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí, utilizando-se sementes de cenoura do cultivar Brasília Irecê. As sementes são provenientes de mercado local e foram tratadas com 0,15% de Captan. Para a avaliação do condicionamento fisiológico, utilizou-se o teste de determinação de teor de água, germinação, emergência de plântulas, envelhecimento acelerado com solução salina de NaCl, marcha de absorção de água, hidrocondicionamento e osmocondicionamento. O delineamento experimental foi inteiramente casualizado, utilizando sementes de cenoura com quatro repetições. A análise estatística foi realizada considerando-se separadamente cada teste conduzido. Utilizou-se delineamento inteiramente casualizado, com quatro repetições para a cultivar Brasília Irecê. As médias foram comparadas pelo teste de Tukey ($p \leq 0,05$) no programa estatístico Assitat. O teste com maior porcentual de acerto na avaliação do condicionamento fisiológico foi conferido ao teste de marcha de absorção de água, mostrando serem significativos também os lotes 3 e 4 dos testes de germinação e emergência de plântulas. O teste de hidrocondicionamento não apresentou diferenças no período de 7 e 14 dias. Para o teste de osmocondicionamento não apresentaram melhorias no decorrer dos dias.

Palavras-Chaves: Condicionamento. Potencial fisiológico. Germinação.

1 INTRODUÇÃO

A cenoura (*Daucus carota L.*) é uma planta originária da região mediterrânea, norte da África e Europa e caracteriza-se como uma das mais importantes olerícolas, possuidora de altos teores de caroteno e açúcares solúveis, apresenta grandes extensões de área plantada e desenvolvimento socioeconômico dos produtores rurais. (FREITAS et al., 2009).

É uma hortaliça pertencente à família *Apiaceae*, com grande importância mundial e também no Brasil. Seu cultivo tem apresentado maiores destaques nas regiões Sudeste e Sul do país. (VIEIRA et al., 1997).

A cenoura no ano de 2010 apresentou destaque entre as hortícolas, sendo amplamente cultivada em todo Brasil e tendo Minas Gerais destaque no cenário produtivo nacional com os três maiores pólos de produção de cenoura. (VILELA E BORGES, 2008). O município de Unaí localizado no Noroeste de estado de Minas Gerais é um grande produtor de grãos com quase um quarto de toda produção do estado e alimentos (milho, café, algodão, cenoura e outros) que somados correspondem a 2 milhões de toneladas. (FURBINO, 2011).

A qualidade das sementes é determinada por fatores genéticos, físicos, fisiológicos e sanitários, que tem como finalidade estimar se um lote de sementes é apropriado para fins de semeadura. (PEREIRA et al., 2007).

Os tratamentos que antecedem a germinação de sementes têm a característica de reduzir o tempo entre a semeadura e a emergência das plântulas, bem como aumenta a tolerância das sementes às condições adversas do ambiente. (BALBINOT E LOPES, 2006).

A avaliação do potencial fisiológico de sementes é uma prática de avaliação das características de germinação, viabilidade e vigor. (POPINIGIS, 1985). Esta prática é referência na garantia de nível satisfatório de desempenho das sementes, tendo o teste de germinação uma necessidade cada vez maior de aprimoramento na avaliação da qualidade e potencial fisiológico das sementes. (TORRES et al., 2009).

Esta pesquisa teve como objetivo identificar o procedimento mais adequado para realizar o condicionamento fisiológico de sementes de cenoura e verificar a influencia do potencial fisiológico inicial das sementes sobre a resposta aos métodos de condicionamento.

2 MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa foi conduzida em laboratório da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí - FACTU, em Unaí - MG, utilizando-se sementes de cenoura do cultivar Brasília Irecê. As sementes são provenientes do mercado local e foram tratadas com 0,15% de Captan (Captan 750).

Em seguida, determinou-se o teor de água das sementes e avaliou-se o potencial fisiológico através dos testes:

- A determinação do **teor de água** foi realizada pelo método da estufa, a 105°C durante 24 horas, de acordo com as Regras para Análise de Sementes. (BRASIL, 2009). Os resultados foram expressos em porcentagem média (base úmida);

- No teste de **germinação** foram utilizadas quatro repetições de 50 sementes e colocadas para germinar sobre duas folhas de papel tipo Germitest, umedecidas com quantidade de água equivalente a 2,5 vezes a massa do substrato, no interior de caixas gerbox, a temperatura de 20-30°C com fotoperíodo diário de oito horas, coincidindo com a temperatura mais alta. As avaliações foram efetuadas de acordo com os critérios

estabelecidos em Regras para Análise de Sementes (BRASIL, 2009), contando aos 7 e 14 dias as plântulas normais de cada repetição. Os resultados foram expressos em porcentagem média de plântulas normais para cada lote, sete dias (primeira contagem de germinação) e quatorze dias (segunda contagem de germinação) após a semeadura. Calculou-se também a velocidade de germinação (MAGUIRE, 1962);

- No teste de **emergência de plântulas** foram utilizadas quatro repetições de 50 sementes, distribuídas em células individuais de bandejas de poliestireno (“isopor”), contendo substrato comercial. As bandejas foram mantidas em ambiente protegido, com irrigação a cada dois dias. Foi registrado o número de plântulas normais 14 dias após a semeadura, sendo os resultados expressos em porcentagem de plântulas emersas para cada lote;

- O **envelhecimento acelerado** (solução salina) foi conduzido conforme metodologia descrita por Marcos Filho (1999), porém ao invés da água adicionou-se 40 gramas de cloreto de sódio (NaCl) em 100 mL de água destilada no interior de cada caixa gerbox, com o objetivo de proporcionar ambiente com umidade relativa do ar de 76%. A caixa gerbox com a amostra de sementes foi mantida em câmara BOD durante 48 horas, a 45°C. Após o período de envelhecimento, quatro repetições de 50 sementes foram submetidas ao teste de germinação (BRASIL, 2009). A avaliação foi realizada quatorze dias após a semeadura, calculando-se a porcentagem de plântulas normais e;

Marcha de absorção da água foi conduzido com quatro repetições de 6,0 g de sementes. As sementes de cada repetição foram distribuídas entre duas camadas de duas folhas de papel toalha, umedecidas com água em quantidade correspondente a 2,5 vezes o peso do papel seco. Essas folhas umedecidas foram colocadas sobre telas em caixas gerbox contendo 40 mL de água, para manutenção da atmosfera úmida. Em seguida, foram colocadas em germinador a 20° C, sendo realizadas pesagens em intervalos de 3 horas, até que ocorresse a emissão da raiz primária. A taxa de embebição foi calculada com base no peso inicial das sementes, conforme fórmula descrita por Hampton e TeKrony (1995).

- No teste de **condicionamento fisiológico** foi realizado no hidrocondicionamento a embebição das sementes entre uma, duas e três folhas de papel toalha, umedecidas com quantidade de água equivalente a 2,5 vezes a sua massa. Neste procedimento, as sementes devem ser mantidas a 20°C, até a atingirem 30% de umidade. Os teores de água devem ser determinados com base na marcha de absorção de água pelas sementes; os valores mais baixos correspondem ao início e, os mais altos, ao fim da fase II de embebição. Atingindo os teores de água desejados (30 % de umidade), as sementes foram retiradas do substrato e submetidas à secagem superficial (sobre papel toalha) por 15 minutos, para posterior realização do teste de germinação (aos 7 e 14 dias) e de emergência de plântulas. No osmocondicionamento, foram utilizadas soluções de polietilenoglicol 6000 (PEG 6000) com potenciais osmóticos ajustados para -0,1 MPa e -0,2 MPa (VILLELA et al., 1991).

Para cada potencial osmótico, as sementes devem ser colocadas entre duas camadas de duas folhas de papel toalha, umedecidas com quantidade de solução equivalente a 2,5 vezes a massa do papel, a 20°C. As sementes permanecem no germinador até atingirem os teores de água esperados (30 % de umidade), sendo em seguida, retiradas do substrato, lavadas em água corrente e submetidas à secagem superficial (sobre papel toalha), por 15 minutos, para posterior instalação dos testes de germinação (aos 7 e 14 dias) e de emergência de plântulas. Para a avaliação dos efeitos imediatos do condicionamento foram utilizados os testes de germinação e de emergência de plântulas (velocidade e porcentagem), conforme descrito anteriormente, com a diferença de que, no teste de emergência, a avaliação foi realizada diariamente,

através da contagem de plântulas normais em que o comprimento da parte aérea era igual ou superior a 1,0 cm. Os resultados foram expressos em valores médios de velocidade (Maguire, 1962) e em porcentagem de emergência de plântulas 14 dias após a semeadura.

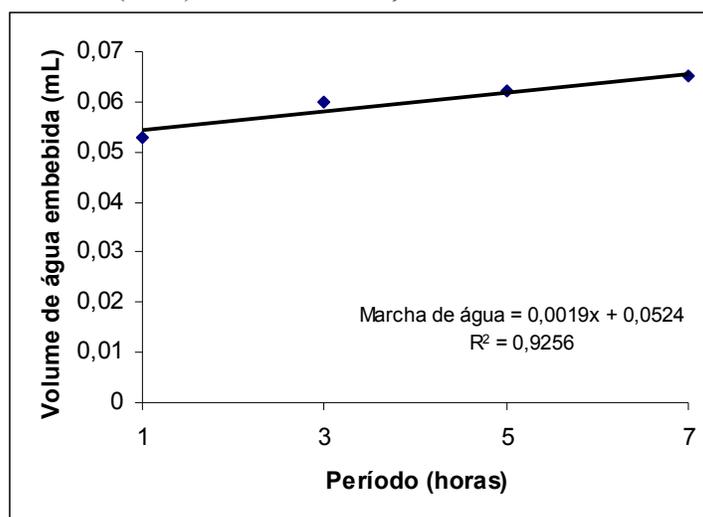
O delineamento experimental foi inteiramente casualizado, utilizando sementes de cenoura com quatro repetições. A análise estatística dos dados foi realizada considerando-se separadamente cada teste conduzido. Utilizou-se delineamento inteiramente casualizado, com quatro repetições e tratamentos para a cultivar Brasília Irecê. As médias foram comparadas pelo teste de Tukey ($p \leq 0,05$).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O teor de água inicial das sementes de cenoura foi avaliado em 16,3% de umidade, o que permite verificar a consistência dos procedimentos utilizados para a condução dos testes em cenoura segundo Marcos Filho (1999).

A marcha de absorção de água, envolvendo a embebição das sementes no período de 1, 3, 5 e 7 horas, apresentou uma aceitação do teste com significância de 92,56% (Figura 1). As sementes apresentaram uma absorção de água muito rápida em relação as horas de embebição formando uma curva crescente, caracterizando a Fase I da embebição das sementes. Dados similares foram diagnosticados por Peluzio et al. (1999) ao estudar o efeito do condicionamento osmótico na embebição e na germinação de sementes de cenoura.

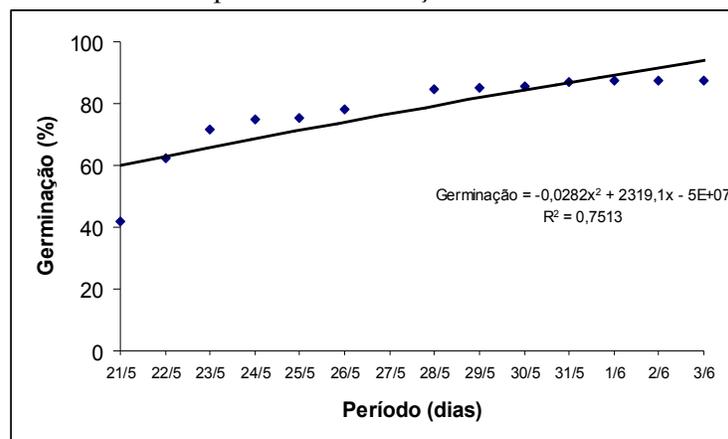
Figura 1 – Marcha de água das sementes de cenoura em relação ao período de embebição (horas) sofrido nas condições de Unai – MG.



Fonte: Autor da pesquisa, 2015.

A análise da velocidade de germinação das sementes apresentaram 75,13% de significância e de acordo com os 14 dias analisados (Brasil, 2009) foi diagnosticado um crescimento ascendente da sua germinação, chegando a aproximadamente 90% de germinação no 14º dia (Figura 2). De modo geral, o condicionamento fisiológico favoreceu a velocidade e porcentagem de germinação das sementes, atingindo os teores de águas e o grau de umidade mínimo necessário para protrusão da raiz primária. (NASCIMENTO, 1998).

Figura 2 – Velocidade de germinação das sementes de cenoura acondicionadas em células de plantio nas condições de Unai – MG.



Fonte: Autor da pesquisa, 2015.

Na Tabela 1 apresentam-se os valores da interação do teor de água das sementes, germinação e emergência de plântulas em relação aos lotes. Quanto ao teor de água das sementes, os lotes pesquisados não apresentaram diferenças estatísticas, sendo todos indicados.

No parâmetro germinação (Tabela 1) os lotes 2, 3 e 4 apresentaram melhores resultados, tendo apenas o lote 1 com resultados não satisfatórios. Em estudos conduzidos por Carneiro e Guedes (1992) afirmam que o desempenho germinativo de sementes de cenoura cultivar Brasília foram superiores a 92% quando expostas a temperatura de 25°C.

Quando ocorre a análise dos dados estatísticos no parâmetro emergência de plântulas o que pode ser considerado um dos indicativos do vigor inicial das sementes, este apresentou resultados significativos apenas nos lotes 3 e 4 como demonstra a Tabela 1.

Tabela 1 – Porcentagem de teor de água, germinação e emergência de plântulas de sementes de cenoura (*Daucus carota*) cultivar Brasília.

LOTES	TEOR DE ÁGUA (G)	GERMINAÇÃO (%)	EMERGÊNCIA DE PLÂNTULAS (%)
1	0,05325 a	42 b	0 c
2	0,06 a	75 a	55 b
3	0,0625 a	84,5 a	85,5 a
4	0,065 a	87,5 a	89 a

Médias seguidas pela mesma letra minúscula dentro de cada coluna não diferem entre si pelo teste Tukey a 5% de probabilidade.

Fonte: Autor da pesquisa, 2015.

Não foi possível avaliar o potencial fisiológico inicial das sementes pelo método de envelhecimento acelerado, por não ter apresentado diferença estatística significativa na germinação das sementes. Porém, em trabalhos realizados com couve-flor, o teste de envelhecimento acelerado com a utilização de solução saturada de NaCl, apresentou um menor potencial fisiológico inicial, desfavorecendo assim, a velocidade de germinação. (KIKUTI E MARCOS FILHO, 2009).

As sementes hidrocondicionadas entre as folhas de papel toalha, não apresentaram diferenças estatísticas nos períodos de contagem de germinação (Brasil, 2009), apresentando um resultado superior a 70% de plântulas normais, sendo indicado a realização da primeira e segunda contagem de germinação para o diagnóstico preciso em sementes de cenoura.

No osmocondicionamento nos tratamentos analisados de -0,1 MPa e -0,2 MPa, ambos apresentaram sua germinação com plântulas normais acima de 70% quando analisados a primeira e segunda contagem de germinação, isto é, apresentou efeitos significativo em ambos os teste a partir do período de 7 dias até os 14 dias de avaliação.

Já quando analisado o melhor período em sementes hidrocondicionadas e osmocondicionadas, quando as sementes são colocadas em solução PEG 6000 a -0,2 MPa estas apresentaram os menores resultados de plântulas normais no período inferior a 1 dia de embebição, sendo desaconselhável o uso da solução nesta concentração em sementes de cenoura.

De maneira geral, sementes submetidas ao hidrocondicionamento apresentaram velocidade de germinação superior à das osmocondicionadas por não apresentarem uma barreira a germinação. Em outros trabalhos, o hidrocondicionamento foi considerado mais eficiente que o osmocondicionamento, favorecendo a velocidade de germinação de sementes de cebola (CASEIRO et al., 2004) e de couve- flor, principalmente quando a germinação foi avaliada sob baixa temperatura. (FUJIKURA et al.,1993).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como base os resultados obtidos na presente pesquisa, conclui-se que quanto maior for à obtenção de água próximo ao necessário para protrusão de raiz primária, maior será o benefício para semente na velocidade de germinação e emergência de plântulas. O teste de marcha de absorção de água foi o que apresentou uma resposta mais precisa, sendo o hidrocondicionamento e o osmocondicionamento significantes.

REFERÊNCIAS

BALBINOT, E.; LOPES, H.M. Efeitos do condicionamento fisiológico e da secagem na germinação e no vigor de sementes de cenoura. **Revista Brasileira de Sementes**, vol. 28, nº 1, p.01-08, 2006.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Reforma Agrária. Regras para análise de sementes. Brasília: SNDA/DNDV/CLAV, 2009. 365p.

CARNEIRO JWP; GUEDES TA. Influência da temperatura no desempenho germinativo de sementes de cenoura (*Daucus carota L.*), avaliada pela função de distribuição de Weibull. **Revista Brasileira de Sementes** 14: 207-213. 1992.

CASEIRO R; BENNETT MA; MARCOS FILHO J. Comparison of three priming techniques for onion seed differing in initial seed quality. **Seed Science and Technology** 32: 365-375. 2004.

FREITAS, F. C. L.; ALMEIDA, M. E. L.; NEGREIROS, M. Z.; HONORATO, A. R. F.; MESQUITA, H. C.; SILVA, S. V. O. F. Períodos de interferência de plantas daninhas na cultura da cenoura em função do espaçamento entre fileiras. **Planta Daninha**, Viçosa, v. 27, n. 3, p. 473-480, 2009.

FUJIKURA Y; KRAAK HL; BASRA AS; KARSSSEN CM. 1993. Hydropriming, a simple and inexpensive priming method. **Seed Science and Technology** 21: 639-642.
FURBINO, Z. Noroeste é a nova fronteira da cana-de-açúcar. **Jornal Estado de Minas**, 02 de novembro de 2011.

HAMPTON, J.G.; TEKRONY, D.M. Recommended seed vigour tests: Accelerated ageing test. In: HAMPTON, J.G.; TEKRONY, D.M. Handbook of vigour test methods. Zürich: ISTA, p.35-50, 1995.

KIKUTI ALP; MARCOS FILHO J. **Condicionamento fisiológico de couve-flor**. Horticultura Brasileira, v.27, n.2, p.240-245, abr-jun. 2009.

MARCOS FILHO J. **Teste de envelhecimento acelerado**. Vigor de sementes: conceitos e testes. Londrina: ABRATES. p.1-24. 1999.

MAGUIRE, J.D. Speed of germination-aid seedling emergence and vigor. Crop Science, Madison, v.2, n.1, p.176-177, 1962.

NASCIMENTO WM. **Condicionamento osmótico de sementes de hortaliças: potencialidades e implicações**. Horticultura Brasileira, v. 16, p.106-109. 1998.

PELUZIO, L.E.; SILVA, R.F.; REIS, M.R.; CECON, P.R. Efeito do condicionamento osmótico na embebição e na germinação de sementes de cenoura (*Daucus carota* L.). **Revista Brasileira de Sementes**, vol. 21, nº 2, p.161-169, 1999.

PEREIRA, R.S.; NASCIMENTO, W.M.; VIEIRA, J.V. Germinação e vigor de sementes de cenoura sob condições de altas temperaturas. **Horticultura brasileira**, v. 25, n. 2, abr.-jun. 2007.

POPINIGIS, F. **Fisiologia da semente**. Brasília: AGIPLAN, 1985. 289p.

TORRES SB; OLIVEIRA FN; OLIVEIRA AK; BENEDITO CP; MARINHO JC. Envelhecimento acelerado para avaliação do potencial fisiológico de semente de melão. **Horticultura brasileira**, v. 27, n. 1, jan-mar. 2009.

VIEIRA JV; NASCIMENTO WM; SILVA JBC. Numero mínimo de populações de meios-irmãos para avaliação de uma população de cenoura. **Pesquisa Agropecuária Brasileira**, v. 41, p.365-367. 1997

VILELA, N.J.; BORGES, I.O. **Retrospectiva e situação atual da cenoura no Brasil**. Brasília, DF: Embrapa hortaliças: circulas técnica, n. 59, 2008.

PERFIL EMPREENDEDOR DOS CONTADORES CADASTRADOS NA ASSOCIAÇÃO DE CONTADORES DE UNAÍ/MG

Lidiane Campos dos Santos

Mestre em Administração, Especialista em Gestão Agroindustrial, Graduada em Administração. Coordenadora e Professora do Curso de Administração e NPG. Consultora Empresarial.

Gabriel Moreira

Mestre em Administração, Especialista em Administração Financeira e Controladoria, Graduado em Ciências Contábeis. Professor e Coordenadora do Curso de Ciências Contábeis. Coordenador da CPA.

Jéssica Gonçalves Pires

Acadêmica de Ciências Contábeis

RESUMO:

A figura do empreendedor tem sido foco de pesquisas e estudos. A temática permeia o conceito, as características e comportamentos que possam detectar o perfil e a forma de agir do empreendedor no mercado, fator que influencia significativamente a estrutura do seu negócio. Diante esta abordagem busca-se compreender se os contadores cadastrados na Associação de Contadores da cidade de Unaí, Minas Gerais, apresentam perfil empreendedor, pois são eles os precursores dos novos empreendimentos, para tanto não podem ficar focados somente em conhecimentos teóricos, necessitam adquirir um perfil que considere aspectos como criatividade, planejamento, não ter medo de correr risco e buscar constantemente pela inovação. Diante disso o objetivo deste estudo é procurar identificar o Perfil empreendedor dos contadores cadastrados na Associação de contadores de Unaí/MG. O presente trabalho foi desenvolvido por meio de uma pesquisa descritiva e explicativa junto aos contadores Associados; os dados levantados foram coletados por meio de aplicação de questionários correspondendo a uma pesquisa qualitativa e quantitativa. Os resultados encontrados, apontam que os contadores cadastrados na Associação de Unaí/MG, apresentam parcialmente as características fundamentais de um perfil empreendedor. Vale salientar que é por meio da busca de novas ideias e iniciativas empreendedoras é que os contadores de Unaí utilizaram para atingir suas metas, provocar transformações no mercado, no sentido de se transformar em um empreendedor de sucesso.

Palavras-chaves: Contador. Empreendedor. Perfil.

1 INTRODUÇÃO

O papel do empreendedor torna-se um fator importante para o desenvolvimento econômico de um país. A riqueza deste é medida por sua capacidade de produzir, para que tenham quantidades suficientes de bens e serviços precisos ao bem-estar da população. O empreendedor é um indivíduo criativo que busca realizar coisas novas, coloca em prática todas as ideias próprias, características de personalidade e comportamento.

O mercado de trabalho está exigente e busca, cada vez mais, profissionais qualificados, diferenciados e distintos com extenso conhecimento técnico. Profissionais e estudantes precisam focar não apenas em desenvolver habilidades específicas na área escolhida, mas também ir além da formação acadêmica e profissional. Os novos

profissionais precisam ter amplo conhecimento na área de atuação, e familiaridade com tecnologias modernas.

O mercado se encontra em rápida transformação, demandando aos empreendedores, que evoluam cada vez mais, para que possam manter-se com confiança, para isso precisa criar estratégias de fortalecimento, para assegurar novos padrões de serviços e satisfação dos seus consumidores. É necessário ser um profissional que tenha alta capacidade de gerenciamento, de auto motivação, de se cobrar e avaliar; capaz de realizar projetos, buscar e identificar soluções. Além disso devem ser capazes de adaptabilidade, domínio da tecnologia e foco nos resultados, pois as mudanças é uma das grandes certezas que podem acontecer no mundo, por isso o profissional do futuro deve prevê-las e antecipar-se a elas.

Qualquer pessoa que deseja ser empreendedor e/ou um prestador de serviço, não precisa exatamente ser um diplomado, basta que tenha experiência, talento e, alguma habilidade específica, um prestador de serviço deve se conhecer bem, valorizar-se e saber como oferecer o seu trabalho. É muito importante ficar atento à qualidade de cada serviço oferecido, pois os clientes estão sempre em busca de uma melhoria nos serviços oferecidos pelos profissionais. O cliente busca um profissional que ofereça qualidade, comprometimento e eficiência, na execução de cada tarefa.

Um bom empreendedor ao prestar o seu serviço, deverá observar a qualidade na realização de suas tarefas que é um fator primordial para alcançar um lugar no mercado de trabalho, pois o trabalhador será sempre visto como bom profissional através da qualidade do seu próprio desempenho.

Os contadores de uma forma ou outra são empreendedores, por serem profissionais com conhecimentos indispensáveis ao surgimento de um novo negócio, normalmente, são os precursores dos novos empreendimentos. Entretanto, além dos conhecimentos técnicos necessita de gestão, criatividade, não deve ter medo de correr risco, é preciso planejamento e busca constante pela inovação.

Os contadores passam por diversas transformações no mercado de trabalho, sendo fundamental se adequar às novas gerações e mudanças que estão por vir, e com suas novas perspectivas do mercado vem crescendo o seu conceito social, tem sido redescoberto como o melhor instrumento para avaliar a gestão pública e privada.

Para compreender o empreendedorismo neste contexto, este trabalho tem como objetivo identificar o perfil empreendedor dos contadores cadastrados na Associação de Contadores de Unai/MG.

A pesquisa se justifica devido à busca por novas ideias e iniciativas empreendedoras dos contadores de Unai para atingir suas metas, provocar transformações no mercado, e se transformar em um empreendedor de sucesso.

Com o propósito de alcançar o objetivo, foi aplicado um questionário com os profissionais da Associação de Contadores de Unai/MG.

2 EMPREENDEDORISMO

O empreendedorismo é de grande importância na formação da riqueza do país, acredita-se que o melhor recurso para enfrentar os problemas econômicos, é solucionado através da criatividade e iniciativa dos empreendedores, é preciso ter responsabilidade de assumir riscos em suas atividades.

Maximiano (2006) diz que, a concentração de um espírito empreendedor está associada a pessoas realizadoras, que correm riscos para iniciar as organizações de negócios.

Degen (1989) ressalta que através da criatividade começa-se a observar diversas formas de empreendedorismo, com isso, tem-se a chance de transformar uma simples oportunidade em um grande sucesso empresarial.

Vale ressaltar que o empreendedor necessita estar antenado às novas gerações de empreendedorismo que surge no mercado, acatar as oportunidades de criar algo diferente e com valor, dedicando o tempo e o esforço necessários, e assumindo os riscos financeiros e psicológicos.

Greatti (2005 apud BARRETO, 2011) enfatiza que o empreendedorismo é um tablado de estudo, que se desenvolve desde o Século XII e ganhou atenção, de economistas, comportamentalistas e, presentemente, de todas as áreas de conhecimento.

Entende-se que o empreendedorismo é uma síntese voltada para análise de competência para desenvolver habilidades associado à criação de um projeto empresarial, também, técnico e científico, e a sua origem vem do termo empreender que significa fazer e executar sua habilidade profissional. A “essência do empreendedorismo está na percepção e no aproveitamento das novas oportunidades de negócios”. (SCHUMPETER, 1982 apud SHNEIDER, 2012, p. 19).

Degen (2009, p.6) diz que:

O significado da palavra empreendedor deriva da palavra inglesa *entrepreneur*, que, por sua vez deriva da palavra *entreprendre*, do francês antigo, formadas pelas palavras *entre*, derivada do latim *inter*, - que significa reciprocidade – e *preneur*, deriva do latim *prehendere* - que significa comprador. A combinação das duas palavras, *entre* e *comprador*, significa simplesmente *intermediário*.

Para Kirzner (1973 apud DORNELAS, 2001, p. 37), empreendedor é aquele que cria um equilíbrio, encontrando uma posição clara e positiva. O “positivo em um ambiente de caos e turbulência, ou seja, indica oportunidades na ordem presente”.

Segundo Maximiano (2006 apud CUSTÓDIO, 2011, p.40) “o empreendedor em essência, é a pessoa que tem a capacidade de idealizar e realizar coisas novas”.

Empreendedores são aqueles que realizam algo, que mobilizam recursos e que correm riscos, para iniciar negócios, para iniciar organizações. Aquele que se propõe a apreender é alguém que não fica na esfera dos sonhos e intenções; é alguém que sonha e parte para a concretização. (SCHENEIDER, 2012, p.19).

Percebe-se que o empreendedor é aquele que cria algo exclusivo no mercado de trabalho, que não tem medo de errar e falhar, que assumi riscos e permanece firme nas suas decisões sem desanimar.

De acordo com Mendes (2009, p.31) “o produto ou serviço pode ou não ser novo e único, mas o valor deve de algum modo ser infundido pelo empreendedor ao receber e localizar as habilidades e os recursos necessários”.

Mendes (2009) apresenta alguns conceitos da visão empreendedora:

Quadro 01 – Revisão dos conceitos empreendedores

TERMO	DEFINIÇÃO
Empreendedorismo	Processo de criação de valor e mudança de comportamento no mundo dos negócios por meio da inovação de serviços ou produtos oferecidos.
Empreendedorismo por necessidade	Está relacionado a qualquer atividade profissional iniciada por indivíduos comuns, cuja única alternativa digna de sobrevivência em determinado momento de sua existência é aventura por conta própria e risco no complexo mundo dos negócios.
Empreendedor	É o indivíduo criativo capaz de transformar um simples obstáculo em oportunidade de negócios.
Cultura empreendedora	Conjunto de políticas e pressupostos adotados por determinada região ou governo que estimulam as pessoas a agirem como empreendedores, utilizando-se de ferramentas baseadas no interesse em buscar mudanças, reagir a eles e explorá-las como oportunidades de negócios.
Mentalidade empreendedora	Esforço individual ou coletivo necessário para formação e solidificação da cultura empreendedora.

Fonte: Mendes, 2009.

A partir do conhecimento sobre o conceito de empreendedorismo é necessário refazer o percurso evolutivo da temática, dessa forma, o próximo tópico apresentará de forma sucinta o processo evolutivo e histórico do termo empreendedorismo.

2.1 EVOLUÇÃO DO EMPREENDEDORISMO

Quanto a origem da palavra empreendedorismo, de acordo com Yunus (2010) foi empregada pelo economista Joseph Schumpeter em 1950, sendo como uma pessoa com originalidade e criatividade e apto a fazer sucesso com inovação. Em 1967 Kenneth E. Knight e 1970 com Peter Drucker foi colocado o conceito de risco, como é preciso arriscar em algum negócio para ser um bom empreendedor. E em 1985 com Gifford Pinchot foi colocado à definição de intra-empendedor, que significa “uma pessoa empreendedora de uma sistematização”. Peter Ferdinand Drucker, classificado como o pai da administração moderna”, estendeu a definição proposta por Jean-Baptiste Say, especificando os empreendedores “aqueles que pegam firme nas oportunidades para gerar mudanças..

Dornelas (2001), cita como prática do empreendedorismo, Marco Polo, o qual estipulou uma rota comercial no Oriente. Como empreendedor Marco Polo assinou um contrato com um homem que possuía dinheiro, para vender as mercadorias deste.

Vérin em 1982 foi um dos primeiros a estudar a evolução do marco empreender através da história, ressaltando-se que no século XII, ele era usado para referir-se “àquele que incentiva brigas”. Já no século XVII, representado na era econômica, o empreendedor estava unido à pessoa que tomava a responsabilidade e coordenava uma operação militar, no início do século XVIII, o termo foi usado como referência à pessoa que criava e conduzia empreendimentos. (FILION, apud VERGAS, SILVA, 2014).

Na Idade Média, o termo empreendedor era atribuído àquele que gerenciava intensos projetos de produção, mas não assumia grandes riscos e apenas administrava os projetos, aplicando os recursos livres, a partir do governo do país. (DORNELAS, 2001).

Mendes (2009, p. 22) diz que:

A noção do empreendedor como inovador foi estabelecida somente em meados do século XX. O conceito de inovação e novidade é parte integrante do fenômeno de empreendedorismo e, por consequência, do empreendedor. De fato, a inovação – o ato de lançar algo novo – é uma das tarefas mais difíceis para o empreendedor e exige dele a capacidade de entender as forças em funcionamento no ambiente.

De acordo com Lymberopoulos (2014) há alguns anos atrás, ser empreendedor era extremamente arriscado, os corajosos eram adaptados seguir o padrão atribuído pela sociedade, principiado pela escola e família, os pais sempre mostravam aos filhos que o sonho de qualquer pessoa era conseguir ingressar em um cargo público com salário e ter a sua vida sem muitos riscos e perdas. Entretanto surgiu uma geração que começou a rever todos esses conceitos e ajudou a fortalecer o empreendedorismo até chegar aos dias atuais.

2.1.1 Empreendedorismo no Brasil

O empreendedorismo no Brasil ganhou seu destaque na década de 90, e trouxe grandes transformações no panorama econômico brasileiro. Segundo Dornelas (2001) o movimento empreendedorismo no Brasil começou a tomar forma na década de 1990, quando entidades como SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) e Softex (Sociedade Brasileira para Exportação de Software) foram criadas. OSEBRAE é um dos órgãos mais conhecidos do pequeno empresário brasileiro que oferece todo suporte de que este precisa para iniciar sua empresa, bem como consultorias para resolver pequenos problemas pontuais do seu negócio. Já a Softex foi criada com intuito de levar as empresas de software do país ao mercado externo, por meio de várias ações que proporcionassem ao empresário de informática a capacitação em gestão e tecnologia.

Dornelas (2008) evidencia que dentro do programa Softex houve uma parceria, em todo o país, com empresas e universidades, que favoreceu o despertar do tema empreendedorismo em âmbito brasileiro. A partir do desenvolvimento do programa deu-se início a novas propostas de ensino sobre a temática, comparáveis a programas de uma das maiores potências mundiais, os Estados Unidos (EUA).

Dentre esses programas, Dornelas (2001, p. 25-26 apud HALICKI, 2012, p. 32-33) aponta os seguintes exemplos:

1. Os programas **SOFTEX e GENESIS (Geração de Novas Empresas de Software, Informação e Serviço)**, apoiam atividades de empreendedorismo em software, estimulando o ensino da disciplina em universidades e a geração de novas empresas de software (*start-ups*). 2. Ações voltadas à capacitação do empreendedor, como os programas **EMPRETEC e Jovem Empreendedor do Sebrae**, e ainda o **programa Brasil Empreendedor**, do Governo Federal. 3. Programa **Engenheiro Empreendedor**, o **programa REUNE, da CNI (Confederação Nacional das Indústrias)**. 4. A recente explosão do movimento de criação de empresas de Internet no país, motivando o surgimento de entidades como o **Instituto E-cobra**. 5. **Movimento de incubadoras de empresas no Brasil**[...]. (DORNELAS, 2001, p. 25-26 apud HALICKI, 2012, p. 32-33, grifo nosso).

De acordo com a pesquisa *Global Entrepreneurship Monitor* sobre empreendedorismo, no ano 2011, o grupo entrevistou 43 mil pessoas em 24 países, no

caso do Brasil, para cada oito brasileiros em idade adulta, um estava abrindo ou pensando em abrir um negócio. Entretanto, no Brasil, a probabilidade de manter um novo negócio por mais de três anos é relativamente baixa e uma das principais razões é a falta de políticas que viabilizem a consolidação de novos empreendimentos. (MAXIMIANO, 2011).

Em 2013, segundo a pesquisa *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM), o Brasil está em oitavo lugar no ranking dos 28 países de economias impulsionadas pela eficiência, com TEA equivalente a 17,3%. (MACEDO, 2013).

Segundo a *RedEmprendia*, (2015), o *Global Entrepreneurship Monitor 2014 Global Report*(GEM) aborda mais uma nova pesquisa na qual aponta que o empreendedorismo voltou a crescer em nível mundial, após a recessão da primeira década do século XXI, com a certeza de que o empreendedorismo pode ser um instrumento influente para combater a pobreza e amortizar a desigualdade social.

De acordo com Lopes, 2011:

Atualmente no Brasil, cerca de 99% da economia é movimentada através dos processos de negociação e comercialização das micro e pequenas empresas nacionais. Nesse contexto, destacam-se além do comportamento, as ações empreendedoras dos indivíduos proprietários destes negócios. (LOPES, 2011, p. 51).

Acredita-se, enfim, que o Brasil tem todos os elementos necessários para iniciar uma verdadeira revolução empreendedora, com benefícios tangíveis para a sociedade.

2.2 CARACTERÍSTICAS E PERFIL EMPREENDEDOR

O indivíduo empreendedor é responsável por guiar a economia e impulsionar o desenvolvimento de um país.

O empreendedor não é somente fundador ou criador de novos negócios, e sim é o responsável por impulsionar e gerar a energia que move a economia é a alavanca de impulsos para dinamizar suas ideias no mundo dos negócios. O empreendedor é responsável por detectar as suas oportunidades e agir rapidamente para que as suas ideias não sejam aproveitadas por outras pessoas. (LOPES, 2011, p. 22).

Existem pesquisas pelo mundo para identificar características em pessoas de sucesso, e a mais encontrada é o gozo de realizações. Ainda ressalta que, existem algumas características que se dividem em três conjuntos, que o SEBRAE utiliza como base: **Conjunto de realização:** busca de oportunidades; correr riscos calculados; exigência de qualidade e eficiência; persistência e comprometimento. **Conjunto de planejamento:** busca de informações; estabelecimentos de metas; planejamento e monitoramento. **Conjunto de poder:** persuasão e rede de contatos; independência e autoconfiança. (ANDRÉ, 2008).

Acredita-se que o empreendedor em busca de sucesso deve possuir essas características citadas pelo autor, pois elas fazem com que os empreendedores avaliem as alternativas antes de suas ações.

Dornelas (2001) aborda que as características dos empreendedores de sucesso são: visionários, sabem tomar decisões, indivíduos que fazem a diferença, sabem explorar ao máximo as oportunidades, determinados e dinâmicos, dedicados, otimistas e apaixonados pelo que fazem independentes e constroem o próprio destino, ficam ricos,

líderes e formadores de equipes, bem relacionados, organizados, planejam, possuem conhecimento, assumem riscos calculados e criam valor para a sociedade.

Quaisquer que sejam as fontes de comunicação, a figura do Empreendedor sempre será relacionada a alguém inovador, inquieto, criativo, planejador e sempre de olho no futuro. Em regra, os empresários de sucesso são entusiasmados por empreendedores do seu círculo de relações (família, amigos) ou por líderes ou figuras importantes, tomados como "modelos". (VIEIRA, 2011).

Os empreendedores de sucesso levam consigo ainda uma característica particular, que é de fato conhecer como poucos o negócio em que atua, ter constante planejamento e obter sempre uma visão futura, o que pode levar tempo e requer muita experiência.

2.3 PERFIL EMPREENDEDOR COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO NAS PROFISSÕES

Acredita-se na ampla chance de crescer no mercado de trabalho aquele que possui perfil empreendedor diferenciado. Segundo Degen (2009, p. 14) a “vontade dos empreendedores em vencer todas as dificuldades para desenvolver seu negócio, pagando o preço do sacrifício pessoal, para ter sucesso, é função direta de sua necessidade de realizar”.

O empreendedor disposto em série, é aquele apaixonado não apenas pelas empresas que designam, mas, sobretudo, pelo ato de empreender, é uma pessoa que não se satisfaz em criar negócios e ficar diante dele até que se torne uma grande corporação, é uma pessoa dinâmica, opta pelos desafios e a adrenalina envolvida na criação de algo novo a admitir uma postura de executivo que lidera grandes equipes. (DORNELAS, 2007).

Segundo Goossen (2009, p. 60) “um empreendedor deve ser um observador atento às tendências sociais, sempre pensando no que está por vir e não no que já foi feito”.

Para Custódio (2011) a presença do empreendedor torna-se cada vez mais essencial para as organizações, quando as mesmas aferem a necessidade cotidiana da capacidade criadora, do trabalho competente, da inclusão de novas possibilidades, da criação de uma nova postura de trabalho.

Delgado (2009) diz que, hoje tudo o que se consome procede do espírito criativo dos empreendedores, pois é difícil conseguir imaginar a vida sem tecnologias e inovações, e isso se dá através dos que possuem características e perfis diferenciados, que transformam as suas ideias em projetos.

Segundo Pinheiro et. al. (2012, p. 9) “o empreendedor é capaz de aprender com resultados diversos, não se abate com algum fracasso que possa ter na condução de um novo negócio. Dedicar-se ao negócio orientando para o resultado, dando o máximo de si, colocando todas as suas energias”.

2.4 O CONTADOR

A profissão de contador é uma das profissões mais antigas do planeta, mas mesmo pela sua idade não perdeu sua importância e necessidade para o mercado econômico globalizado ao qual se vivencia nos dias atuais.

De acordo com Sá (1997) : definir Contabilidade, implica ordenar ideias por meio de uma proposição que estabeleça o limite de algo que se pretende dar a conhecer ou explicar, os requisitos de uma própria definição seria: lógica do enunciado;

universalidade ou abrangência completa do objeto que se define; clareza; busca de uma síntese, para melhor adequar estas definições, seria da seguinte forma “contabilidade é a ciência que estuda os fenômenos patrimoniais, preocupando-se com realidades, evidências e comportamentos dos mesmos, em relação à eficácia funcional das células sociais”.

Segundo Cotrin et. al. (2012) a história da contabilidade é remete à própria história da civilização. Ela está ligada às primeiras revelações humanas da precisão social e explicação dos fatos ocorridos com o objetivo de que o homem sempre se dispôs para alcançar os fins propostos.

De acordo com Iudícibus (1997) a noção de conta, ou seja, de Contabilidade, pode talvez, ser tão antiga quanto à origem do Homo sapiens. O homem primitivo, ao alistar o contar dos números de pescas e caça disponíveis, contar seus rebanhos e suas ânforas de bebidas, já estavam praticando uma forma simples de Contabilidade.

No Brasil, a vinda da Família Real para o país desencadeou mudanças tanto políticas e sociais como também econômicas. Conseqüentemente houve o processo de evolução do país, desde a Colônia, depois Reino Unido, em seguida tornou-se Império e finalmente República. Tais evoluções contribuíram para que a área contábil se desenvolvesse, sendo, então, aplicadas as primeiras regulamentações que criaram o ensino comercial, bem como a criação de órgãos destinados à classe. (SILVA *et. al.*, 2007).

Em 1945 foi criado o curso de ciências contábeis. Picetti e Carraro (s.d.) afirmam que por meio do Decreto-Lei 9.295 de 27 de maio de 1946, houve a criação dos Conselhos Federal e Regional de Contabilidade, que tinha como objetivo fiscalizar a profissão contábil. O Decreto também definiu que:

Contadores eram os graduados em cursos universitários de Ciências Contábeis; técnicos de Contabilidade eram os de nível médio, das escolas comerciais; e guarda-livros não tinham escolaridade formal, exerciam atividades de escrituração mercantil, passando a ser técnico contábil com a regulamentação da Lei 3.384/58.(PICETTI; CARRARO, s.d., p. 04).

Vale ressaltar que a Contabilidade é a responsável por fazer o controle de todas as informações, a fim de acompanhar a situação patrimonial da empresa, pois é a partir da análise dos pontos positivos e negativos, que poderá estabelecer metas viáveis que garantam o futuro da empresa.

Bächtold (2011) lista algumas dessas funções da contabilidade, como:

- Registrar os fatos administrativos (memória).
- Demonstrar e controlar as mutações patrimoniais (controle).
- Servir como elemento de prova em juízo ou tribunal.
- Fornecer elementos para que os acionistas ou sócios possam examinar as contas da diretoria e aprová-las ou não.
- Demonstrar ao fisco o cumprimento da legislação tributária.
- Fornecer dados para a tomada de decisões, etc.(BÄCHTOLD, 2011, p. 170).

Santos (2011) aponta que os principais serviços desenvolvidos pelo contador são: revisar a escrituração das operações; elaborar as demonstrações contábeis; elaborar o planejamento tributário da entidade; elaborar as declarações (obrigações acessórias da empresa); e apresentar para os usuários internos análise das modificações econômicas financeiras da entidade.

Faz parte das tarefas deste profissional estar totalmente adequado às leis que dizem respeito ao patrimônio das pessoas, e interpretar suas funções coletadas de forma correta, para que saber quais atitudes devem ser tomadas para o crescimento das empresas onde exerce seu papel.

2.4.1 Perfil do contador

O mercado neste século XXI exige que o profissional da contabilidade seja mais proativo e capaz de acompanhar todas as evoluções demandadas por uma sociedade globalizada que possui tecnologias de ponta.

Dessa forma, torna-se necessário traçar o perfil desse profissional:

A ética profissional insiste na conduta do contabilista de modo a acrescentar algo a ele, enquanto ser humano na sociedade. O profissional de contabilidade deve cumprir o código de ética profissional contábil, a fim de estimular a execução da lei e, sobretudo conscientizar o profissional no que tange à honestidade, integridade e ética, que são os princípios a serem seguidos pelos contadores, sobretudo garantindo a transparência nos procedimentos contábeis e zelando pela moralidade da classe. (COTRIN *et. al.*, 2012, p. 53).

Para Sá (1997, p. 2) o “perfil do Contador moderno é o de um homem de valor que precisa acumular muitos conhecimentos, mas que tem um mercado de trabalho garantido”, afinal sua importância nunca perderá valor nesse mercado tão competitivo.

Segundo Taveira e Maciel (2007) o perfil do contador moderno é de um homem que tem muito valor e precisa empilhar muitos conhecimentos. O autor ainda ressalta que, esses profissionais têm que ser tecnicamente inteligentes, ter habilidade e criatividade, ser proativo, ter alta integridade, não podem ter medo de arriscar, devem ter boa disposição de comunicação, precisa compreender a sistemática econômico-financeira, política e social, em nível local, regional e/ou internacional

Sá (1999) o futuro da Contabilidade está cada vez mais voltado para um papel semelhante à de um médico, cuidando de seu paciente, receitando e prescrevendo regimes para que o organismo empresarial e institucional seja sadio.

Aquino (2010) ressalta que é respeitável manter a qualidade no atendimento e serviço, com um diferencial em relação à concorrência, o contador deve esboçar um diagnóstico correto da situação que seja real ao empreendimento, de forma que possa constituir estratégias adaptadas para o cliente atingir suas metas e objetivos. Somente a prática não certifica o profissional a superar a concorrência. É indispensável que ele faça o comportamento diário das mudanças econômicas e financeiras. Para isso, é fundamental que busque especialização e atualização profissional através de cursos, leitura análise ou noticiários, boletins e mapas fiscais.

2.5 CONTADOR VERSUS EMPREENDEDOR

Em qualquer profissão, é necessário que o profissional inclua no seu perfil atitudes que permeiam o trabalho de um ser empreendedor.

O contador não pode ficar restrito ao desempenho de suas funções, e sim, deve sempre estar armado para a participação na tomada de decisão, tendendo sempre identificar e retificar as dificuldades e adversidades que surgem ao longo do caminho, por meio de ações empreendedoras baseadas nas informações geradas pela contabilidade.

Aquino (2010, p. 5) diz que:

Poucas profissões proporcionam tantas possibilidades de atuação profissional quanto à de contabilidade. O contador é o profissional formado, preparado e habilitado legalmente para gerar e interpretar as informações contábeis que darão suporte ao processo de gestão e as tomadas de decisões no ambiente organizacional.

Nesse sentido, pode-se dizer que o profissional da contabilidade é extremamente importante no desenvolvimento e na solidificação de um empreendimento, ele capta o conhecimento que precisa para a composição do seu próprio negócio e adiciona seu conhecimento e informações que precisam para passar confiança e credibilidade aos seus usuários.

Segundo Andrade (2012), a contabilidade está passando por muitas mutações, principalmente por conta da era digital, o que prova esse fator, é a nota fiscal eletrônica. As empresas estão cada vez mais buscando o meio de se tornarem virtuais. O mundo eletrônico auxilia os profissionais a efetuar registros contábeis mais automatizados e com isso prover informações sobre custos, ponto de equilíbrio, capital de giro, encargos, tributos e até mesmo o balanço social.

O empreendedorismo está na vida dos contadores, pois eles necessitam estar bem informados acerca das transformações no mercado de trabalho, principalmente no que diz respeito à internet.

Nesse sentido, o contador vem ganhando destaque como profissional de negócios já que o papel deles é empreender, e sendo assim acredita-se que para ser um contador empreendedor diferenciado, envolve duas características importantes, como ter liderança e obter a capacidade de assumir riscos. O perfil diferenciado e qualificado de cada profissional pode se transformar em vantagem competitiva para a profissão do contador.

Vago (2012) ressalta que, com as mudanças ponderáveis no mercado, a contabilidade vem expandindo o seu conceito social, como o mais perfeito instrumento para a avaliação da gestão pública e privada e para elevação de escolhas e estratégias para uma empresa ou também para um governo. Assim o mercado está interessado no profissional contábil que exibe melhor qualificação e habilidades no desenvolvimento de suas atividades, além disso, o estabelecimento de estratégias adequadas para o cliente atingir suas metas e objetivos, é uma característica fundamental de um contador com perfil empreendedor.

3 METODOLOGIA

Quanto aos objetivos propostos a pesquisa pode ser classificada como exploratória, descritiva e explicativa por buscar identificar quais as características empreendedoras dos contadores cadastrados na Associação de Contadores do município de Unaí/MG e descritiva por apresentar as características e perfil dos contadores pesquisados.

Sendo assim, optou-se pelo estudo de campo devido à possibilidade de proporcionar uma experiência e mostrar a realidade, buscar um maior entendimento e compreensão do perfil e características dos profissionais contadores da associação, além de identificar a visão de sua forma de lidar com o mercado de trabalho.

A unidade de observação da pesquisa foram os escritórios contábeis cadastrados na Associação dos Contadores da cidade de Unaí, e a unidade de análise foram os contadores.

O presente estudo tem por população 43 contabilidades constituídas de personalidade jurídica e física da cidade de Unaí, conforme lista adquirida junto a

Associação dos Contadores. Dentro desta população foi utilizada como amostragem 26 contadores unaienses, no intuito de configurar o perfil e características que compõem a população em questão. É importante destacar que para a realização deste trabalho foi utilizado o questionário, sendo padronizados e de caráter individual, entregue ao responsável pelo escritório, a ausência de alguns contadores e a incompatibilidade de horários, dificultaram a aplicação do questionário, com isso, dos 43 associados 26 responderam e 17 ficaram sem responder o questionário.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para levantamento do perfil dos contadores associados à Associação dos Contabilistas foram realizadas perguntas relacionadas ao gênero, idade e grau de escolaridade.

Ao identificar o gênero, dos 26 questionários aplicados 46% são gênero feminino, 50% masculino e 4% não respondeu. Quanto a idade 34% estão na faixa etária de 36 a 45 anos, 23% acima de 46 anos, 12% de 17 a 27 anos e 19 % de 28 a 35 anos. No que se refere a formação 46% dos associados são graduados, 46% têm especialização e 8% estão cursando ensino superior em Administração.

Também foi feito um levantamento quanto aos conhecimentos do que é ser empreendedor. Pode-se verificar que 92% afirmam que empreendedor é aquele que cria, inova visualiza oportunidades e corre atrás de seus objetivos e 8% já afirmam que é aquele que agrega valor a um negócio já existente. Tendo em vista o resultado da pergunta, é evidente que os contadores se preocupam em agregar valores em seus conhecimentos e sempre está atento às novas oportunidades de negócio.

Com o propósito de identificar as características que são fundamentais para se tornar um empreendedor, os contadores poderiam optar por mais de uma questão sendo marcados em grau de importância, com isso, os Contadores afirmam que 81% é a capacidade de assumir riscos, 65% ter iniciativa, 61% ser criativo, 61% ter determinação, 47% ser visionário, 42% bom líder, 23% ser comprometido, 19% ser comunicativo, 15% capacidade de influenciar as pessoas e 11% ser ambicioso aborda.

Com a finalidade de identificar se o contador associado tem o perfil empreendedor, dando-lhe as opções que mais encaixe em suas atitudes.

Quadro 03 – Atitudes do perfil empreendedor

ITEM	SEMPRE	AS VEZES	NUNCA	ABSTEVE DE RESPOSTA
Explora novas oportunidades.	73%	23%	0%	4%
Assume riscos calculados sem medo.	27%	62%	11%	0%
Implanta novas ideias com o objetivo de melhorar a qualidade do seu serviço.	77%	19%	0%	4%
Procura sempre melhorar suas habilidades que estão sendo menos desenvolvidas, e se aperfeiçoar nas mais fortes.	77%	19%	0%	4%
Desenvolve ideias novas para a solução dos problemas.	73%	27%	0%	4%
Faz sacrifícios pessoais para concluir as tarefas.	46%	380%	12%	4%
Renova seus esforços para superar obstáculos.	81%	15%	0%	4%
Assume responsabilidade pela resolução de problemas que possam prejudicar o desempenho de seu serviço.	80%	12%	4%	4%
Confia na sua capacidade de superar desafios.	77%	19%	0%	4%

Mantém seus objetivos mesmo diante de resultados que não são satisfatórios inicialmente.	68%	31%	0%	4%
--	-----	-----	----	----

Fonte: Autor do Trabalho, 2015.

Por fim, procurou compreender se o contador com o perfil empreendedor é um profissional importante para o mercado Unaiense, do qual 62% afirmaram que sim e 38% afirmaram que não. Reconhecer o campo de atuação, bem como sua clientela garante a efetivação da qualidade do serviço prestado.

Para isso é necessário que o contador tenha sempre em mãos, inovações capazes de moldar padrões que estão acostumados a aplicar no seu dia a dia, sempre se preocupar com a satisfação de seu cliente, fazendo de sua profissão o criador de futuros negócios.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se tomar como ponto de partida se os contadores cadastrados na Associação de Contadores Unai/MG possuem perfil empreendedor, foi possível analisar que, parcialmente, alguns contadores seguem os aspectos necessários para compor o perfil empreendedor.

Ao avaliar os contadores da associação, foram aplicados 26 questionários aos associados em relação ao perfil empreendedor deles, 50% são do gênero masculino, 34% estão na faixa etária de 36 a 45 anos, 46% dos associados possuem graduação e 46% possuem especialização.

Ao pesquisar as características empreendedoras, verificou-se que possuem entendimento sobre o assunto e deles possuem algumas características que se adaptam a um empreendedor de sucesso, podendo destacar a capacidade de assumir riscos; ter iniciativa; ser criativo e ter determinação.

Pode-se observar que os contadores da associação atendem parcialmente os requisitos de um perfil com características empreendedoras, entre essas características destaca-se que os contadores mostraram pôr em prática é estarem atentos às novas mudanças; renovar seus esforços para superar obstáculos e assumir responsabilidade pela resolução de problemas que possam prejudicar o desempenho de seu serviço.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Flávio. **O contador pode ser um empreendedor**. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/negocios/o-contador-pode-ser-um-empreendedor/66235/>>. Acesso em: 20 ago. 2014.

ANDRÉ, Reginaldo. **As características e o perfil empreendedor**. 2008. Disponível em: <www.administradores.com.br/artigos/administracao-e-negocios/as-caracteristicas-e-o-perfil-do-empreendedor/24327/>. Acesso em: 30 mar. 2014.

BÄCHTOLD, Ciro. **Contabilidade Básica**. Curitiba-PR 2011. Disponível em: <http://redeetec.mec.gov.br/images/stories/pdf/proeja/contabil_basica.pdf> Acesso em: 16 abr. 2015.

BARRETO, Ivo Xavier Miranda das Mercês. **Empreendedorismo**: análise da contribuição do curso de graduação de administração da universidade de Brasília para formação do profissional com perfil empreendedor. Dissertação – (Bacharel em

Administração) – Universidade de Brasília Departamento de Administração, Brasília, 2011. Disponível em: http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/3514/1/2011_IvoXavierBarretoFicha.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2014.

COTRIN, Anderson Meira; JUNIOR, Laerte Zotte; SANTOS, Aroldo Luiz dos. **A evolução da contabilidade e o mercado de trabalho para o contabilista**, São Paulo, Revista Conteúdo, Capivari, v.2, n.1, jan./jul. 2012. Disponível em: <http://www.conteudo.org.br/index.php/conteudo/article/viewFile/70/63>>. Acesso em: 16 ago. 2014.

CUSTÓDIO, Telma Padilha. **Empreendedorismo: um estudo sobre a importância do empreendedorismo como estratégia de negócios na empresa fênix locações e eventos**, Revista Científica Unisalesiano, São Paulo, ano 2, n.4, jul/dez. 2011. Disponível em: www.salesianolins.br/universitaria/artigos/no4/artigo31.pdf>. Acesso em : 28 out. 2014.

DEGEN, Ronald Jean. **O Empreendedor**. 8. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 1989.

_____. **O empreendedor: empreendedor como opção de carreira**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

DELGADO, Anilton César. **Empreendedorismo e o perfil do empreendedor**.

Disponível em:

www.portaldoconhecimento.gov.br/.../TFC_O%20Empreendedorismo%20>.

Acesso em: 28 out. 2014.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo: transformando idéias em negócios**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

_____. **Empreendedorismo na prática: mitos e verdades do empreendedor de sucesso**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

_____. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. 3.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008

GOOSSEN, Richard J. **E-empendedor**: a força das redes sociais para alavancar seus negócios e identificar oportunidades. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

HALICKI, Zélia. **Empreendedorismo**. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA - PARANÁ - EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA Escola Técnica Aberta do Brasil - e-Tec Brasil. Curitiba-PR. 2012. Disponível em: <http://redeetec.mec.gov.br/images/stories/pdf/proeja/empreendedorismo.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2014.

IUDÍCIBUS, Sérgio. **Teoria da contabilidade**.5. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

LOPES, Renata Dutra. **Um estudo sobre a percepção dos empreendedores individuais da cidade de jardim de piranhas/RN quanto adesão a lei do micro empreendedor individual**. Dissertação – (Bacharel em Administração) - Faculdade

Católica Santa Teresinha, Caicó/RN, 2011. Disponível em: <[http://201.2.114.147/bds/bds.nsf/C8564900221FCF4083257A2A0052EE3A/\\$File/NT000476D6.pdf](http://201.2.114.147/bds/bds.nsf/C8564900221FCF4083257A2A0052EE3A/$File/NT000476D6.pdf)>. Acesso em: 30 mar. 2014.

LYMBEROPOULOS, Victor. **A evolução e o empreendedorismo**. Mídia Publicitária, fev. 2014. Disponível em: <<http://www.midiapublicitaria.com/a-evolucao-e-o-empreendedorismo/>>. Acesso em: 8 abr. 2014.

MACEDO, Mariano de Matos *et al.* **Empreendedorismo no Brasil**. GlobalEntrepreneurship Monitor. São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/customizado/estudos-e-pesquisas/temas-estrategicos/empreendedorismo>>. Acesso em: 23 abr. 2014.

MARCONI, Mariana de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MAXIMIANO, Antônio César Amaru. **Administração para empreendedores: fundamentos da criação e da gestão de novos negócios**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

_____. **Administração para empreendedores: fundamentos da criação e da invenção de novos negócios**. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

MENDES, Jerônimo. **Manual do Empreendedor: como construir um empreendedorismo de sucesso**. São Paulo: Atlas, 2009.

OLIVEIRA, Michelle Silva de; MOREIRA, Sherley Cabral. **Noções de contabilidade básica para cursos técnicos**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília - DF, 2012. 120p. Disponível em: <https://www.ifb.edu.br/attachments/6243_noções%20de%20contabilidade%20básica%20para%20cursos%20técnicos%20final.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2014.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Rio Grande do Sul: Feevale, 2013.

PICETTI, Fabiano Manfroi; CARRARO, Wendy Haddad. **Análise das mudanças na contabilidade brasileira**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFGS. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/34875/000784651.pdf?...1>>. Acesso em: 28 out. 2014.

PINHEIRO, David Ewerton Garcia et. al. **Perfil do empreendedor: estudo de caso no mercado aberto de Goiânia**. Disponível em: <www.excelenciaemgestao.org/portals/2/documents/.../t12_0500_2409.pdf>. Acesso em: 28 out. 2014.

REDEMPRENDIA. **O empreendedorismo está a crescer no mundo, segundo o relatório GEM apresentado no Tecnológico de Monterrey**. <<http://www.redemprendia.org/pt/actualidad/noticias/o->

empreendedorismo-esta-a-crescer-no-mundo-segundo-o-relatorio-gem-apresentado-no-tecnologico-de-monterrey>. Acesso em: 30 mar. 2014.

RIBAS, Cíntia Cargnin Cavalheiro; FONSECA, Regina Célia Veiga da. **Manual de metodologia**: opet. Curitiba, 2008. Disponível em: <http://www.opet.com.br/biblioteca/PDF's/MANUAL_DE_MET_Jun_2011.pdf>. Acesso em: 22 maio 2015.

SÁ, Antônio Lopes de. **História geral e das doutrinas da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1997.

SILVA, Antonio Eugênio Alves et al. **Contabilidade: história, interações e perspectivas**. Faculdade Novos Horizontes. 2007. Disponível em: <http://www.unihorizontes.br/pi/pi_1sem_2007/inter_1sem_2007/contabeis/contabilidade_de_evolucao_e_perspectivas.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2015.

SCHNEIDER, Elton Ivan. **A caminhada empreendedora: a jornada de transformação de sonhos em realidade**. 2. ed. Curitiba, PR: Ibpex, 2012.

TAVEIRA, Elizandra Maia; MACIEL, Luiz Emilio Santos. **Perfil do contador no século XXI**. Disponível em: <http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2007/trabalhos/sociais/inic/INICG00117_01C.pdf> . Acesso em: 16 ago. 2014.

VAGO, Gabriela Spalenza. **O desafio do profissional contábil: ser empreendedor**, Revista Castelo Branco Científica. Disponível em: <<http://castelobrancocientifica.com.br/img.content/artigos/artigo45.pdf>> . Acesso em : 30 ago. 2014.

VERGAS, Everton; SILVA, Luiz Fernando Soares da. **Empreendedorismo: Evolução Histórica, Definições e Abordagens**. VIII Encontro de Estudos em Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas (EGEPE). Goiânia, 2014. Disponível em: <<http://www.egepe.org.br/anais/tema05/186.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2014.

VIEIRA, Maria Cidiane de Sousa. **O perfil do empreendedor e o sucesso de micro e pequenas empresas picoenses: estudo de caso das Óticas Riveliny**. 2011. 64 f. Monografia – (Graduação em Administração) – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS – CSHNB. Picos – PI. 2011.

YUNUS, Muhammad. **Empreendedorismo**. p. 1, 14 Maio 2010. Disponível em: <www.ebah.com.br/content/ABAAAaw9IAG/empreendedorismo>. Acesso em: 13 mar. 2014.

OS MÉTODOS INTERDISCIPLINARES APLICADOS À EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO ESCOLAR: ESTUDO DE CASO COM PROFESSORES DO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE UNAÍ/MG

Michele Lucas Cardoso Balbino

Mestre em Sustentabilidade Socioeconômico e Ambiental e Especialização em Direito, Impacto e Recuperação Ambiental, (UFU). Coordenadora do curso de Direito da FACTU.

Gislene Aparecida Alves Ribeiro

Acadêmica de Pedagogia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí.

RESUMO

Este trabalho aborda a metodologia usada pelos professores para o ensino da Educação Ambiental no cotidiano dos alunos, educação esta que é indispensável nos dias atuais, pois a natureza está em constante transformação e com o passar dos tempos à evolução humana está provocando sua destruição. Assim, é preciso que a sociedade esteja ciente que é necessário buscar uma Educação Ambiental que seja capaz de despertar a curiosidade, o prazer em criar, recriar e fazer com que pequenas atitudes no presente, provoquem grandes feitos no futuro. A Educação Ambiental é essencial a todos, sendo a escola o local onde o aluno adquire os primeiros conhecimentos para desencadear atitudes favoráveis ao meio ambiente e o professor. Diante destes fatos, é de grande importância a presença do professor neste processo, pois o mesmo é o responsável por despertar um sentido crítico questionador no aluno. Nasce assim, o presente trabalho acadêmico que busca abordar a Educação Ambiental em seu contexto escolar, devendo este ensino acontecer de forma dinâmica e criativa. Assim, é observada a importância do professor no contexto, pois este deve atuar como mediador, ajudando o aluno a perceber as causas dos problemas ambientais, sendo fundamental o emprego de diversas metodologias.

Palavras-chave: Educação ambiental. Metodologia. Capacitação.

1 INTRODUÇÃO

Nota-se que, a natureza está em constante transformação e com o desenrolar dos tempos, a própria evolução humana está acarretando sua destruição, pelas suas atitudes contraditórias à preservação ambiental, necessária à sobrevivência na esfera terrestre.

A sociedade deve estar ciente de que é o momento de se buscar a “educação ambiental”, uma educação que seja capaz de despertar a curiosidade, o prazer em criar, recriar e fazer com que pequenas atitudes no presente, provoquem grandes colheitas no futuro.

Precisa-se aprender a cuidar do planeta, fazer com que cada um, professor e aluno, se tornem autores e atores da própria história, sabendo que por menor que seja o gesto colaborador para com a natureza, estarão também contribuindo para fazer a diferença.

Assim, o presente trabalho tem como fundamento a seguinte problemática: Quais os métodos interdisciplinares aplicados à educação ambiental no contexto escolar dos alunos do 5º ano do Ensino Fundamental das Escolas Estaduais de Unaí Minas Gerais?

A presente pesquisa tem como objetivo conceituar educação ambiental e abordá-la no contexto escolar, levantar metodologias para sua aplicação, relacionar educando e educador na construção do processo de educação ambiental e apresentar sua importância na esfera escolar, portanto propõem estimular o conhecimento e a prática de novos meios alternativos para a educação ambiental.

Com a evolução do ser humano, surge necessidade de facilitar a vida, as grandes invenções e os avanços tecnológicos e com isso as consequências do consumo sem necessidade e a poluição que cresceu exageradamente. Hoje se vive em um mundo onde a reutilização e preservação é de fundamental importância para sobrevivência.

Um caminho que pode ser seguido é conscientizar os educandos a fazer com que tenham conhecimento das causas e consequências e, assim, estes serão capazes de questionar a situação problema e buscar possíveis decifrações. É preciso formar pessoas críticas que estejam sempre na busca por um mundo melhor, vivendo em harmonia com o meio ambiente.

A estruturação desse trabalho foi dada em três grandes capítulos nos quais foram apresentados os principais conceitos sobre o tema meio ambiente e educação ambiental, bem como a aplicação desta educação ambiental no contexto escolar, para assim, chegar às formas de ensino da educação ambiental e aplicação desta educação de forma interdisciplinar.

Como se trata de um estudo de caso, buscou-se através de um questionário definir como é o ensino da educação ambiental aplicada pelos professores do 5º ano do ensino fundamental, definindo assim, como está sendo aplicada a interdisciplinaridade, essencial à temática, nas Escolas Estaduais localizadas em Unai/MG.

2 AMBIENTE: CONCEITO E FUNDAMENTOS

A expressão meio ambiente foi utilizada pela primeira vez pelo naturalista francês Geoffroy de Saint-Hilaire em sua obra *Études progressives d'un naturaliste*, de 1835. (MILARÉ, 2009).

Primeiramente, para falar em educação ambiental é preciso saber o significado de meio ambiente. Para Reigota (1998) meio ambiente é um lugar determinado ou percebido onde estão em relações dinâmicas e em constante interação os aspectos naturais e sociais. Essas relações acarretam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e políticos de transformações da natureza e da sociedade. Ou seja, é o habitat, o meio em que se habita e que com a globalização vem sofrendo diversas transformações que muitas das vezes são quase irreversíveis. Com os avanços tecnológicos, as grandes invenções criaram coisas que demoram muito além da própria existência humana para se decompor.

O meio ambiente pertence a uma daquelas categorias cujo conteúdo é mais facilmente de ser entendido do que definido, em virtude da riqueza e complexidade do que encerra. Não há acordo entre os estudiosos conhecedores do que seja meio ambiente. Trata-se de uma noção que exprime, queiram ou não, as paixões, as expectativas e as incompreensões daqueles que dele cuidam.

Ou seja, meio ambiente é o meio, a vida em que se vive, pois se precisa um do outro para existir. Desde a escola aprende-se que meio ambiente são todas as coisas que vivem neste planeta e estão ligados à vida dos seres humanos como as plantas animais tudo que possui vida e que está interligado ao ecossistema é denominado meio ambiente.

Milaré (2009) define ainda que, na linguagem técnica, meio ambiente é a combinação de todas as coisas e fatores externos ao indivíduo ou a população de

indivíduos em questão, ou seja, é constituído por seres bióticos e abióticos e suas relações e interações entre si e com o meio. Em relação ao conceito jurídico, podem-se distinguir duas perspectivas principais, uma estrita e uma ampla. Na visão estrita meio ambiente é a expressão do patrimônio natural e as relações com e entre os seres vivos, esta afirmativa despreza tudo aquilo que não diga a respeito aos recursos naturais. Na concepção ampla, meio ambiente abrange toda a natureza original, natural e artificial, assim como os bens culturais e correlatos. Tem-se aqui então um detalhamento do tema, de um lado o meio ambiente natural ou físico, constituído pelo sol, água, ar, energia, fauna e flora. Do outro se tem o meio ambiente artificial formado pelas edificações e equipamentos produzidos pelo homem, enfim os assentamentos de natureza urbanística e demais construções.

Cabe neste momento apresentar o conceito definido por Fiorillo (2010, p. 69) acerca do meio ambiente, este aponta que, o “meio ambiente relaciona-se a tudo aquilo que nos circunda”.

Concordando com Milaré (2009), o renomado doutrinador Celso Antônio Pacheco Fiorillo (2010) afirma que, meio ambiente é um conceito jurídico indeterminado, cabendo ao intérprete o preenchimento de seu conteúdo, e assim o passa a classificá-lo em meio ambiente natural ou físico que é constituído pela atmosfera, pelos elementos da biosfera, pelas águas, inclusive pelo mar territorial, pelo solo, pelo subsolo incluindo recursos minerais, pela fauna e flora. Meio ambiente artificial que é compreendido pelo espaço urbano construído, consistente no conjunto de edificações chamado de espaço urbano fechado e pelos equipamentos públicos espaço urbano aberto.

Meio ambiente cultural, o bem que compõe o chamado patrimônio cultural traduz a história de um povo, sua formação, cultural e, portanto, os próprios elementos identificadores de sua cidadania. (FIORILLO, 2010).

Em outras palavras, os autores querem dizer que, nem todos os ecossistemas são naturais, pois existem ecossistemas sociais e ecossistemas naturais. Esta distinção está sendo cada vez mais aceita, na teoria, e na prática. Nessa visão ampla, o meio ambiente seria a interação do conjunto de elementos naturais, artificiais e culturais que oportunizem o desenvolvimento equilibrado da vida em todas as suas formas.

Além dos conceitos jurídicos e biológicos, Coimbra (2002) define ainda meio ambiente como sendo aquele exposto em um contexto que contempla também as implicações das relações da sociedade humana, assim, para ele o meio ambiente é o conjunto dos elementos abióticos físicos e químicos e bióticos fauna e flora, organizados em diferentes ecossistemas naturais e sociais em que se insere o homem, individual e socialmente, num processo de interação que atenda ao desenvolvimento das atividades humana, a preservação dos recursos naturais e das características essenciais do entorno, dentro das leis da natureza e de padrões de qualidade definidos.

Assim, ambos os autores definem meio ambiente como o espaço em que se vive, um conjunto de realidades ambientais considerando, a diversidade do lugar e sua complexidade, sendo assim meio ambiente é o lugar onde reside a vida cotidiana dos seres abióticos e bióticos, envolve todas as coisas vivas e não vivas, onde habitam os seres humanos e suas inter-relações, onde todos são responsáveis por agir corretamente respeitando o meio ambiente.

Visto o conceito de meio ambiente, faz-se necessário definir o verdadeiro conceito de educação ambiental apresentado pela doutrina. É o que se passa a relatar.

2.1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL: ASPECTOS IMPORTANTES

Para se definir o conceito de educação ambiental é importante abordar sua concepção conforme entendimentos diversos.

Educação significa conduzir, liderar, incentivar para o crescimento. Todos os seres humanos nascem com o mesmo potencial, que deve ser desenvolvido no decorrer da vida e cabe ao educador promover condições para que isto ocorra criar situações que levem ao desenvolvimento deste potencial, que estimulem as pessoas a crescerem cada vez mais, pois todas as pessoas possuem a mesma capacidade de materializar novas ideias e agir em função daquilo em que acreditam durante a vida. (PELICIONI, 2004).

Desse modo, Lima (1984) define a educação ambiental como a posição de promover conhecimento dos problemas ligados ao ambiente, vinculando-os a uma visão global; preconiza também a ação educativa permanente, através da qual a comunidade toma consciência de sua realidade global, do tipo de relações que os homens mantem entre si e com a natureza, dos problemas derivados destas relações e de suas causas e efeitos para com a natureza.

Para Milaré (2009) a educação ambiental não se trata de ser contra o progresso, mas de promover e compatibilizar o desenvolvimento econômico e social com os requisitos ambientais mínimos, utilizando e conservando, de modo racional, os recursos naturais, e solidarizando-se sincronicamente nos termos presentes e diacronicamente através dos sucessivos tempos, com toda a humanidade, assim, o destino das gerações futuras encontra-se nas mãos das gerações presentes.

Ademais, o conceito de educação foi definido em 1999, após a promulgação da Lei nº 9.795, no dia 27 de abril daquele ano, que define no seu artigo 1º o que vem a ser educação ambiental, veja:

Art. 1º Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Com base nesta definição legal, Antunes (2008) aponta que a educação ambiental é extremamente importante, pois se pode perceber que os seus processos devem ter por finalidade a plena capacitação do indivíduo para compreender adequadamente o comprometimento ambiental do desenvolvimento econômico e social, pois o ambiente evolve o entorno do ser humano em todas as suas dimensões.

Assim, é preciso que a sociedade esteja sensibilizada a respeito dos problemas ambientais e disposta a contribuir e a trabalhar em conjunto no controle e na preservação dos recursos naturais, além de ter em mente que é mais que necessário o consumo sustentável.

Portanto, cabe à educação ambiental produzir o conhecimento da problemática para que as pessoas tomem conhecimento, para daí então desenvolver condutas favoráveis ao meio ambiente. A educação ambiental busca uma ligação entre natureza e sociedade através de uma formação de atitudes ecológicas nos indivíduos.

2.2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Em 1968 foi realizada em Roma/Itália uma reunião de cientistas dos países desenvolvidos para se discutir o consumo e as reservas de recursos naturais não renováveis e o crescimento da população mundial até meados do século XXI. As

conclusões do “Clube de Roma” deixam clara a necessidade urgente de se buscar meios para as conservações dos recursos naturais. Um dos méritos das conclusões do clube de Roma foi colocar o problema ambiental em um nível planetário, e como consequência disso, a organização das nações unidas realizou em 1972, em Estocolmo, na Suécia, a primeira conferência Mundial de Meio Ambiente Humano. O grande tema em discussão dessa conferência de Estocolmo foi à poluição ocasionada principalmente pelas indústrias. Um ponto importante também foi a de que se deve educar o cidadão para a solução dos problemas ambientais. Pode-se então considerar que a partir daí surge o que se convencionou a chamar de educação ambiental. (REIGOTA, 1998).

As questões ambientais começaram a se apresentar pelos idos dos anos 1970, quando eclode no mundo um conjunto de manifestações, incluindo a liberação feminina, a revolução estudantil de maio de 1968 na França dentre outras, com a instituição de governos autoritários, em resposta às exigências de organização democrática dos povos em busca de seus direitos à liberdade, ou seja, ao trabalho, à educação, à saúde, ao lazer e à definição participativa de seus destinos. (MEDINA, 1997).

No âmbito educacional, processavam-se críticas à educação tradicional e às teorias tecnicistas que visavam à formação de indivíduos eficientes e eficazes para o mundo do trabalho, surgindo movimentos de renovação em educação. Os antecedentes da crise ambiental da década de 1970 manifestaram-se ainda nas décadas de 1950 e 1960, diante de episódios como a contaminação do ar em Londres e Nova Iorque, entre 1952 e 1960, a diminuição da vida aquática em alguns dos Grandes Lagos norte-americanos, a morte de aves provocada pelos efeitos secundários imprevistos do Dicloro-Difenil-Tricloroetano (DDT) e outros pesticidas e a contaminação do mar em grande escala, causada pelo naufrágio do petroleiro Torrey Canyon, em 1966. Esses acontecimentos, dentre outros, tiveram ampla publicidade, fazendo com que países desenvolvidos receassem que a contaminação já estivesse pondo em perigo o futuro do homem. Nesta época ainda não se falava de Educação Ambiental, mas os problemas ambientais já demonstravam a irracionalidade do modelo de desenvolvimento capitalista. (MEDINA, 1997).

Com a ampliação do movimento ambientalista, na Segunda metade do século XX, passaram a serem elaborados quase todos os aspectos do meio natural associado ao interesse pela situação do ser humano, tanto no plano da comunidade como no das necessidades individuais de vida e subsistência, destacando-se a relação entre os ambientes artificiais e os naturais. O movimento conservacionista anterior, de proteção à natureza, interessava-se em proteger determinados recursos naturais contra a exploração abusiva e destruidora, alegando razões de prudência ética. O novo movimento ambiental, sem descartar essas motivações, superou-as, estendendo seu interesse a uma variedade maior de fenômenos ambientais. Alegava que a violação dos princípios ecológicos teria alcançado um ponto tal que, no melhor dos casos, ameaçava a qualidade da vida e, no pior, colocava em jogo a possibilidade de sobrevivência da própria humanidade. A fim de obter respostas a muitas dessas questões, realiza-se, em 1972, a Conferência de Estocolmo. A partir de então, a Educação Ambiental passa a ser considerada como campo da ação pedagógica. (MEDINA, 1997).

Nota-se que a atual destruição que se depara hoje resulta no processo de evolução da humanidade, na qual o homem modifica de forma desordenada a matéria prima oferecida pela natureza, os debates a respeito da questão ambiental não é recente e até agora pouco se tem feito por um mundo ecologicamente correto, falta interesse das pessoas em investir nesta causa. Talvez por não ter conhecimento a respeito do assunto das causas e efeitos, pois em pleno século XXI existem pessoas que dizem que é preciso jogar lixo no chão para dar serviço ao gari.

E a educação ambiental brasileira? Como se pode observar seu surgimento e sua aplicação atual? Perguntas que são essenciais para o entendimento do tema central deste trabalho, sendo estes fatos os que serão alegados adiante.

2.3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL

Durante a realização da Conferência de Estocolmo, o Brasil e a Índia que na época viviam milagres econômicos eram contra a educação ambiental dizendo que, a poluição é o preço que se paga pelo progresso com essa posição estes países deram entrada para instalação de indústrias multinacionais poluidoras, estas que estavam sendo impedidas de continuarem operando nas mesmas condições que operavam em seus respectivos países. Esta atitude trouxe consequências sérias e isso se fez sentir nos anos seguintes, um exemplo foi Cubatão, onde devido à grande concentração de poluição química, crianças nasciam acéfalas; na Índia o acidente de Bophal, ocorrido numa indústria química multinacional que operava sem as medidas de seguranças exigidas em seu país de origem, provocou a morte de milhares de pessoas. Este acidente junto ao da usina de Chernobyl são considerados os maiores acidentes ecológicos contemporâneos. No início dos anos 70 foi criada a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), esta era subordinada ao ministério dos transportes, com responsabilização pelos projetos de educação ambiental e o ministério dos transportes o responsável pela construção da transamazônica e pela integração desta região ao resto do país. (REIGOTA, 1998).

Cabe acrescentar que, a educação ambiental desenvolvida pela SEMA era extremamente conservacionista, com atuação política e prática diferente da atual, o que demonstra o contexto político econômico-ambiental da época. Sendo assim a educação ambiental, oficial desse período é importante meramente como referência histórica. Nessa época, independente do governo, surge no Brasil uma educação ambiental crítica acompanhando o que estava acontecendo em outros países. E assim a educação ambiental começa a ser realizada inibidamente por pequenos grupos de pessoas isoladamente, em escolas, clubes, parques e associações de bairros. (REIGOTA, 1998).

E esta Educação Ambiental avança a partir dos anos 80 e se consolida de forma significativa nos anos 90 com a participação dos grupos e movimentos organizados que também contribuiu para a demarcação da preocupação ambiental. (CARVALHO, 2008)

Já Reigota (1998) aborda que, o Primeiro Encontro Paulista de Educação Ambiental ocorreu em Sorocaba no ano de 1984. Foi um encontro de caráter regional, esse encontro reuniu pela primeira vez no Brasil os poucos praticante e pesquisadores em educação ambiental que apresentaram trabalhos realizados nos últimos anos. Com o assassinato de Francisco Alves Mendes Filho dia 22 de dezembro de 1988 o popularmente conhecido como “Chico Mendes” é que ocorre o desencadeamento da educação ambiental, a partir daí com a ECO 92, a educação ambiental teve seu espaço para se consolidar como ação pedagógica crítica aos modelos vigentes, foi devido a Eco 92 que muitos livros, revistas especializadas e artigos críticos têm sido publicados.

A mídia realiza debates com especialistas, políticos e cidadãos e a publicidade tem destacado aspectos ecológicos, filmes, peças de teatros e exposições de artes plásticas com temas ambientais que se multiplicam. Passam a ser realizados eventos científicos por todo o país, nas universidades iniciam-se cursos novos de reciclagem e de especialização em educação ambiental. Os movimentos ambientalistas e sociais ocupam importantes espaços, revigorando a sociedade civil e a frágil democracia brasileira. (REIGOTA, 1998).

Para (LOURENÇO, 2008) a Educação Ambiental no Brasil se constituiu com base em propostas educativas, sendo reconhecida como de inegável relevância para a

construção de uma perspectiva ambientalista de sociedade. Tal fato é relativamente simples de compreender quando pensamos a Educação Ambiental como uma práxis educativa que se definiu no próprio processo de atuação, nas diferentes esferas da vida, das forças sociais identificadas com a questão ambiental.

Para entender o futuro é preciso voltar ao passado e em se tratando de educação ambiental o Brasil, na conferência de Estocolmo, teve uma péssima atitude em relação ao meio ambiente defendendo a ideia de que a poluição é o preço que se paga pelo progresso, com esta posição não pensou no futuro, com isso veio a sofrer as consequências logo depois com a poluição ocasionadas pelas indústrias, estas que vem se arrastando até os dias atuais, pois se tem hoje não só a poluição do ar, rios, mas também o desmatamento, a invasão de lugares impróprios para moradias dentre outros tantos problemas ambientais.

2.4 POLITICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (LEI N.º 9795/1999): ASPECTOS IMPORTANTES

Primeiramente, cabe registrar que, a Lei n.º 9.795/1999, instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental, surgindo com o objetivo de dar maior ênfase na educação ambiental, por representar um componente essencial para a educação nacional, tal fato é retratado no artigo 2º da referida lei, veja:

Art. 2º A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal.

Ademais, o artigo 7º aponta de forma clara a abrangência da educação ambiental.

Art. 7º A Política Nacional de Educação Ambiental envolve em sua esfera de ação, além dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - Sisnama, instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino, os órgãos públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e organizações não governamentais com atuação em educação ambiental.

Assim, cabe ao sistema nacional de educação articular ações que busquem desenvolver as atividades que são necessárias á politica nacional de educação ambiental.

Art. 8º As atividades vinculadas à Política Nacional de Educação Ambiental devem ser desenvolvidas na educação em geral e na educação escolar, por meio das seguintes linhas de atuação inter-relacionadas:

- I - capacitação de recursos humanos;
- II - desenvolvimento de estudos, pesquisas e experimentações;
- III - produção e divulgação de material educativo;
- IV - acompanhamento e avaliação

§ 1º Nas atividades vinculadas à Política Nacional de Educação Ambiental serão respeitados os princípios e objetivos fixados por esta Lei.

- I - a incorporação da dimensão ambiental na formação, especialização e atualização dos educadores de todos os níveis e modalidades de ensino;
- II - a incorporação da dimensão ambiental na formação, especialização e atualização dos profissionais de todas as áreas;
- III - a preparação de profissionais orientados para as atividades de gestão ambiental;
- IV - a formação, especialização e atualização de profissionais na área de meio ambiente;

V - o atendimento da demanda dos diversos segmentos da sociedade no que diz respeito à problemática ambiental.

É dever de todos preservar o meio ambiente, cabendo à Lei nº 9795/1999 em seu artigo 8º capacitar as pessoas, desenvolver estudos, incorporar a dimensão ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino, ou seja, preparar os profissionais para a gestão ambiental.

Da educação ambiental no ensino formal o artigo 9º estabelece que:

Art. 9º Entende-se por educação ambiental na educação escolar a desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, englobando:

I - educação básica:

- a) educação infantil;
- b) ensino fundamental e
- c) ensino médio;

II - educação superior;

III - educação especial;

IV - educação profissional;

V - educação de jovens e adultos.

Assim, estabelece o artigo 9º que a educação ambiental deve estar presente em todas as modalidades de ensino formal e não formal.

Para Gadotti (2005) educação formal tem objetivos claros e específicos e é representada pelas escolas e universidades e depende de uma diretriz educacional centralizada como o currículo, com estruturas hierárquicas e burocráticas, determinadas em nível nacional, com órgãos fiscalizadores do ministério da educação. E a educação não formal é mais difusa, menos hierárquica e menos burocrática. Os programas de educação não formal não precisam necessariamente seguir um sistema sequencial e hierárquico. Podem ter duração variável, e podem, ou não, conceder certificados de aprendizagem.

Toda educação é, de certa forma, educação formal, no sentido de ser intencional, mas o cenário pode ser diferente. O espaço da escola é marcado pela formalidade, o espaço da cidade apenas para definir um cenário da educação não formal é marcado pela eventualidade, pela informalidade. A educação não formal é também uma atividade educacional organizada e sistemática, mas levada a efeito fora do sistema formal. Dai também alguns a chamam impropriamente de educação informal. São múltiplos os espaços da educação não formal. Além das próprias escolas onde pode ser oferecida educação não formal tem-se as Organizações Não-Governamentais, as igrejas, os sindicatos, a mídia, as associações de bairros, dentre outras. (GADOTTI, 2005).

Da educação ambiental no ensino não formal o artigo 13 estabelece:

Art. 13. Entende-se por educação ambiental não formal as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente.

Parágrafo único. O Poder Público, em níveis federal, estadual e municipal, incentivará:

I - a difusão, por intermédio dos meios de comunicação de massa, em espaços nobres, de programas e campanhas educativas, e de informações acerca de temas relacionados ao meio ambiente;

II - a ampla participação da escola, da universidade e de organizações não governamentais na formulação e execução de programas e atividades vinculadas à educação ambiental não formal;

- III - a participação de empresas públicas e privadas no desenvolvimento de programas de educação ambiental em parceria com a escola, a universidade e as organizações não governamentais;
- IV - a sensibilização da sociedade para a importância das unidades de conservação;
- V - a sensibilização ambiental das populações tradicionais ligadas às unidades de conservação;
- VI - a sensibilização ambiental dos agricultores;
- VII - o ecoturismo.

Cabe ao poder público o incentivo de preservação ao meio ambiente, portanto é um dever de todos preservá-lo. Como cidadãos conscientes, cabe o também o exercício da conscientização das pessoas. Como indivíduos conscientes, sabe-se do valor das leis e que elas existem para serem cumpridas e para isso acontecer é preciso que uns fiscalizem os outros, pois ao ver um ato errado e permitir este erro, também fará parte do erro e terá culpa sobre ele.

Este trabalho terá como foco principal a educação ambiental formal com base nas escolas para daí então expandir por toda a sociedade.

2.5 EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO ESCOLAR E O PAPEL DO EDUCADOR

Visto os principais pontos essenciais à educação ambiental e seu contexto histórico, é importante refletir acerca da educação ambiental em seu âmbito escolar. É o que se passa a relatar neste momento.

A educação ambiental é fundamental na obtenção dos objetivos e metas estabelecidas para cada local seja em um bairro ou em uma área rural, a eficiência da gestão ambiental é determinada pelo grau de educação da população, daí a importância da educação ambiental na escola, pois os alunos podem ser mediadores em relação aos pais amigos e vizinhos. (PELICIONI, 2004).

Keim (1984) define que, a educação ambiental no contexto escolar deve acontecer de forma interativa e criativa, ajudando o aluno a perceber os sintomas e as causas verdadeiras dos problemas do ambiente ressaltando a complexidade dos problemas ambientais e, em consequência, a necessidade de desenvolver o sentido crítico e as aptidões necessárias para sua resolução.

Assim, é necessário empregar diversos meios educativos e uma ampla escala de métodos para transmitir e receber conhecimentos sobre o ambiente, salientando de modo adequado às atividades práticas e as experiências pessoais vivenciadas. (KEIM, 1984).

Já Guimarães (2000) define que, não basta apenas ter atitudes corretas como separar o lixo para ser reciclado é preciso também sejam alterados os valores consumistas, responsável por um grande volume crescente de lixo nas sociedades. É necessário que o aluno tome consciência observando o meio a sua volta.

A educação se faz pela aproximação e vivência da realidade pelo olhar crítico e contínuo e pelo processo de conscientização. Assim, é preciso que se faça desta tomada de consciência o objetivo primeiro de toda a educação, é preciso provocar e criar condições para que se desenvolva uma atitude de reflexão crítica e comprometida com a ação. (PELICIONI, 2004).

Em educação ambiental é necessário que o educador tome como base o pensamento crítico e inovador, em qualquer tempo ou lugar, em seu modo formal, não

formal e informal, promovendo a transformação e a construção da sociedade. (AVANZI, 2004).

A educação ambiental deve estar aliada ao desenvolvimento sustentável, a escola juntamente com a família deve ser os principiantes da educação ambiental para preservar o meio natural, o educando deve aprender desde cedo a cuidar da natureza. A educação ambiental é muito importante, pois responsabilizará o educando pelo resto da vida.

O professor é a peça fundamental no processo de conscientização da escola e da sociedade dos problemas ambientais, pois buscará desenvolver em seus alunos atitudes corretas de conservação ambiental e respeito à natureza, transformando-os em pessoas compromissadas e conscientes com o futuro do planeta.

A ação ambiental crítica deve vir a ser desenvolvida através de projetos que se voltem para além das salas de aula, pode ser metodologicamente viável, desde que os educadores que a realizam, conquistem em seu cotidiano à práxis de um ambiente educativo de caráter crítico. (GUIMARÃES, 2004).

Para transformar a realidade é preciso conhecê-la profundamente, conhecer as necessidades, interesses, dificuldades, expectativas e sonhos dos grupos sociais que formam a sociedade. É a partir daí que se define a metodologia a ser utilizada em função dos objetivos educativos. A ação educativa deve ser planejada junto com a população e deve haver uma avaliação constante. (PELICIONI, 2004).

A educação provoca mudanças, mesmo que inconscientes. Essas mudanças são internas e vem de dentro para fora, a educação é a transformação do sujeito que ao transformar-se, transforma o seu entorno. (PELICIONI, 2004).

Ademais, “em educação ambiental é preciso que o educador trabalhe intensamente a integração entre ser humano e ambiente e se conscientize de que o ser humano é natureza e não apenas parte dela” (GUIMARÃES, 2000, p.30).

Assim, quando se toma consciência disso desfaz a relação de poder e o indivíduo compreende que é parte do ambiente e não superior a ele, é neste processo que a educação ambiental deve atuar desenvolvendo um papel de sensibilização e ação sobre a relação ser humano e a natureza. Portanto, é preciso deixar claro que conscientizar não é só transmitir valores verdes do docente para o discente, é possibilitar ao discente questionar e criticar os valores estabelecidos pela sociedade, assim pelos valores do próprio educador que esta trabalhando sua conscientização e permitir que o educando tire suas próprias conclusões e critique os valores a partir de sua realidade vivenciada com isso fazer com que confrontem diversos valores na busca de novas atitudes corretas. (GUIMARÃES, 2000).

Cabe ao educador a responsabilidade de aguçar no aluno a curiosidade de despertar seu senso crítico, a autoconfiança para o exercício de sua cidadania, desencadeando assim posturas corretas em relação à natureza, assim, é dever do professor possibilitar aos alunos o conhecimento da realidade.

A educação faz com que a ação corresponda ao conhecimento adquirido e valorizado, a atitude é que vai predispor a ação. (PELICIONI, 2004).

O educador, sobretudo tem um papel fundamental de mediador de relações sócio educativas, coordenador de ações, pesquisas e reflexões escolares ou comunitárias que oportunizem novos processos de aprendizagens sociais, individuais e institucionais. (CARVALHO, 2004).

Nalini (2001) reflete sobre esta dimensão valorativa auxilia melhor na compreensão da interação homem ambiente, para se extrair dela consequências concretas. O homem não agride a natureza sem se autoagredir. E se a destrói, inconscientemente está se autodestruindo.

Todos sabem, mas poucos têm noção de que a natureza é a vida humana, e todas as vezes que ela for destruída estará destruindo a própria humanidade.

Neste intuito, tem-se a importância de trabalhar a educação ambiental que deve acontecer não só na escola, mas que seria a chave do começo, pois geraria bons exemplos que partiriam do menor para o maior. Uma criança que tem conhecimento do assunto levaria a questão para casa e questionado como foi o dia de aula contaria todas as experiências vivenciadas na escola e na sua casa iriam querer adotar métodos como separar o lixo para reciclagem dentre outros.

2.6 FORMAS DE ENSINO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O ESTUDO DA INTERDISCIPLINARIDADE NA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Para abordar as formas de ensino da educação ambiental é necessário antes saber o significado de interdisciplinaridade para alguns. A interdisciplinaridade tem sua razão de ser na busca de uma grande teoria, uma nova etapa do desenvolvimento das ciências caracterizado por uma reunificação do saber em um modelo que possa a ser aplicado a todos os âmbitos atuais do conhecimento. (SANTOMÉ, 1998).

A interdisciplinaridade pode ser aplicada a todas as matérias e níveis de conhecimento do âmbito escolar, cabe aos professores abordá-la individual ou coletivamente entre a comunidade.

A abordagem interdisciplinar deve acontecer de forma clara e objetiva de modo que o aluno possa assimilar a situação problema. Devem ser realizadas individualmente pelo professor em sua sala de aula ou em um trabalho coletivo de vários professores, no esforço de, a partir das atividades e conhecimentos adquiridos por cada um, produzir um novo conhecimento ampliado da realidade trabalhada. O esforço coletivo de vários professores em suas áreas de conhecimento na realização conjunta das atividades com um objetivo comum poderá resultar em um trabalho interdisciplinar que muito favorecerá o desenvolvimento da educação ambiental na escola. Este é um importante trabalho a ser desenvolvido pelos educadores ambientais, pois permite a compreensão do ambiente para daí poder trabalhar o equilíbrio dos seres humanos com a natureza. (GUIMARÃES, 2000).

Considerando a própria gravidade da crise ambiental para a manutenção da vida no planeta e a emergência do enfrentamento desta, não há como pensar em um público alvo, privilegiado ao qual a educação ambiental deva se destinar, é preciso focar no aluno tendo a sociedade constituída por seus atores individuais e coletivos, em todas as faixas etárias. (GUIMARÃES, 2004).

A educação ambiental tem a função de reintegrar o homem à natureza utilizando-a de forma correta, pois visa formar uma população mundialmente consciente com o ambiente e com os problemas que estão relacionados a ele, atividades práticas devem ser desenvolvidas de forma que os alunos consigam conciliar teoria e prática. Um método possível é o de aulas em praças, parques zoológicos, e até mesmo no próprio pátio da escola onde mantenham contato com o meio natural e facilitará o aprendizado e a conscientização ambiental.

As formulações, que se identificam como tendência natural, representam a relação homem-natureza pela ideia de que a posição do homem no ambiente é definida pela própria natureza e de que a educação, em particular a ambiental, tem como função reintegrar o homem à natureza e, por consequência, adaptá-lo à sociedade (REIS, 2001).

A redução no desperdício de água, coleta seletiva do lixo, entre outras atitudes que contribuem com o meio ambiente, são ações que devem ser solicitadas, tanto na escola como nas residências dos alunos, proporcionando que eles sejam agentes

participativos do processo de ensino aprendizagem e, principalmente, verificando o resultado se está havendo uma mudança no comportamento dos alunos. É preciso readaptar o homem à sociedade, pois com o passar dos tempos adquiriu uma relação imprópria perante o ambiente e já não há mais respeito com o tempo da natureza, estão agredindo-a sem esperar o tempo para repor o que lhe foi tirado.

3 METODOLOGIA

O estudo de caso foi realizado nas Escolas Estaduais de Unai/MG com professores do 5º ano do ensino fundamental por meio de averiguações com o objetivo de certificar o conhecimento deles a respeito da educação ambiental e como está sendo aplicada no âmbito escolar dos alunos. Também foi realizada uma pesquisa bibliográfica, desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.

A coleta de dados ocorreu por meio de questionários que, conforme ensinamentos trazidos por, Gil (1999): “constitui uma técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentada por escrito às pessoas, tendo como objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimento, interesse, expectativa, situações vivenciadas”.

4 RESULTADOS: DISCUSSÃO E ANÁLISE

Nos meses de agosto e setembro de 2013 foi realizado um estudo de caso com professores do 5º ano do ensino fundamental das Escolas Estaduais de Unai, Minas Gerais, com o intuito de verificar a Educação Ambiental aplicada no contexto escolar dos alunos.

Foram aplicados questionários a 15 professores da rede estadual de ensino, dos quais 03 (três) professores recusaram a respondê-los. Observou-se que os participantes desta pesquisa são na maioria do sexo feminino. Já com relação ao tempo de atuação, formação e o tempo em que trabalha na instituição, as respostas das oito escolas participantes podem ser verificadas na tabela a seguir.

Tabela 01- Perfil dos Entrevistados

Tempo de atuação como educador	Nº	Formação	Nº	Tempo em que trabalha na instituição de ensino	Nº
0 a 3 anos	1	Magistério	0	0 a 2 anos	4
4 a 6 anos	2	Graduação	6	3 a 5 anos	3
7 a 9 anos	2	Pós-graduação	6	6 a 8 anos	3
10 ou mais	7	Outros	0	9 ou mais	2

Fonte: Dados da pesquisa.

Com relação ao tempo de atuação como educador apenas um professor possui pouco tempo de atuação, independente de seu tempo de formação um bom professor não deve apenas confiar em uma metodologia específica, ele deve fundamentar suas experiências em sua competência pedagógica a fim de melhor compreender as necessidades, dificuldades e interesses de cada ser enquanto aprendiz (BARBOSA, 1994).

Um bom professor deve estar sempre em busca do novo, ele deve ser estratégico e sua atuação em sala de aula é determinante para que haja uma boa aprendizagem de seus alunos.

Para melhor compreensão do tema abordado neste estudo buscou-se ainda, através de questionamentos, verificar o conhecimento que os professores possuem a respeito da Educação Ambiental, assim foram verificados os seguintes fatores:

Tabela 02- Entendimento do conceito de Educação Ambiental

Professor 1, 2,3: São processos pelos quais as pessoas constroem valores sociais e buscam conhecimentos para preservar o meio ambiente.
Professor 4: Educação Ambiental é termos consciência de que precisamos cuidar do ambiente, não só da natureza, mas, ter cuidado em manter limpo o lugar onde moramos, a escola, enfim todo o ambiente.
Professor 5 e 6: Educação Ambiental é educar para a conservação do meio ambiente, visando à qualidade de vida.
Professor 7, 8, 9, 10, 11,12: É uma educação voltada para o meio ambiente, um trabalho de conscientização dos alunos em relação ao desperdício, preservação da natureza e reflorestamento, é preciso conscientizar, orientar, ensinar, mostrar a realidade para que cada um tenha conhecimento e possa fazer sua parte.

Fonte: Dados da pesquisa.

Como se pode observar, a Educação Ambiental não se limita apenas à natureza, ela deve ser exercida em qualquer espaço seja na escola, ruas, praças enfim em qualquer lugar. Ao averiguar o conhecimento dos professores a respeito do tema todos os participantes afirmaram ter conhecimento suficiente para a prática da Educação Ambiental.

Em afirmação a este conceito Pelicioni (2004) afirma que a Educação Ambiental é a própria educação com sua base teórica determinada historicamente e que tem como objetivo final melhorar a qualidade de vida e ambiental da coletividade e garantir sua sustentabilidade. É preciso que o educador ambiental conheça e compreenda a história da educação e os pensamentos pedagógicos aí gerados, a partir daí ser capaz de escolher as melhores estratégias educativas para atuar sobre os problemas socioambientais juntamente com a participação popular tentar solucioná-los.

Assim, pode-se concluir que, o objetivo da Educação Ambiental visa uma vida melhor, é uma forma abrangente de educação que almeja atingir a todos.

O próximo ponto questionado aos entrevistados foi sobre a metodologia que estes utilizam para aplicação da Educação Ambiental e sua frequência, veja a tabela que consta as respostas dadas:

Tabela 03- Metodologia aplicada na Educação Ambiental e a frequência de aplicação

Professor 1, 2,3: Não responderam.
Professor 4, 5, 6: Livro didático, cartazes, leituras, atividades, panfletos, reportagens e textos informativos.
Professor 7, 8, 9, 10: Aulas teóricas como textos, vídeos informativos, palestras relacionadas à coleta seletiva e práticas como visitação a locais, plantio de árvore. Em uma frequência cotidiana.
Professor 11,12: Sempre abordo o assunto em qualquer área do conhecimento relacionado a qualquer tema sobre meio ambiente, aplico trabalhos em grupos, vários tipos de pesquisas, seminários, cartazes, teatro com fantoches, vídeos, trabalhos manuais que envolva material reciclado, procuro trabalhar em uma frequência de quinze a quinze dias.

Fonte: Dados da pesquisa.

Como se pode observar na tabela acima, dos professores questionados 03 (três) não responderam, os outros relataram usar mais a teoria do que a prática, porém em Educação Ambiental é indispensável que se trabalhe a teoria para o conhecimento e a prática para vivenciar o problema, teoria e prática estão interligadas para uma melhor compreensão da problemática ambiental.

A respeito deste questionamento Pelicioni (2004) relata que não existe Educação Ambiental apenas na teoria, o processo de ensino-aprendizagem na área ambiental implica o exercício de cidadania proativa, ou seja, as pessoas não foram

habitadas a questionar as próprias atitudes e não se veem como causa dos problemas que as atingem, pensando assim logo também não se verão como solução, a prática na educação ambiental faz despertar no indivíduo este pensamento crítico de que ele é capaz de mudar a realidade.

Portanto, é através da união entre a prática e a teoria que será possível alcançar resultados positivos através da educação ambiental.

Após verificar a utilização da metodologia questionou-se a importância da Educação Ambiental na esfera escolar e na vida do aluno, segue abaixo o resumo das respostas apresentadas:

Tabela 04- A importância da Educação Ambiental na esfera escolar e na vida do educando

Professor 1, 2,3: É de grande importância, pois é na escola que muitos passam a ter conhecimento da realidade e começa a praticá-la.

Professor 4, 5: Formar cidadãos conscientes e responsáveis pela proteção do ambiente, garantindo vida às futuras gerações.

Professor 6: Em ambos ela é muito importante, pois estamos falando do meio onde vivemos.

Professor 7: Conscientizar toda a comunidade escolar.

Professor 8, 9: Essencial ele precisa de um país melhor, por isso precisa fazer mais pela natureza para que haja um equilíbrio no planeta.

Professor 10, 11: A Educação Ambiental mostra se como uma ferramenta de orientação para a tomada de consciência dos indivíduos frente aos problemas ambientais. Quando é bem trabalhado o tema o aluno jamais esquecerá.

Professor 12: Na escola ele terá condições de aliar prática com teoria, onde a mesma é fundamental para produzir novas mudanças de atitudes. Na vida dele ele conseguirá trazer mais benefícios a sua saúde e das pessoas que o cercam.

Fonte: Dados da pesquisa.

Todos os professores questionados afirmaram ser de suma importância à educação ambiental na esfera escolar, pois é na escola que o aluno passa a ampliar seus conhecimentos em relação ao meio ambiente e que cabe à escola buscar maneiras criativas para se trabalhar o tema.

Esta afirmativa vai de acordo com o que diz Santos (2000) ao afirmar que a educação ambiental se constitui numa forma abrangente de educação que propõe atingir todos os cidadãos, a fim de sensibilizá-los para a conservação do meio ambiente, então a escola se torna um dos locais mais propícios para esta sensibilização.

Outro ponto questionado foi à importância do educador no processo de educação ambiental, segue o condensado de respostas:

Tabela 05- A importância do educador no processo de Educação Ambiental

Professor 1, dois: É através do educador que os alunos receberão desde os primeiros anos escolares as informações para as ações nas quais eles devem tomar para haver mudanças. O educador deve despertar no aluno atitudes e valores de respeito ao meio ambiente.

Professor 3: Ele deve fornecer os processos que permitam grandes desafios e pesquisas no âmbito do ensino como componente reflexivo.

Professor 4: Mostrar os problemas ambientais, e a partir daí, buscar soluções para mudar significativamente a realidade.

Professor 5: Talvez a escola seja o único lugar em que o aluno receba essa educação, em alguns casos é claro.

Professor 6,7: Fundamental, pois é na escola que eles aprendem e depois repassam para família, e uma atitude errada pode acarretar uma grande responsabilidade.

Professor 8, 9, 10, 11,12: O educador é o mediador no processo de formação do educando, ele deve trabalhar no dia a dia a conscientização e a preservação do meio ambiente.

Fonte: Dados da pesquisa.

Todos os professores questionados afirmaram que o educador tem um papel fundamental no processo de Educação Ambiental, pois é ele o facilitador da aprendizagem, cabe a ele provocar no aluno o sentido crítico questionador.

Este conceito esta de acordo com o que diz Jacobi (2003) que afirma que o educador tem a função de mediador na construção dos referenciais ambientais e deve saber usá-los como instrumentos para o desenvolvimento de uma prática social centrada no conceito da natureza. Afinal, a educação ambiental é condição necessária para modificar um quadro de crescente degradação socioambiental.

Tabela 06 - Formas de ensino da Educação Ambiental trabalhadas pelos entrevistados e a metodologia de ensino mais importante

Professor 1,2: Não houve resposta.
Professor 3,4: Textos informativos e muito dialogo.
Professor 5: Apresento aos alunos a realidade nas quais somos desafiados a superá-las.
Professor 6: Usando a teoria e a prática.
Professor 7,8: Através de projetos, panfletos e atividades em classe e extraclasse, atividades interdisciplinares voltadas para o desenvolvimento do aluno.
Professor 9: A coleta seletiva do lixo, redução no desperdício de água entre outras, fazer com os alunos sejam agentes participativos no processo.
Professor 10, 11,12: Exibição de filmes, cartazes, entrevistas seminários, pesquisas, conscientização e manutenção do ambiente escolar, trabalho em grupo, vídeos e debates, e teatro com fantoches.

Fonte: Dados da pesquisa

Sobre este questionamento 02 (dois) dos professores questionados não responderam, os demais afirmaram trabalhar o diálogo, teoria e prática dentre outras em nem um momento foi mencionado à questão de se trabalhar o lúdico na educação ambiental como dinâmicas envolvendo o tema abordado que também seria de grande importância.

Segundo Santos (2000) a Educação Ambiental busca a construção da consciência de que precisamos viver em um mundo diferente, transformador, harmônico, equitativo. As informações, os dados, as análises são importantes, mas na prática de sala de aula, o trabalho não se deve limitar ao puro raciocínio lógico formal, nem à transmissão dos conteúdos programáticos para que não se torne cansativo e pouco atrativo para os alunos, acabando por não mudar posturas em relação ao meio ambiente.

Ademais, Dohme (2008) as atividades lúdicas podem desenvolver diversas habilidades e atitudes interessantes no processo educacional e diversas características, como, participação ativa do aluno no processo de ensino-aprendizagem; a motivação em participar, a educação considerada sob seu aspecto mais amplo deve possibilitar o desenvolvimento não só em conhecimentos teóricos, mas também nos aspectos: físico, intelectual, afetivo, social, artístico, espiritual e ético.

Por fim, o último questionamento levantado foi em relação à forma de trabalhar a educação ambiental, a qual deve ser feita de forma transdisciplinar, veja as respostas:

Tabela 07 - Forma de trabalhar a Educação Ambiental de maneira transdisciplinar

Professor 1: Dando enfoque a vários conhecimentos com o objetivo de articulação entre as inúmeras faces da educação ambiental com o objetivo de alcançar a unificação do saber.
Professor 2, 3,4: Não houve resposta.
Professor 5,6: Com atividades diferenciadas usando a criatividade, palestras, fazendo e criando ações que envolvam acima de tudo a realidade do aluno e suas experiências vividas.
Professor 7: Com produção e interpretação de textos com o tema, problemas matemáticos envolvendo o tema e leituras de imagens.

Professor 8,9: Reflorestamento e conscientização da reciclagem integrando o conteúdo ao do dia a dia.

Professor 10, 11, 12: Por meio de projetos junto a outras disciplinas, reflorestando pequenos ambientes como escola, quintal de casa, competição entre escolas exemplo: qual escola consome menos água em um determinado tempo.

Fonte: Dados da pesquisa

Durante este questionamento 03 (três) dos professores não responderam, essa negativa na resposta pode ser entendida como ausência de conhecimento a respeito do tema ou falta de interesse em pesquisá-lo. Mesmo porque, a Educação Ambiental pode ser trabalhada em todos os âmbitos escolares e cabe ao professor adequar o tema às diversas áreas do saber, não se limitar apenas a uma disciplina, mas deve ser trabalhada de maneira interdisciplinar, todos com o mesmo propósito da unificação do saber.

Com relação a este conceito Pelicioni (2004) fala que a interdisciplinaridade é inerente à educação ambiental. Se os problemas ambientais são complexos e são causados pelos modelos de desenvolvimento adotados até os dias atuais, suas soluções dependem de diferentes saberes, de pessoas com diferentes formações voltadas para um objetivo em comum de resolvê-los.

Dos 15 professores questionados 3 não quiseram responder, além de que 8 deixaram respostas em branco dando a entender pelas perguntas que foram feitas que, não trabalham a prática em educação ambiental. Percebe-se que possuem conhecimento em relação ao tema, mas trabalham mais a teoria enquanto que o mais importante para o entendimento é a prática, pois é vivenciando que o aluno poderá despertar o sentido do porquê dos acontecimentos ambientais e buscar soluções a eles. Aulas de campo são importantes, mas é possível trabalhar uma aula prática dentro da sala de aula com maquetes, com representação da realidade e como deveria ser a real situação, dinâmicas onde o discente iria aprender se divertindo, e com certeza seria uma aula inesquecível.

Está faltando empenho por parte dos docentes em diversificar as aulas, estar sempre em busca do novo e com isso torná-las interessantes e atrativas aos olhos dos alunos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi analisar o conhecimento que os professores possuem em relação à Educação Ambiental e como está sendo aplicada no contexto escolar.

Diante da pesquisa bibliográfica realizada pode-se confirmar que é importante que se trabalhe a Educação Ambiental na escola, pois é o lugar onde o aluno adquire conhecimentos para a vida, sendo indispensável que se trabalhe a teoria e a prática de forma conjunta, pois ambas estão interligadas e uma depende da outra para melhor entendimento do aluno. Mesmo porque, a teoria serve para ele conhecer e a prática para vivenciar a questão ambiental.

A educação ambiental é essencial a todos, sendo a escola o local onde o aluno adquire os primeiros conhecimentos para então desencadear atitudes favoráveis ao meio ambiente. Ficou claro durante a pesquisa que o professor é essencial no processo de educação ambiental, pois é ele o responsável por despertar um sentido crítico questionador no aluno.

Também se evidenciou que os professores questionados possuem conhecimento suficiente para a prática da Educação Ambiental, contudo, atuam mais na parte teórica, sendo fundamental que os docentes diversifiquem as aulas, tornando-as atrativas para o alunado.

Nesta mesma perspectiva, a Educação Ambiental no contexto escolar deve acontecer de forma dinâmica e criativa, tendo o professor o papel de mediador, ajudando o aluno a perceber as causas dos problemas ambientais, sendo fundamental o emprego de diversas metodologias para essa abordagem, principalmente práticas e dinâmicas, sempre unindo à teoria e prática.

Assim, cabe aos educadores buscar atitudes favoráveis à natureza, e a estes dar um bom exemplo a ser seguido, para que os alunos nunca esqueçam e pratiquem boas ações, gerando boas atitudes e resultados essenciais para a proteção ambiental.

Portanto, a educação ambiental precisa ser tratada pela escola com muita responsabilidade, pois é o local mais importante para sua expansão, visto que o educador é importante neste processo, pois cabe a ele mediar o engajamento dela em todos os contextos: familiares, social e cultural. Assim, é necessário empregar diversas metodologias educativas na busca de um só alvo que é a preservação do meio ambiente.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. 11. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

AVANZI, Maria Rita. Ecopedagogia. *In*: LAYRARGUES, Philippe Pomier (coord.). **Identities da Educação Ambiental Brasileira**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2004, p. 35-50.

BARBOSA, José Juvêncio. **Alfabetização e Leitura**. 2ed. São Paulo: Cortez, 1994.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. A Educação Ambiental no Brasil. *In*: **Educação Ambiental no Brasil**. Salto para o Futuro TV Brasil, ano XVIII, boletim 01, Rio de Janeiro: mar. 2008, p. 14. Disponível em: <<http://www.tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/164816Educambiental-br.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2013.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Educação Ambiental Crítica: nomes e endereçamentos da educação. *In*: LAYRARGUES, Philippe Pomier (coord.). **Identities da Educação Ambiental Brasileira**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2004, p. 13-24.

COIMBRA, José de Ávila Aguiar. **O outro Lado do Meio Ambiente**. Campinas, SP: Millennium, 2002.

DOHME, Vânia. **Atividades Lúdicas na educação**: o caminho de tijolos amarelos do aprendizado. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

GADOTTI, Moacir. **A Questão da Educação Formal/Não-Formal**. *Institut International des Droits de L'enfant (IDE)*. *Droit à l'éducation: solution à tous les problèmes ou problème sans solution?* Sion: 18/22 out. 2005. Disponível em: <http://www.virtual.ufc.br/solar/aula_link/llpt/A_a_H/estrutura_politica_gestao_organizacional/aula_01/imagens/01/Educacao_Formal_Nao_Formal_2005.pdf>. Acesso em: 20 out. 2013.

- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 3ed. São Paulo: Atlas, 1991.
- GUIMARAES, Mauro. **A Dimensão Ambiental na Educação**. 3. ed. São Paulo: Papirus, 2000.
- _____. Educação Ambiental Crítica. *In*: LAYRARGUES, Philippe Pomier (coord.). **Identities da Educação Ambiental Brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004, p. 25-34.
- FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. 11. Ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- JACOB, Pedro. Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**. n. 118. Mar. 2003. p. 189-205. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16834.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2013.
- KEIM, Ernesto J. Abordagem das relações entre os componentes ambientais nos livros didáticos de 1º grau. **Dissertação de mestrado em educação**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1984.
- LIMA, Maria A. J. **Ecologia humana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.
- LOURENÇO, Carlos Frederico B. Proposta Pedagógica Educação Ambiental no Brasil. *In*: **Educação Ambiental no Brasil**. Salto para o Futuro TV Brasil, ano XVIII, boletim 01, Rio de Janeiro: mar. 2008, p. 14. Disponível em: <<http://www.tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/164816Educambiental-br.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2013.
- PELICIONI, Maria Cecília Focesi. Fundamentos da Educação Ambiental. *In*: JR, Arlindo Philippi. ROMÉRO, Marcelo de Andrade. BRUNA, Gilda Collet. **Curso de Gestão Ambiental**. Barueri, SP: Manole, 13, 459 - 473.
- MEDINA, Naná Mininni. Breve histórico da Educação Ambiental. *In*: **Educação Ambiental caminhos trilhados no Brasil**. org. Suzana M. Pádua e Marlene F. Tabanez, *Brasília*: Instituto e Pesquisas Ecológicas, 1997; p. 265-269. Disponível em: <http://pm.al.gov.br/bpa/publicacoes/ed_ambiental.pdf> Acesso em: 21 maio 2013.
- MILARÉ, Édís. **Direito do Ambiente**: A gestão Ambiental em foco. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.
- NALINI, José Renato. **Ética Ambiental**. Campinas, SP: Millennium, 2001.
- REIGOTA, Marcos. **O que é Educação Ambiental**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- SANTOS, Luana Magda Muniz dos. A importância de práticas de ensino criativas na educação ambiental. *In*: **VII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências - Enpec**. Florianópolis, SC. nov. 2009. Disponível em: <<http://posgrad.fae.ufmg.br/posgrad/viienepec/pdfs/101.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2013.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **Globalização e Interdisciplinaridade: O currículo Integrado**. 1º ed. Porto Alegre. RS: Artes Médicas Sul Ltda, 1998.

TOZZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. Educação Ambiental: referências teóricas no ensino superior. **Revista Interface Comunicação, Saúde, Educação**. v.5, n.9, 2001, p.33-50. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v5n9/03.pdf>> Acesso em: 04 jun. 2013.

IMPORTÂNCIA DA DANÇA PARA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN NA REDE REGULAR DE ENSINO

Gustavo Rodrigues

Graduado em Educação Física na Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí, Pós-graduado em Educação Inclusiva em Ênfase em Deficiência Intelectual e Educação Especial e Inclusiva

Jainny D.N.N. Lullhi

Professora Especialista. do Curso de Licenciatura em Educação Física da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí

RESUMO

A síndrome de down e sua patologia foram reconhecidas pelo pesquisador e médico Langdon Down em 1866 então ficou conhecida como uma mutação ou aberração cromossômica. Alguns pontos deste referido estudo vem abordar a educação para crianças com síndrome de down e quais são as propostas pedagógicas que uma escola regular deve obter para receber esses alunos com necessidades educacionais, assim estudos vêm mostrando que crianças com síndrome de down estão sendo beneficiadas com a prática da dança e para que ela possa ser oferecida para crianças com necessidades educacionais devem optar pela dança educacional/adaptada, um método que em sua grade curricular está incluída quais procedimentos devem ser trabalhados com essas crianças. Sabe-se que a síndrome de down é uma patologia que afeta a capacidade de aprendizagem, dessa forma a dança entra como forma de tratamento e prevenção para tais indivíduos além de trazer benefícios positivos. Atualmente a interpretação da inclusão e inserção está sendo interpretada de forma errada, a inclusão tem diversos significados entorno de si, então o propósito deste estudo é exatamente trazer a outros leitores a sua real significação em se tratando da educação. Para que se possa realmente obter uma educação inclusiva para crianças com síndrome de down na rede regular de ensino, a educação em si deve-se passar por algumas mudanças para que realmente esses indivíduos possam vir através da inclusão usufruir o que é de direito, uma educação sem exclusão.

Palavras-chave: Síndrome de down. Dança. Educação e inclusão.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história da deficiência têm surgido termos, conceitos e definições diferentes onde uns foram mudados e outros abolidos, pois muitas das expressões eram carregadas de preconceito, além disso, as pessoas com deficiência começaram a obter direitos como qualquer outro indivíduo na sociedade, passando a serem tratados como pessoas capazes de aprender e conviver em sociedade de forma autônoma, deixando de serem vistos como indivíduos incapazes. (LIMA, 2007).

Atualmente a deficiência mental que antes era considerada uma doença passa a ser definida como deficiência intelectual sendo que agora, a ênfase está na pessoa e na sua interação com o meio. (SASSAKI, 2006; DIAS, 2008; GUIMARÃES, 2009).

De acordo com Moreira, Hani e Gusmão (2000), a síndrome de down estabelece uma das maiores causas de ocorrência de deficiência mental inferindo cerca de 18% do

total de deficientes mentais em escolas e instituições especializadas no caso. Contudo, pesquisas vêm demonstrando que quando motivadas a participar de todos os tipos de programas e atividades, as crianças com síndrome de down têm melhoras significativas nos padrões de desenvolvimento se aproximando muito da normalidade. (GUÉRIOS e GOMES, 2005).

As propostas para inclusão de crianças com deficiência na escola regular encontram-se vários autores defendendo que a dança além de arte, linguagem, comunicação e expressão é um meio de socialização e integração, entre eles, Gonçalves, Leão Junior e Goobo (2011) enfatizam que a dança é uma ferramenta que contribui amplamente para o desenvolvimento de crianças com deficiências.

Logo, questiona-se: A dança pode ser um conteúdo relevante para a inclusão e desenvolvimento da criança com síndrome de down na escola regular? Existem propostas pedagógicas de dança para a efetivação da inclusão de crianças com esta síndrome na rede regular de ensino?

A integração de pessoas excluídas socialmente, entre elas crianças com síndrome de down, principalmente na escola regular tem se tornado uma das maiores preocupações na atualidade justificando a realização desta pesquisa devido à relevância do tema que teve como objetivo demonstrar a importância da dança como forma de efetivar a inclusão de crianças com síndrome de down na escola regular de ensino.

2 DEFICIÊNCIA E INCLUSÃO

Desde a antiguidade as pessoas com deficiência enfrentaram o abandono e o extermínio, ou seja, a história da humanidade é marcada pela exclusão praticada desde a Idade Média e a partir daí as pessoas com deficiência sofrem segregação pela sua condição. Durante a Idade Média a deficiência enfrentou todos os tipos de paradoxos, uma delas eram as acusações feitas pela própria igreja acreditando que os deficientes eram constituídos por anormalidades devido a castigos e pecados cometidos, assim por muitas vezes foram vistos como aberrações ou possessões demoníacas condenados aos atos de infanticídio, de forma que por muito tempo as pessoas com algum tipo de deficiência permaneceram em um total isolamento e ou expostos ao extermínio. (POLETO, 2008).

Desse modo, a história humanista carrega com si momentos de obscuridade, pois a sociedade por muitas das vezes via a imagem das pessoas com deficiência como algo anormal e/ou deformidade física e mental e levavam a significação dessa imagem como imperfeição humana. Segundo Gugel (2007 apud FERNANDES, SCHLESNER e MOSQUERA, 2011) há relatos de que os pais abandonavam seus filhos dentro de cestos em lugares sagrados como a igreja, ou quando eram abandonados no meio da rua e os que chegavam a sobreviverem eram escravizados ou se tornavam atrações de espetáculos circense na cidade, por muitas vezes os indivíduos com deficiência passaram a serem considerados malignos diabólicos, satanistas e até mesmo bruxos, em pouco tempo foram perseguidos por fiéis por serem considerado a sua deficiência como um castigo de Deus, desde então praticavam atos de exorcismo para poderem alcançar a purificação divina.

Na Idade Moderna, em que os paradigmas humanistas exaltavam sempre em primeiro lugar o valor do homem, a visão perante as pessoas com deficiência passou a ser patológica, e até então essa visão trazia consequências ruins a esses indivíduos que por ironia do destino eram menosprezados pelas suas famílias e a sociedade, pois as pessoas com deficiência traziam uma ideia de incapacidade em estruturas econômica, social e política na época. (MIRANDA, 2003).

Os povos espartanos repugnavam qualquer malformação humana, então muitas das vezes pessoas com deficiência eram deixadas no alto das montanhas, já os romanos as atiravam aos rios. Na mesma época no Brasil, comunidades indígenas praticavam o infanticídio devido à situação de malformações. (YANOMAMI e HAKANI, 2008 apud BONÉ e BONITO, 2013).

Segundo Silva (2009), até 1980 a sociedade se utilizava de termos pejorativos e com tom preconceituoso como aleijado, defeituoso, incapacitado, inválido, e entre outros. Em meados de 1980 foi estabelecido o uso da expressão pessoa portadora de deficiência e ou portadores de deficiência. A partir de 1981 passou a utilizar-se então o termo deficiente, sendo registrado o ano internacional das pessoas com deficiência pela ONU (Organização Mundial de Saúde). Na metade dos anos 90, a terminologia que passou a ser utilizada foi pessoa com deficiência, que permanece até os dias de hoje.

Para Sassaki (2006), o termo correlacionado a deficiência mental deve ser entendido de acordo com o nível de comprometimento, sendo: leve, moderada, severa e profunda. A nova classificação deficiência intelectual, está baseada assim em um conceito publicado em 1992 pela Associação Americana de Deficiência Mental (AADM) que considera essa deficiência devida a uma característica que interfere na sua autonomia com o meio ambiente físico e humano, que por sua vez precisa adaptar-se, ou seja, esse indivíduo terá algumas necessidades especiais, sendo necessário prover-lhe um apoio intermitente, extensivo ou até mesmo permanente em uma ou várias das 10 áreas de habilidades adaptativas como a comunicação social, autocuidado, habilidades sociais, convívio a vida familiar, uso comunitário, autonomia de si próprio, saúde e segurança, funcionalidade acadêmica, lazer e trabalho.

A deficiência mental origina-se de várias causas ou fatores como: pré-natais, perinatais e pós-natais, ou seja, pode ocorrer durante a gestação ou até mesmo durante o parto e/ou após o parto. Uma criança que diagnosticada com deficiência mental pode ter alterações em seus processos mentais e assim interferir em sua capacidade intelectual e uma delas na aquisição da leitura, em conceitos lógicos matemáticos, em qualquer realização que interfira nas suas atividades da vida diária, em se relacionar no seu desempenho social, na aprendizagem escolar, e entre outras habilidades. (OLIVEIRA, 2010).

2.1 SÍNDROME DE DOWN

Segundo Moreira, Hani e Gusmão (2000); Moraes (2009), a nomenclatura síndrome de down, deve-se ao conhecido médico inglês John Langdon Down que em 1866 descreveu as primeiras características relacionadas a uma criança com as características dessa síndrome. De ocorrência genética, o cientista estabeleceu ser esta uma das causas mais frequentes de deficiência mental, que se envolve cerca de 18% do total da população de deficientes mentais em escolas especializadas. Langdon Down mostrou com requintes de detalhes a descrição clínica sobre a síndrome de down, defendendo ainda a associação desta com caracteres como étnicos, classificando assim o indivíduo que possuía a síndrome como um estado inadequado de idiotia mongoloide.

Ainda de acordo com o autor supracitado e Brasil (2012), todas as teorias e pesquisas de Langdon Down que se sucederam durante anos foram para explicar de fato o surgimento do “mongolismo”. Depois de cem anos as teorias escritas por Langdon Down, tornaram-se marcos históricos em um congresso mundial que foi realizado na Fundação Ciba em Londres. Assim o termo que ora ficou conhecido como mongolismo e que levava uma conotação pejorativa foi substituído por síndrome de down.

A ciência esclarece que qualquer ser humano considerado normal têm exatamente 46 cromossomos organizados de forma decrescente em seu tamanho, apresentando assim 23 pares homólogos. O que pode gerar uma anomalia é na hora da divisão celular, ou seja, durante essa divisão o número de cromossomos do indivíduo pode ser afetado, levando a ocorrência de aberrações cromossômicas conhecidas como anomalias. (SILVA e FERREIRA, 2011).

“A Síndrome de Down (SD) é um acidente genético, que ocorre ao acaso durante a divisão celular do embrião”. (BARROS, 2011, p. 59).

Logo, no que diz respeito às teorias sobre a síndrome de down estas avançaram definitivamente quando Lejeune, Gauthier e Turpin em 1959, descobriram que todos os indivíduos que eram afetados pela trissomia 21 além de terem 46 cromossomos eles tinham um cromossomo a mais obtendo assim 47 cromossomos. (FORTINO, 2009).

Neste interim, Castro e Pimentel (2009) defendem que o acidente genético ocorrido pela síndrome de down incide no par de cromossomos 21 devido a presença de um cromossomo extra, assim esse cromossomo extra acarreta a síndrome de down sendo também conhecido como trissomia 21. Os autores destacam que, esse cromossomo a mais, afeta o desenvolvimento intelectual ocorrendo um pequeno atraso leve, ou até mesmo moderado na parte cognitiva da criança em virtude de alterações cerebrais ocorridas, essas alterações no atraso no desenvolvimento cognitivo não afeta na vida social e nem na qualidade de vida do indivíduo, pois estes podem ter uma vida saudável como qualquer outro ser humano.

Segundo Silva e Ferreira (2011) a deficiência mental é uma das características da síndrome de down que ocorre na parte genética do indivíduo com patologia específica.

Logo Santos (2004) traz as consideráveis e possíveis etiologias sobre as causas das deficiências mentais e os fatores de risco que podem levar à instalação das mesmas são classificadas em três grandes grupos: fatores de risco e causas pré-natais como as doenças infecciosas, agentes tóxicos e genéticos; fatores de risco e causas perinatais que ocorrem no momento da concepção como traumas obstétricos e anóxia; e os fatores de risco e causas pós-natais que são as infecções, produtos químicos, entre outros.

Contudo, segundo Marques (2008), a síndrome de down é apontada como fator de malformação congênita que durante muito tempo causou transtornos e perdas as famílias que tinham alguma de suas crianças acometida por esta síndrome.

As crianças com essa síndrome apresentam 47 cromossomos no núcleo de cada célula multiplicada ao invés de conter normalmente os 46 cromossomos herdados do pai e da mãe, sendo 23 cromossomos de cada um. Os cromossomos que são herdados contêm a herança genética e um extra que se localiza em seu par 21. (MORAES, 2009).

A síndrome de down pode ocorrer a partir de três diferentes anomalias cromossômicas, sendo: a trissomia simples ou livre, por translocação e moissacismo. (MOREIRA, HANI e GUSMÃO, 2000; MARQUES, 2008).

Trissomia Simples ou Livre: essa trissomia ocorre em 95% dos casos da síndrome de down e a causa exata dessa trissomia é a não ocorrência da disjunção cromossômica de origem meiótica. A causa que ocorre essa trissomia é o cromossomo extra 21 livre. O exame cariótipo é descrito da seguinte forma 47, XX + 21 para o sexo feminino e 47 XY + 21 para o sexo masculino. (BRASIL, 2012).

Trissomia de Translocação: essa trissomia dá origem a 2% dos casos, sendo que sua causa vem do cromossomo extra que fica sobreposto ao outro par de cromossomos. Essa trissomia ocorre diferentemente da trissomia livre, pois a de translocação é quando o cromossomo 21 agrupado com outro sofre uma ruptura central. A translocação também visa à causa da junção dos dois braços longos e a perda dos dois

braços curtos. Quando acarreta a ocorrência da trissomia de translocação a diferença clínica não são notáveis como a síndrome de down com trissomia livre. (VOIVODIC, 2004).

Mosaicismo: a cada 2-3% dos casos de ocorrência dessa trissomia. A causa dessa trissomia vem depois da fecundação do feto sendo que suas causas não são exatamente evidentes. O caso ocorre quando na duplicação da “primeira célula” normal ocorre um erro da célula do embrião em formação onde a primeira duplicação dessa célula passa a se multiplicar repetitivamente de acordo com o progresso de desenvolvimento do feto. A síndrome de down de mosaicismo contém linhas celulares normais e uma linha celular trissômica contendo seus 47 cromossomos, isto é, distribuídos como um mosaico, a sua causa são os dois tipos de células coexistentes contendo um tipo de cromossomo com 46 e outro contendo 47. (FORTINO, 2009).

Segundo Ravagnani (2009) o termo mongolismo, dado pelo médico inglês John Langdon Down, era pelo fato desses indivíduos possuírem uma semelhança facial com as pessoas de etnia mongólica, sendo que tais características distinguiam este grupo de pessoas.

Logo, a síndrome de down também conhecida como mongolismo apresenta diversas características mentais e físicas, devido a causas e ocorrências de condição genética, como as anomalias numéricas de cromossomos autossômicos, sendo as causas genéticas geradoras do retardo mental. (FANELLI e CAVALARI, 2010).

Segundo Fortino (2009), a criança com síndrome de down ao nascer com problemas auditivos, táteis e ou visuais tendem a ter danos em seu processo de ensino e aprendizagem e na capacidade de sintetização, isso geralmente pelo fato de que na criança com síndrome de down ocorre a transmissão sináptica de forma mais lenta através de vias nervosas devido aos problemas auditivos.

Entre tantas características comuns, para Augusto (2011, p. 03), “explica-se, assim, por que as crianças Down possuem tantas características em comum e até são um pouco parecidas entre si”.

O procedimento diagnóstico de identificação da síndrome de down, pode ser feito logo após o nascimento levando assim a confirmação das probabilidades que foram percebidas durante a gestação através dos exames realizados entre a 8ª e 11ª ou 14ª e 16ª semanas de gravidez. (MORAES, 2009).

Segundo Eltic Junior (2010) cita algumas amostras de exames para que seja detectado a síndrome de down dentre eles a ultra-sonografia morfológica fetal de 1º trimestre, ultra-sonografia morfológica fetal de 2º trimestre, dopplerfluxometria, cardiocografia, perfil biofísico fetal, ecocardiograma fetal, ressonância nuclear magnética fetal e a cordocentese.

Logo, para Augusto (2011) é de extrema importância a estimulação precoce para que uma criança com síndrome de down seja iniciada o mais cedo possível, pois o cérebro da criança com síndrome de down sendo estimulada mais cedo a área específica se beneficiará em toda a sua região da função cerebral, pois o cérebro funciona como um todo.

2.2 EDUCAÇÃO

Poleto (2008) enfatiza que um médico francês chamado Jean Itard ficou conhecido pelo seu método de ensino sistematizado do “menino selvagem”, sendo batizado de Victor de Aveyron por Itard, esse mesmo foi encontrado por caçadores em uma floresta, esse método foi apenas uma experiência realizada. O que o cientista queria realmente com o menino era fazer uma realização de ensino e aprendizagem que não

houve o êxito pretendido, assim Itard ficou conhecido mundialmente como o precursor da educação especial que se conhece atualmente.

Ao final do século XVIII e início do século XIX, surgem as primeiras grandes instituições especializadas para o atendimento de pessoas com deficiências, considerando-se assim, o surgimento da Educação Especial. Com isso, as escolas especiais se multiplicaram, instalando-se, dois subsistemas funcionando de forma paralela: a educação especial e a regular. Esta fase ficou conhecida como “fase da segregação”. (POLETO, 2008, p. 13).

Ramos (2010) sugere para que se possa obter uma educação especial de qualidade a escola deve-se investir na educação, tendo a oportunidade de estar aberto a novas ideias e propostas, tendo o incentivo de vir a oferecer oficinas para a qualificação de professores para a devida área, abrir oportunidades para estagiários, assim que uma escola com a educação especial deve estar aberta as propostas pedagógicas escolar tendo a inclusão de pequenas questões burocráticas de forma a beneficiar de forma direta o aluno.

O que se deve primar numa instituição de educação especial é que ela vise a inclusão, sendo que ao invés de focalizar inteiramente a deficiência em si do aluno a visão deve ser voltada totalmente para objetivação do ensino da criança - a educação escolar. A educação especial deverá buscar de formas diversificadas de ensino e aprendizagem, pois o que se procura é a sua aprendizagem e não em sua dificuldade seja ela qual for. (BRASIL, 2008).

Para Fortino (2009), a existência de ensino especial em diferentes instituições em várias partes do mundo como os internatos, escolas de frequência diária e ou até mesmo unidades ligadas à rede escolar de ensino regular tem gerado muita discussão, aonde o ensino inclusivo vem sendo confundido com a educação especial, pois como se sabe o ensino especial desde o seu surgimento era um sistema de educação que separava crianças com deficiência das crianças do sistema de educação regular, com isso a crença que surgiu foi de que crianças especiais não poderiam ter suprida sua aprendizagem em uma escolar regular de ensino.

Brandão e Fonseca (2011) destacam que crianças com síndrome de down têm um ritmo intelectual mais lento que outras crianças por motivo genético, essas crianças em um âmbito escolar regular necessitam de um atendimento mais efetivo. Reconhece-se também que há inúmeros obstáculos e a educação especial enfrenta esses processos da integração e inclusão de crianças com síndrome de down no âmbito escolar regular, esses obstáculos vêm sendo enfrentados desde o seu início há 40 anos. O comprometimento intelectual é um dos fatos consumados das causas da síndrome de down e o receio da integração/inclusão desses indivíduos na escola regular é pela sua capacidade de aprendizagem.

Barros (2011) enfatiza que o artigo 58 das Diretrizes e Bases da Educação Nacional da Lei nº 9.394/96 define a educação especial uma modalidade que entra na educação escolar em proposta pedagógica para que crianças com necessidades especiais tenham um lugar preferencial no âmbito escolar de ensino. Segundo a lei a sua proposta determina que haja serviços de apoio e profissionais capacitados para que possa atender esse tipo de público, então esses serviços são feitos em classes especiais ou institutos especializados em educação especial, essas condições só serão feitas quando algum individuo não tiver possível a sua integração em âmbito escolar regular.

Logo, o surgimento da educação inclusiva não foi por acaso, pois ela faz parte da transformação que tornou marco histórico na sociedade fazendo parte de um sistema social e econômico em plena transformação. (VOIVODIC, 2004).

Para Ferreira (2009), a inclusão não é um fator que inclui só para pessoas com deficiência, mas ela abrange a todas as minorias e pessoas discriminadas/excluídas da sociedade. Então a palavra incluir e inclusão abrangem o significado de somatória, de compreensão, inclusão vem com a ideia de dar a esses indivíduos o seu direito de igualdade social, é a aceitação do que é diferente. Para que se possa ter uma educação inclusiva com qualidade, deve-se absolutamente ver a educação com uma visão diferenciada, pois a educação inclusiva faz parte para uma educação melhorada.

A inserção de crianças com necessidades especiais educacionais em escolas regulares vem com a proposta de promover a aprendizagem igual e sem exclusão, mas para que a educação inclusiva possa ocorrer na prática propriamente dita à instituição deve sofrer várias mudanças como: promover uma prática pedagógica coletiva e dinâmica de forma que possa ser flexível a várias ideias, a estrutura da instituição deve passar por mudanças em sua estrutura e funcionamento, deve-se apoiar na formação de professores e manter vínculo entre família-escola. Então a educação inclusiva busca atender as necessidades educativas de pessoas com deficiência para que todos possam desenvolver sua aprendizagem como qualquer um em classes regulares. (FORTINO, 2009).

“A partir do ano de 1981, foi declarado o Ano Internacional da Pessoa Deficiente, hoje considerado o embrião da educação inclusiva e, em 1983-1992 foi instituída a década das pessoas com deficiência nas Nações Unidas”. (CARNIEL e STRAPASSON, 2007, p. 07).

Segundo Lima (2007), a educação inclusiva é pensada de forma que não haja preconceito, ou seja, esta busca boa vontade de se criar aceitação em relação ao novo. Para que um profissional venha trabalhar com essa proposta pedagógica deve-se ter treinamento para que possa executar sua função de educador, gerando respeito mútuo frente às diferenças e individualidades dos alunos com muita motivação, sendo estes requisitos para que uma educação inclusiva possa se estabelecer com sucesso.

A perspectiva da educação inclusiva, segundo a Política Nacional de Educação Especial (PNEE) visa o acesso e a participação que são fundamentais para a aprendizagem de educandos especiais sejam eles com deficiência intelectual, com transtornos globais de desenvolvimento e ou alunos com altas habilidades/superdotação em escolas da rede regular de ensino, esses sistemas devem promover o ensino que venha a garantir as crianças com necessidades especiais sua participação desde a educação infantil até o ensino fundamental anos iniciais e finais, médio, educação de jovens e adultos (EJA) e também a educação superior, levando com isso a formação de profissionais para que possam a vir a trabalhar e serem produtivos. (BRASIL, 2007).

Para Oliveira (2010), a educação inclusiva é um dos sinônimos de que qualquer criança seja ela deficiente ou não, independente das características ou necessidades esta deve estar frequentando o mesmo local ou sala de aula, tendo assim o direito de acesso ao ensino formal.

Assim, segundo Castro e Pimentel (2009), a inclusão de crianças com síndrome de down na rede regular de ensino estimulará a convivência e o respeito entre as diversidades e a diferenças, onde o processo de adaptação pedagógica promoverá a convivência de alunos e sua interação (aprendizagem em conjunto), cujos trabalhos possam ser voltados para potencialidades dos educando favorecendo o melhoramento da linguagem e o desenvolvimento geral dos alunos.

Segundo Silva e Ferreira (2011), a educação física especial vem a trabalhar de forma adaptada as dificuldades/necessidades dessas crianças. Em outra visão a educação física tradicional da rede regular não deve existir diferenças nas atividades quando oferecidas para os educando especiais.

A educação física inclusiva pode ser conceituada como a educação que envolve modificações das atividades tradicionais da educação física, para permitir que pessoas com deficiência participem com segurança nas aulas tendo respeitado suas capacidades funcionais. (MACIEL, 2000).

A educação física adaptada ao longo dos anos sofreu modificações com surgimento de outras denominações como educação física modificada, educação física especial, ginástica escolar especial, educação física desenvolvimentista, contudo atualmente o termo que tem sido mais usado é educação física adaptada cuja proposta é essencialmente educativa e pedagógica. (CARNIEL e STRAPASSON, 2007).

Silva e Ferreira (2011) enfatizam que a educação física é de suma importância para indivíduos com deficiência por trabalhar o seu valor de desenvolvimento global, sendo trabalhado por meio da educação física adaptada.

Para Carniel e Strapasson (2007) a educação física adaptada por apresentar diferentes formas de se trabalhar pode incluir alunos com diferentes características e necessidades promovendo a inclusão sem exceção de crianças, e entre elas as com síndrome de down. Logo, os profissionais devem deixar de se preocupar com as mudanças de nomenclatura, ou seja, devem se preocupar mais em compreender a importância da inclusão para esses alunos.

2.3 DANÇA

Ao longo trajeto histórico a dança foi se modificando gradativamente, suas linguagens e expressões foram mudando em conformidade com o percurso histórico da humanidade. Logo, de acordo que mundo ia evoluindo e se modificava, a dança passava também por modificações e evoluía dando um novo aspecto no mundo da dança, com isso surgiam propostas inovadoras, formas diferente de pensar a dança, criando então aspectos positivos para o mundo artístico que envolve a mesma. (GOUVEIA, 2007).

No período paleolítico acredita-se que os processos de construção eram através de figuras representativas e que através dessas representações se conseguia o que desejava e a partir de suas interações com a natureza o ser humano tinha o desejo de se apropriar de figuras animais como um tipo de ritual mágico ou objetos do tipo. As representações abstratas do período neolítico surgiram a partir de atividades agrícolas praticadas no seu dia a dia, transformando a natureza em instrumentos para a sua sobrevivência para a pesca, caça, cultivo, adornos para épocas de frio e construção de abrigo para sua proteção. A dança era um dos meios de manifestações dessa época, o ser humano dançava para a comemoração de uma caçada. (BUORO, 1998 apud LIMA, 2007).

Existe uma pressuposição de que a história da dança tenha começado na religião, onde só os homens considerados líderes de um determinado grupo que tinham esse privilégio de dançar em cerimônias religiosas, representadas nas peças teatrais, observadas na arte grega em pinturas e esculturas. No cristianismo qualquer forma de expressão corporal era vista como de forma pecaminosa, subsequentemente no período da renascença surgiu um novo conceito de pensar a dança, onde os valores mundanos da vida e do corpo foram novamente exaltados, com esse pensamento a dança volta a florescer. (GONÇALVES, LEÃO JUNIOR e GOOBO, 2011).

Contudo, Alves *et al* (2012) enfatizam que em seu processo evolutivo a educação da dança ficou marcada por sua rigidez, na qual movimentos pré-concebidos eram realizados de forma repetitiva e continua para que o aluno alcançasse a perfeição da técnica tradicional, de modo que braços e posturas e a própria coreografia eram corrigidos rigidamente.

A dança é vista e entendida de várias maneiras, entre elas: como arte, como esporte, como forma de expressão corporal ou manifestação cultural de um povo ou região, seja ela qual for à nomenclatura ou forma de utilização do corpo a dança sempre esteve junto e marcando a história da sociedade desde os tempos mais antigos. Dançar é uma forma de expressão de sentimentos através de movimentos seja com ritmo de música ou não. A dança ultrapassa até os limites dos palcos e salões de festa, atualmente a dança se integra em diversos esportes olímpicos. A dança ultrapassou as fronteiras quando se ingressou no ambiente escolar sendo focada na educação física. (GONÇALVES, LEÃO JUNIOR e GOOBO, 2011).

Os livros baseiam a história da dança como uma das primeiras manifestações do ser humano, pois bem antes dos homens pensarem em usar a palavra para comunicação estes usavam o corpo para se expressar, ou seja, se expressavam corporalmente para obter uma relação de comunicação. (TRINDADE, 2008).

No campo da dança escolar, Lomakine (2007), entre vários estudos sobre a cultura corporal e de movimento afirma que se tem discutido muito sobre a inserção da dança na educação escolar, onde um dos primeiros a pesquisar o assunto foi Laban, que em 1948 lançando o seu livro dança educativa moderna que reflete exatamente sobre o assunto, a intenção do autor era de que o livro fosse um guia para pais e mestres virem a ensinar a dança com princípios de movimento livre, de modo que Laban a chamou então de dança livre.

A dança como instrumento para alcançar objetivos práticos que estão presentes em inúmeras áreas do saber/fazer humano, podem ser divididas como manifestações puras e simples propostas por Lomakine (2007, p. 42 - 43), como seguem abaixo:

Manifestação Artística/Cultural:

- Como conhecemos na cultura popular brasileira se destaca as danças folclóricas, étnicas, como a capoeira, dança de rua e circulares;
- Na arte de base técnica cita-se o *Ballet* Clássico, a dança moderna tendo como percussora a Izadora Ducan, a dança contemporânea, de salão, e o então *Jazz Dance*);
- A dança como religião são conhecidas como as danças dos rituais das tribos indígenas, a do candomblé, e de cultos evangélicos.

Recuperação/manutenção da saúde:

- A dança pode ser trabalhada na reabilitação de crianças com deficiência – visuais, auditivas, físicas e mentais;
- A dança como forma de terapia, destaca-se a biodança e a dança terapia;
- A dança como esportiva e/ou competitiva são as dança de cunho técnico como a *Ballet* Clássico, a dança moderna, contemporânea, *Jazz Dance* e a dança de salão).

A dança obtém diversas definições para que se possa a vir a entendê-la como forma de expressão, técnica, arte, espetáculo e diversão, campo de trabalho, como linguagem, ritual e terapia dentre outros. (SIQUEIRA, 2006).

Edson Claro na década de 1980 foi um dos percussores da proposta da dança inclusiva, junto com a educação física. O seu método ficou conhecido como método dança-educação física que visa a junção de duas propostas pedagógicas, a dança e a educação física como um processo de ensino educacional, visando a teoria e prática como apoio para vir enfocar a multidisciplinaridade amparando na interdisciplinaridade. (LOMAKINE, 2007).

Alves *et al* (2012) constata que a dança de um modo geral tem uma representatividade ao todo na sociedade e números elevados de estatística sobre os benefícios da dança estão sendo comprovados onde pessoas com deficiência estão se reconhecendo através da arte da dança, pois é nela que o indivíduo se possibilita estar em sociedade e desta forma o indivíduo conquista o seu equilíbrio corporal e social.

Com o uso da dança em benefício da educação escolar, esta proporcionará ao aluno ser mais criativo e crítico relacionando a si e ao seu redor. De modo que a dança será uma ferramenta que proporcionará ao aluno estar mais apto para que possa se comunicar, desenvolve melhor sua atenção aos professores de outras disciplinas, ensina a criança ter respeito com outros, ativa o seu olhar para os estudos, melhora seu comportamento em família entre outros benefícios. (RAMOS, 2010).

2.4 DANÇA E A INCLUSÃO DA CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN NA ESCOLA REGULAR

Brasil (2012) enfatiza que antes de um profissional trabalhar com alguma criança com síndrome de down, deve-se conhecer todos os aspectos genéticos, clínicos e suas diretrizes do aconselhamento genético que envolve a criança com síndrome de down. Quando um profissional fizer algum encaminhamento para especialista, este só será realizado se houver realmente muita necessidade para que ocorra essa possibilidade. Portanto para Silva e Ferreira (2011), um profissional da área da educação física se torna um facilitador de qualquer estrutura educacional, isso ocorre pelo fato da disciplina oferecer experiência que resulta no desenvolvimento físico, cognitivo e emocional do aluno.

Educadores do ensino regular acham que a inclusão de alunos com síndrome de down em classes regulares é um fator complexo de inclusão devido a esses indivíduos precisarem de longa atenção e mais tempo para o aprendizado. Pesquisas estão sendo comprovadas a cada dia que professores de classes regulares têm ferramentas suficientes e necessárias para trabalhar com essas crianças sem interromper o aprendizado dos demais alunos, pois os mesmos são capazes de ensinar de forma efetiva todos os alunos. (FERREIRA, 2009).

Gonçalves, Leão Junior e Goobo (2011) relatam que atualmente está presente nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) escolares que a educação física é considerada um dos grandes eixos da educação, pois é fato que pode ser considerado que a educação física é um meio de inclusão de pessoas com deficiências na escola regular, assim sugere-se a dança como conteúdo da educação física como fator inclusão sendo esta considerada um dos meios mais eficazes para a inclusão que, além disso, promove valorização social e trás inúmeros benefícios à saúde. Qualquer indivíduo que seja independente de suas características ou deficiência, pode alcançar por meio da dança o indispensável fator para a sua socialização e contribuição para novas formas de convívio.

A dança tem sido indicada para investimento nas crianças com síndrome de down, pois na dança a criança passa a entender que a síndrome que possui não é um fator de doença e sim um aspecto genético e que ela pode ser tratada e prevenida fazendo a prática da dança e que através dela o seu tratamento venha diminuir o grau de comprometimento cognitivo exerce sobre ela. É comprovado que a dança estimula as potencialidades do cérebro para que ela possa produzir e responder a estímulos. (CASTRO e PIMENTEL, 2009).

Entre as propostas para se trabalhar a dança na educação Ramos (2010) descreve que na educação especial as propostas são específicas para cada caso, por exemplo, para

deficientes intelectuais estas são trabalhadas de forma isolada para que tais crianças possam vir a superar suas necessidades, esse trabalho é conhecido como proposta de dança adaptada.

Segundo Carniel e Strapasson, (2007), a dança é considerada uma atividade adaptada, antes que ela possa ser utilizada como proposta pedagógica o professor deve respeitar todas as capacidades e limitações da criança com ou sem deficiência, sabendo trabalhar de forma correta proporcionando atividades que o aluno possa conquistar um melhoramento em seu desenvolvimento motor, efetivo e social.

Por tanto Alves et al (2012) enfatizam que a proposta de dança educacional para crianças com deficiência intelectual, não só estabelece o aprendizado da arte ou da dança, esta sobretudo promove os inúmeros benefícios da dança adaptada, entre tantos: a confiança pessoal e habilidades específicas, autoestima, diminuição da agressividade, estabilidade emocional, convívio entre diversos níveis de desenvolvimento, criação de convívio em grupo, estímulo a criatividade, tornam-se mais expressivos, comunicativos tanto em seu fator emocional quanto corporal.

Considerando que a escola é um local de comunicação, Ferreira (2009) defende a inclusão de crianças com síndrome de down na rede regular de ensino, acredita-se que esta pode vir a conquistar diversas transformações na educação levando pensamentos diversificados e mudanças de atitudes com relação à inclusão na rede regular de ensino. Portanto Ramos (2010) enfatiza que as leis vieram para valorizar pessoas com deficiência e a educação se inclui na devida lei. A dança é uma das propostas que evoluiu em seu teor científico em se tratando de crianças com síndrome de down, o que levou esta ser vista como uma atividade educacional que se incluída ao contexto interdisciplinar escolar proporcionará as crianças com deficiências um acréscimo notável em seu desenvolvimento.

De acordo com Ceccatto (2011), as atividades físicas para crianças com síndrome de down se tornam um fator essencial por estimularem seus aspectos físicos e cognitivos, onde a dança é uma ferramenta que leva a promover o seu desenvolvimento integral e assim esses indivíduos podem se adequar o mais próximo da normalidade de suas possibilidades, o que gerará maior aceitação da sociedade e os mesmos sofrerão menos discriminação no ambiente escolar e social.

A inclusão de crianças com síndrome de down em classes regulares devem ser de forma gradativa, pois a integração ou a inclusão desses indivíduos é fator desafiador tanto para os alunos como para os profissionais da área. Destacando ainda que outros estudos dizem que há chances de um maior desenvolvimento de crianças com síndrome de down na rede regular devido a diversidade de níveis que torna o ambiente escolar desafiador. (FERREIRA, 2009).

Fonseca *et al* (2011) sugerem para que haja um bom desenvolvimento e qualidade da inclusão das crianças com síndrome de down são necessárias que os profissionais continuem investindo em pesquisas para que possam obter conhecimentos e que venha a contribuir com a efetivação do processo inclusivo e que este seja benéfico para a melhoria da qualidade de vida desses alunos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar este estudo ficou evidenciado que crianças com síndrome de down podem apresentar diferentes níveis de atraso em seu desenvolvimento, contudo atualmente a sociedade vem tendo a oportunidade, por meio das leis e pesquisas, mudar as ideias errôneas e o preconceito a respeito das crianças com síndrome de down, pois entre os estudos realizados sobre o tema esta pesquisa também vem demonstrar que

indivíduos com essa deficiência podem sim frequentar escolas regulares sem atrapalhar o desenvolvimento dos demais alunos considerados normais e assim deixarem de ser discriminados e ou excluídos.

Portanto, para que a inclusão de crianças com necessidades especiais na escola regular possa ser efetivada com sucesso a escola deve passar por adaptações e tornar-se acessível e os professores devem investir em sua capacitação para que possam trabalhar de maneira qualificada também com esses alunos. De modo que, em se tratando da inclusão de crianças síndrome de down na rede regular de ensino, a escola deve estar adaptada e com recursos necessários e profissionais qualificados.

Dessa forma, o professor é um instrumento indispensável para o desenvolvimento psicopedagógico do aluno com síndrome de down, pois o mesmo é capaz de além de promover propostas que visem beneficiar seus alunos, vir a aprender com o próprio aluno, ajudando-o no que for capaz, respeitando suas limitações e estimulando suas potencialidades, para que este venha alcançar o máximo de independência e autonomia.

Enfim, foi constatado neste estudo de revisão bibliográfica que neste processo de inclusão da criança com síndrome de down na escola regular a dança é de fato uma ferramenta imprescindível para efetivação deste processo para que sejam alcançados o máximo de benefícios possíveis para o desenvolvimento dessas crianças. Portanto, o professor que se vale desse conteúdo além de ajudar no desenvolvimento do seu aluno terá oportunidade de aprender com ele e assim melhor sua atuação no decorrer de sua carreira em prol da educação inclusiva.

REFERÊNCIAS

AUGUSTO, Maria Inês Couto. **Musicoterapia e síndrome de down**. Artigos moleca, p. 1-25. 2011. Disponível em: <<http://meloteca.com/pdf/musicoterapia/as-possibilidades-de-estimulacao-de-portadores-da-sindrome-de-down-em-musicoterapia.pdf>>. acesso em: 16 nov. 2013.

ALVES, Flávia Regina Ferreira *et al.* Proposta metodológica de dança para crianças com deficiência intelectual. **Rev. da Faculdade de Educação Física da UNICAMP**, Campinas - SP, v. 10, n. 3, p. 101-112. 2012.

BARROS, Luiza de Oliveira. **Inclusão de alunos com síndrome de down: um estudo na rede regular de ensino de Ipatinga – MG**. 2011. 71f. Monografia - (Curso em Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar). UnB, Pólo de Ipatinga/MG. 2011.

BONÉ, Maria; BONITO, Jorge. Conceitos e práticas na educação da criança diferente: uma perspectiva evolutiva. **Atas Do XII Congresso Internacional Galego-Português De Psicopedagogia**. Braga, PT: Universidade do Minho. p. 451- 464. 2013.

BRANDÃO, Igor Macedo; FONSECA, Vânia. Inclusão escolar: situação dos portadores de síndrome de down. **V Colóquio Internacional “Educação e Contemporaneidade”**. São Cristovão/SE, p. 1-9. 2011.

BRASIL. **Diretrizes de atenção á pessoa com síndrome de down**. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas

Estratégicas – Brasília: Ministério da Saúde, 60 p. : il. – (Série F. Comunicação e Educação em Saúde). 2012.

_____. **Política nacional de saúde da pessoa portadora de deficiência.** Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Série E. Legislação em Saúde, 1. ed. Brasília, DF: MS, 72p. 2008.

_____. **MEC/SEESP Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva** Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, p. 1-15. 2007.

DIAS, Isabela Marcia Gibrim. **Análise do teste TGMD-2 em crianças com deficiência mental.** 2008. 65 f. Monografia - (Curso em Educação Física). Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP. 2008.

CARNIEL, Franciele; STRAPASSON, Aline Miranda. A educação física na educação especial. **Rev. Digital Efdeportes** - Buenos Aires, Nº 104, p. 1-16. 2007. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd104/educacao-fisica-especial.htm>>. Acesso em: 28 out. 2013.

CASTRO, Antonilma Santos Almeida; PIMENTEL, Susana Couto. **Síndrome de down: desafios e perspectivas na inclusão escolar.** Atendimento educacional específico síndrome de down: desafios e perspectivas na inclusão escolar. Salvador, BA, p. 1-11. 2009.

CECCATTO, Fabiane. **Perfil psicomotor de crianças com síndrome de down praticantes de atividades em um projeto da UCB.** 2011. 16f. Trabalho de Conclusão de Curso - (Artigo de Graduação em Educação Física). Universidade Católica de Brasília, Brasília/DF. 2011.

ELTIC JUNIOR, Julio. **Orientações para o paciente – obstetria.** Disponível em: <http://www.julioelito.com.br/11_25.asp>. Acesso em: 07 de maio de 2014. 2010.

FANELLI, Solange; CAVALARI, Nilton. Síndrome de down: como romper os desafios impostos pela inclusão. **Caderno Multidisciplinar de Pós-Graduação da UCP.** Pitanga, v. 1, nº. 2, p. 145-155. 2010.

FERNANDES, Lorena Barolo; SCHLESENER, Anita; MOSQUERA, Carlos. Breve histórico da deficiência e seus paradigmas. **Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Musicoterapia.** Curitiba/PR, v.2, p.132 –144, 2011.

FERREIRA, Michele Marcelina. **Educação inclusiva inclusão de crianças com síndrome de down no ciclo I do ensino fundamental.** 2009. 11f. Monografia - (Graduação em Pedagogia). Lins/SP. 2009.

FONSECA, Angélica da Silva; et al. Benefícios da dança para portadores de síndrome de down revisão sistemática. **Encontro: revista de psicologia,** São Paulo/SP, v. 14, nº. 20, p. 1-11. 2011.

FORTINO, Ana Cláudia Pereira Cassiano. **Inclusão dos portadores de síndrome de down na escola pública o limite entre a socialização e a aprendizagem.** 2009. 77f. Monografia - (Curso de Psicopedagogia Clínico e Institucional). ESAB – Escola Superior Aberta do Brasil, São Paulo/SP. 2009.

GUÉRIOS, Luciana Candido; GOMES, Nilton Munhoz. Análise de um programa para desenvolvimento dos padrões fundamentais de movimento em crianças portadoras de síndrome de down. **Efdeportes Revista Digital.** Buenos Aires - Año 10 - N° 83 - Abril de 2005. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd83/down.htm>>. Acessado em: 19 abr. 2014.

GUIMARÃES, Raquel Patrícia Ferreira. **Programa de intervenção na deficiência mental:** promoção cognitiva, social e sexual. 138 f. Dissertação - (Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde). Universidade Fernando Pessoa. Porto, 2009.

GONÇALVES, Jocelaine de Siqueira, LEÃO JUNIOR, Cleber Mena, GOOBO, Mariana. Dança - uma revisão bibliográfica: fatores de contribuição no desenvolvimento de pessoas com deficiência no ambiente escolar. **X Congresso Nacional de Educação – Educere, I Seminário Internacional de Apresentações Sociais, Subjetividade e Educação – SIRSSE,** Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba /PR, p. 1-12. 2011.

GOUVEIA, Patrícia Daniela Pereira. **Contributo para o esclarecimento do valor estético da dança contemporânea estudo a partir do ponto de vista de um grupo de professores/coreógrafos de dança.** 2007, 115f. Dissertação - (Mestrado de Desporto de Alto Rendimento e Ginástica). Faculdade de Desporto da Universidade do Porto. Porto, 2007.

LIMA, Eliane Cabral. **A linguagem da dança auxiliando no desenvolvimento do aluno com síndrome de down.** 2007. 45f. Monografia - (Pós-graduação em Didático-pedagógica). Rio de Janeiro/RJ. 2007.

LIMA, Olga Maria Blauth. **A trajetória de inclusão de uma aluna com NEE, síndrome de down, no ensino superior: um estudo de caso.** 2007. 84f. Dissertação - (Mestrado em Educação). Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS. 2007.

LOMAKINE, Luciana. Fazer, conhecer, interpretar e apreciar: a dança no contexto da escola. In: SCARPATO, Marta. (org). **Educação Física – como planejar as aulas na educação básica –** São Paulo: Avercamp, 2007. Cap 3, p. 39 - 57.

MARQUES, Alexandre Carricone. **O perfil do estilo de vida de pessoas com síndrome de down e normas para avaliação da aptidão física.** 2008. 148 f. Tese - (Doutorado em Ciências do Movimento Humano). Escola de Educação Física - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul, 2008.

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. **História, deficiência e educação especial.** 2003. 7f.

Tese - (Doutorado em Prática Pedagógica do Professor de Alunos com Deficiência Mental). FAGED/Universidade Federal de Uberlândia Unimep, Uberlândia, p. 1-7. 2003.

MOREIRA, Lília Maria de Azevedo, HANI, Charbel N. E. L, GUSMÃO, Fábio A. F. A Síndrome de Down e sua patogênese: considerações sobre o determinismo genético, **Rev Bras Psiquiatr**, v.22, n. 2, p. 96-99. 2000.

OLIVEIRA, Hebe Sanches Mascarenhas. **A aprendizagem musical da criança com síndrome de down em ambiente coletivo**: um estudo de caso. 2010. 59f. Especialização - (Pós-Graduação em Música: Ensino e Expressão). Centro Universitário Feevale. Novo Hamburgo. 2010.

POLETO, Nádia Aparecida. **Inclusão de alunos com deficiência mental na rede regular de ensino**. 2008. 51f. Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE. Universidade Federal do Paraná - UFPR Curitiba/PR. 2008.

RAMOS, Érika da Silva. O ensino da dança na educação especial sob a perspectiva interdisciplinar. **Revista Eletrônica Aboré** - Publicação da Escola Superior de Artes e Turismo Manaus, AM. 4.ed., p. 1-9. 2010.

RAVAGNANI, Anahi. **A educação musical de crianças com síndrome de down em um contexto de interação social**. 2009. 122f. Dissertação - (Mestrado em Música do departamento de artes, do setor de ciências humanas, letras e artes). Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2009.

SANTOS, Denise Guerra. **A recreação na educação especial infantil com o portador com síndrome de down: contextualizando o desenvolvimento psicomotor**. 2004. 92f. Monografia (Curso em Educação Física). Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro/RJ. 2004.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Terminologia sobre deficiência na era da inclusão**, Consultor de inclusão social e autor dos livros inclusão: construindo uma sociedade para todos, 7.ed., Rio de Janeiro: WVA, e Inclusão no Lazer e Turismo: em busca da qualidade de vida, Áurea São Paulo/SP. p. 1-11. 2006.

SILVA Diorges Ricardo; FERREIRA, Juliana Saraiva. Intervenções na educação física em crianças com síndrome de down. **Revista da Educação Física/UEM**. Maringá - PR, v. 12, n. 1, p. 69-76. 2011.

TRINDADE, Ana Lúcia. **A escrita da dança: a notação do movimento e a preservação da memória coreográfica**. Porto Alegre - Canoas: César Gonçalves Larcen Editor, 2008. 151f.

VOIVODIC, Maria Antonieta M.A, **Inclusão escolar de crianças com síndrome de down**, 2. ed, Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. 176 p.

COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL: Estudo de caso na FACTU

Cláudia Aparecida Machado

Mestre em Marketing, Especialista em Qualidade e Agricultura Empresarial, Graduada em Administração. Professora e Coordenadora do NAC

Lidiane Campos dos Santos

Mestre em Administração, Especialista em Gestão Agroindustrial, Graduada em Administração. Coordenadora e Professora do Curso de Administração e NPG.

Fernanda Alves Faria

Graduada em Administração pela Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai

RESUMO

A comunicação é essencial para a sobrevivência do ser humano e das organizações, devendo ser clara e objetiva para que ocorra o entendimento. No qual este estudo teve como objetivo identificar a importância da comunicação no desempenho organizacional da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai (FACTU). A estrutura do trabalho inclui uma revisão teórica sobre: gestão de pessoas, desempenho organizacional, avaliação de desempenho, satisfação organizacional, comunicação, processo de comunicação, tipos de comunicação, comunicação formal e informal, comunicação oral ou escrita, comunicação descendente, ascendente e lateral, barreiras no processo de comunicação e comunicação empresarial. Como metodologia utilizou-se o estudo de caso com amostragem, embasada em uma pesquisa descritiva com variáveis quantitativas, utiliza-se também a pesquisa qualitativa com variáveis exploratórias com a aplicação de questionários. Conclui-se que os colaboradores da FACTU estão satisfeitos com o meio de comunicação adotado pela instituição.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação. Organização. Colaboradores.

1 INTRODUÇÃO

A comunicação faz parte da sobrevivência do ser humano. No mundo dos negócios essa questão não poderia ser diferente, entretanto, nem sempre a comunicação empresarial foi tratada com tanta importância como nos dias atuais.

Para que as empresas conquistem o seu lugar no mercado competitivo e se destaquem, faz-se necessário manter os colaboradores informados, satisfeitos e integrados aos objetivos, missão e valores da empresa através de uma comunicação interna eficaz.

Diante do exposto, surge a necessidade de indagar acerca de: Através da Comunicação é possível melhorar o desempenho da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai (FACTU)?

A indagação sobre a comunicação em relação ao desempenho leva ao objetivo geral: Identificar a importância da Comunicação no desempenho organizacional da FACTU.

Acredita-se que o estudo contribui de forma concreta para a empresa estudada, pois pode servir de suporte para que a área de comunicação se ajuste às necessidades de todos os colaboradores. Considera-se importante também para aumentar o conhecimento acadêmico associando a teoria à prática.

2 GESTÃO DE PESSOAS

A administração está presente na vida do ser humano desde os primórdios quando ainda existia um pequeno grupo de pessoas. Para Werther e Davis (1983), a Revolução Industrial mudou a natureza do trabalho. A força mecânica e as economias de escala exigiam que grandes números de pessoas trabalhassem em conjunto.

Maximiano (2009) define que o século XX foi um momento de grandes transformações tecnológicas, econômicas e sociais. Frederick Winslow Taylor fez um conjunto de técnicas para tratar a eficiência e promoveu o movimento da Administração Científica cujo fim era aumentar a produtividade evitando desperdícios e promovendo “prosperidade entre patrões e empregados”.

As pessoas dentro da organização não podem trabalhar como se fossem uma máquina, pois elas têm a necessidade de integração social para se sentirem satisfeitas e desenvolverem um bom trabalho.

Chiavenato (2003) afirma que em 1930 surgiu a Teoria das Relações Humanas cuja preocupação era com as pessoas e grupos sociais, diferentemente da Administração Científica cujo foco era nas tarefas e na Teoria Clássica, o foco era na estrutura organizacional.

Segundo Sobral e Peci (2008, p. 208), a escola das relações humanas era “baseada no pressuposto do homem social, a teoria direciona os administradores a trabalhar com os grupos formais e informais nas organizações e o motivar dos empregados, criando condições propícias para a satisfação no trabalho”.

Dessa forma para que as empresas conquistem o seu lugar e se mantenham competitivas, faz-se necessário a colocação de pessoas certas nos cargos para desenvolverem suas atividades corretamente. Assim que surgiu a Administração de Recursos Humanos, um momento posterior à Abordagem Neoclássica.

As pessoas devem ser visualizadas como parceiras das organizações. Como tais, elas são fornecedoras de conhecimentos, habilidades, competências e, sobretudo, o mais importante aporte para as organizações: inteligência que proporciona decisões racionais e que imprime significado e rumo aos objetivos globais. (CHIAVENATO, 2010, p. 10).

Entretanto, são as pessoas que dão vida à organização e contribuem junto com o administrador para que se alcancem as metas e objetivos propostos, em decorrência disso surge o termo Gestão de Pessoas.

2.1 DESEMPENHO ORGANIZACIONAL

Um dos maiores desejos das organizações é ter um bom desempenho no mercado em que atuam, satisfazerem seus clientes através da prestação de serviço ou de um produto e obterem também lucros.

Segundo Maximiano (2010, p. 49), “O desempenho de uma organização é reflexo da competência de seus administradores”.

Sobral e Peci (2008, p. 212) afirmam que “a expectativa dos indivíduos é que o desempenho bem-sucedido leve ao resultado desejado”. Os parâmetros utilizados para medir esse desempenho são a eficiência e eficácia.

Conforme Maximiano (2010), para eficiência de uma organização é necessário utilizar seus recursos de maneira correta sem desperdícios, desenvolver as tarefas com inteligência e com menos esforços possíveis para obter um bom resultado.

De acordo com esse mesmo autor (2012, p. 5) “eficácia é a palavra usada para indicar que a organização realiza seus objetivos. Quanto mais alto o grau de realização dos objetivos, mais a organização é eficaz”.

A eficácia administrativa está relacionada ao uso dos recursos organizacionais, de modo que resulte em alto desempenho de saídas e em altos níveis de satisfação entre as pessoas que fazem o trabalho necessário. O duo desempenho e satisfação é o

estudo maior do que se tem entendido como ‘o novo ambiente de trabalho’. (SILVA, 2008, p. 18).

A avaliação da satisfação e do desempenho do funcionário pode ser feita através de um questionário estruturado com perguntas as quais os gestores julguem importantes.

2.2 AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Com a globalização, implantação de tecnologia, novas formas de trabalhar, a avaliação de desempenho vigorou, pois as pessoas têm que contribuir de fato para que as organizações alcancem seus objetivos e se sobressaem em relação às outras. A avaliação de desempenho é um processo pelo qual se verifica o desempenho das pessoas em seus cargos, fornecendo o *feedback* constante, é um meio o qual se pode usar para diagnosticar falhas e corrigi-las para que os objetivos das organizações sejam alcançados.

Segundo Gil (2010), as avaliações corretamente aplicadas, podem ser entendidas como parte de um plano de desenvolvimento de pessoas. Elas darão uma melhor visão do desempenho anterior e o poder de assumir mais responsabilidades futuras.

A avaliação de desempenho deve gerar benefícios tanto para os colaboradores quanto para a empresa.

Um programa formal de avaliação de desempenho tem como principais objetivos:

- Tornar dinâmico o planejamento da empresa;
- Conseguir melhorias na empresa voltadas à produtividade, qualidade e satisfação dos clientes;
- Obter o comprometimento das pessoas em relação aos resultados desejados pela empresa;
- Melhorar a comunicação entre os níveis hierárquicos na organização, criando clima de diálogo construtivo e eliminando dissonâncias, ansiedades e incertezas; dentre outros. (PONTES, 2002, p. 26-27).

Segundo Chiavenato (2010), há vários métodos para avaliar o desempenho humano, dentre elas: Método da escala gráfica; Método da pesquisa de campo; Método da avaliação participativa por objetivos (APPO); Avaliação 360°.

Através da avaliação de desempenho é possível saber se os colaboradores estão satisfeitos ou não no ambiente de trabalho.

2.3 SATISFAÇÃO ORGANIZACIONAL

Os colaboradores são a chave de sucesso de uma organização, eles que vão cativar esse público e trazê-los definitivamente para dentro da organização. Robbins (2005, p. 66) define “a satisfação com o trabalho como a atitude geral de uma pessoa em relação ao trabalho que realiza”.

Corrêa e Caon (2010) dizem que para reter bons talentos é necessário olhar os funcionários como se fossem clientes satisfeitos, essa é uma grande estratégia que as organizações estão adotando nos últimos tempos. Avaliar o grau da satisfação do funcionário é muito importante para manter os níveis bons e também retê-lo.

A satisfação dos colaboradores será o diferencial para gerar um bom desempenho na organização, na hora da contratação de um serviço ou venda de um produto para um cliente.

Matos (2009, p. 112) diz que “o nível de satisfação dos clientes internos é um importante indicador dos esforços da empresa no sentido de melhorar a satisfação dos clientes externos e o desempenho operacional”.

A comunicação faz parte da somatória dos elementos que fazem parte da satisfação dos funcionários e é utilizada entre os membros da organização e também com os clientes.

2.4 COMUNICAÇÃO

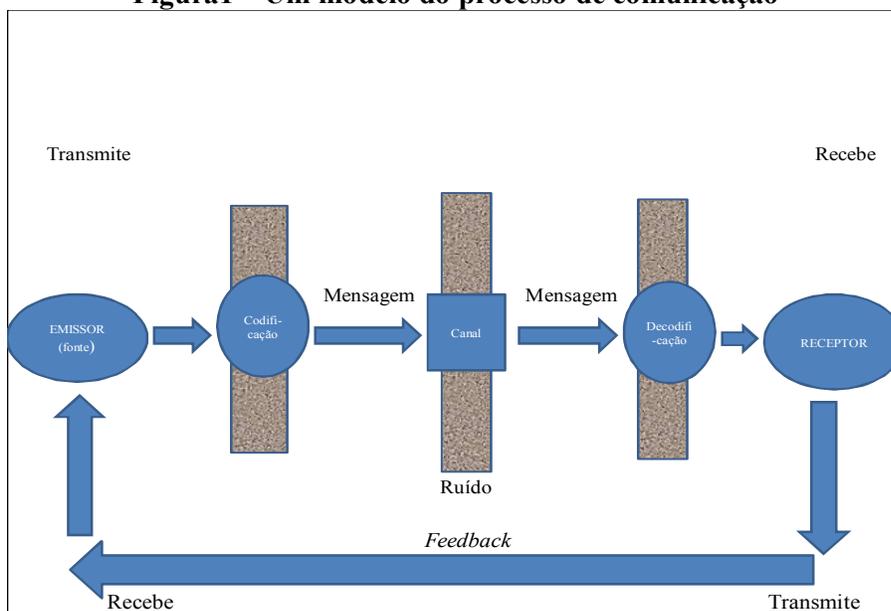
Segundo Matos (2009, p.2), “a comunicação é o fio condutor de todas as atividades e relacionamentos humanos. Literalmente nada acontece sem que haja prévia comunicação”.

Para o autor Matos (2009), comunicação é para: A sobrevivência; Interagir; Cooperar; Satisfazer necessidades biológicas, físicas e psicológicas; Para a aceitação do ser humano; Relacionar com outras pessoas; Suprir necessidades práticas; Desenvolver atividades econômicas (vender/comprar produtos e serviços); Dar e receber informações; Participar dos acontecimentos com ideias e opiniões.

O objetivo da comunicação é a transmissão da mensagem, mas para que isso aconteça é necessária a presença de vários elementos.

Kotter (1977 apud STONER e FREEMAN, 1999, p. 389) definiu comunicação como um processo que consiste em “um emissor transmitindo uma mensagem, através de um meio, para um receptor que reage”.

Figura1 – Um modelo do processo de comunicação



Fonte: Adaptado pela autora, 2014.

Gil (2010, p. 72) afirma que “como saber comunicar significa fazer-se entender, o comunicador precisa estar capacitado não apenas para falar, mas também para ouvir”.

Para Matos (2009, p.17), “a comunicação é um ato que precisa envolver compreensão mútua entre emissor e receptor. A comunicação só pode ocorrer se houver *feedback*. Sem ele, o emissor não terá como conferir a adequação e eficácia da transmissão da sua mensagem”. Sem *feedback* e contato humano a comunicação é sempre precária e ineficaz.

2.5 TIPOS DE COMUNICAÇÃO

Pereira (2004, p. 260) diz que as comunicações, podem ser formais ou informais, orais ou escritas, descendentes, ascendentes e laterais”.

A comunicação formal é aquela que faz parte do planejamento da organização, os gestores têm o controle dela. Já a comunicação informal acontece entre membros da organização podendo ser de assuntos tanto profissionais, quanto pessoais.

Para Oliveira (1998), a comunicação formal é planejada, facilitada e controlada ela segue uma cadeia de comando numa escala hierárquica. Já na informal, ela surge de forma espontânea entre os membros.

Na comunicação oral existe o reforço com os gestos para que a transmissão da mensagem seja mais eficiente, o que acaba facilitando o entendimento. Já na comunicação escrita a mensagem pode ser transmitida de maneira mais rápida, porém a atenção nas palavras deve ser redobrada.

De acordo com Pereira (2004, p.261), “a comunicação oral é mais íntima (coloquial) e a escrita é mais acurada, com maior precisão”.

Minicucci (1995, p.260 apud TOMASI e MEDEIROS 2010, p.72) afirma que “a palavra escrita é muito mais agressiva do que uma comunicação a dois, face a face. Uma pessoa poderá rejeitar uma mensagem crítica por escrito e aceitá-la oralmente”.

Maximiano (2000), classifica a comunicação em três categorias, a saber: comunicação pessoal, escrita e por meio de equipamento.

Quadro 1 – Três meios de comunicação

MEIOS DE COMUNICAÇÃO	EXEMPLOS
Comunicação pessoal	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentações formais • Conferências • Reuniões • Conversação um a um • Convenções periódicas • Comemorações e solenidades
Comunicação escrita ou impressa	<ul style="list-style-type: none"> • Memorandos • Circulares • Cartazes • Revistas e jornais internos • Sistemas de sugestões • Administração visual (cartazes no local de trabalho com informações sobre a produção) • Relatórios • Murais • Cartas
Comunicação por meio de equipamento	<ul style="list-style-type: none"> • Telefone fixo e móvel • Televisão • Fita de vídeo • Fita de áudio • Correio de voz • Fax • Correio eletrônico • Teleconferência • Internet

Fonte: MAXIMIANO, 2000.

De acordo com Maximiano (2000), a comunicação descendente se dá pelos níveis superiores da hierarquia para os subordinados, a fim de transmitir informações sobre tudo o que acontece ou que poderá acontecer dentro da organização.

Tanto a comunicação descendente como a ascendente, têm como visão melhorar o desempenho da organização para ajudar na tomada de decisões.

Pereira (2004) diz que a comunicação lateral é feita entre duas ou mais pessoas de um mesmo nível hierárquico. São informações passadas entre departamentos e as pessoas precisam estar abertas para ouvirem as necessidades dos seus colegas de trabalho.

2.6 BARREIRAS NO PROCESSO DE COMUNICAÇÃO

Dentro do processo de comunicação sempre existem barreiras que atrapalham a compreensão da informação, para que isso não aconteça é necessário ter muita cautela na hora da transmissão, por isso é tão necessário ter o *feedback*.

Mesmo quando o receptor recebe a mensagem e faz um esforço legítimo para decodificá-la, numerosas interferências podem limitar sua compreensão. Estas interferências são conhecidas como *barreiras à comunicação* e podem impedir inteiramente uma comunicação, filtrar parte dela ou dar-lhe significado incorreto. (WERTHER JÚNIOR E DAVIS, 1983, p. 377).

Stoner e Freeman (1999) apresentam algumas barreiras comuns à comunicação eficaz: Percepção diferente; A diferença de linguagem na percepção de cada pessoa; Ruído; As reações emocionais; Inconsistência nas comunicações verbais e não verbais; A desconfiança.

Pereira (2004, p. 260) acrescenta que “há também barreiras à comunicação quando a mensagem passa por vários intermediários”.

2.7 COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL

Nesse novo cenário de tecnologia e globalização, é crescente o número de empresas ingressantes no mercado. A chave para o sucesso está em manter os funcionários bem informados em relação à missão, à visão, aos valores, às atribuições de cada cargo e no modo como as tarefas devem ser executadas.

Para Chinem (2006), a partir do momento em que empresas nascem, precisam dizer para que veio.

Para Tavares (2010, p. 13), “não existe mais espaço para ações fragmentadas de comunicação. O que realmente importa dentro da comunicação empresarial é que esta seja feita de forma completa e com a participação de todas as pessoas.

Lopes (2010) diz que um ambiente favorável à comunicação interna, com líderes que engajam na cultura do diálogo, é capaz de encorajar ideias e sugestões que podem originar em inovações e identificar soluções rentáveis para a empresa como um todo.

Através da comunicação empresarial, os colaboradores terão a oportunidade de poder expor suas opiniões em relação a determinados assuntos.

Certamente Henri Fayol acrescentaria: “administrar significa prever e planejar, organizar, comandar, coordenar, controlar” e comunicar. Segundo Matos (2009, p. 88) “a comunicação interna funciona como base de sustentação para a comunicação externa”.

Keller (2006, p.26) entende que “a Comunicação, quando aplicada nas organizações de forma eficaz, é capaz de gerar os resultados desejados, tanto interna quanto externamente”.

3 METODOLOGIA

A pesquisa consiste em um estudo de caso desenvolvido na Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica e uma coleta de dados. O instrumento de coleta de dados foi o questionário aplicado a 57 colaboradores da instituição.

Optou-se por utilizar uma pesquisa descritiva com variáveis quantitativas e, para melhor compreensão dos dados, utilizou-se também a pesquisa qualitativa com variáveis exploratória.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

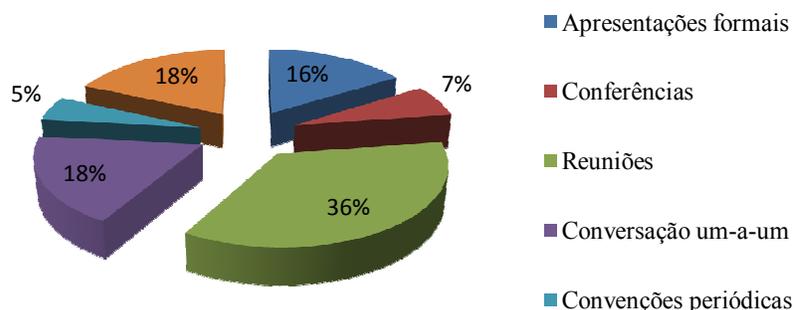
De acordo com os dados coletados, quanto à faixa etária dos colaboradores da FACTU, verificou-se que, dos 57 colaboradores que responderam ao questionário, 39% (trinta e nove) têm entre 36 a 45 anos; 38% (trinta e oito) têm entre 26 a 35; 16% dos colaboradores têm entre 46 a 55 anos; 7% (sete) dos colaboradores têm entre 16 a 25 anos, não tendo nenhum colaborador entre 56 a 65 anos e nem acima de 65 anos.

Quanto ao gênero, dos 57 respondentes, 53% (cinquenta e três) são do sexo masculino e 47 (quarenta e sete) são do sexo feminino.

Sobre o perfil dos colaboradores quanto a área de atuação, 42% (quarenta e dois) atuam na área administrativa, 39% (trinta e nove) atuam na docente e 19% (dezenove) atuam tanto na área administrativa como na docente. 84% (oitenta e quatro) dos respondentes disseram que conhecem muito bem a missão e visão da organização; enquanto 16% (dezesseis) disseram não conhecê-las.

Questionou-se aos respondentes quais os principais meios de comunicação utilizados na organização entre a comunicação pessoal, comunicação escrita ou impressa e a comunicação por meio de equipamento. Ressalta-se que ficou aberta para os respondentes marcarem quantas opções quisessem, logo, a frequência da questão de cada respondente foi diferente para os meios de comunicação utilizados na FACTU.

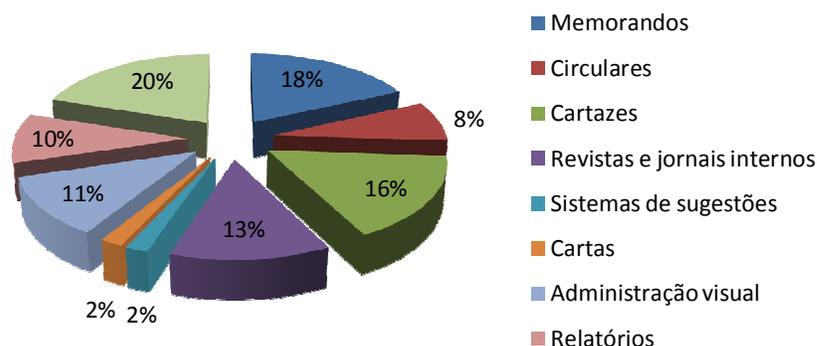
Gráfico 1: Comunicação pessoal



Fonte: Dados da pesquisa.

O gráfico 1 mostra que 36% (trinta e seis) dos respondentes disseram que na FACTU utiliza-se a comunicação pessoal através de reuniões; 18% (dezoito) disseram conversação um a um; outros 18% (dezoito) disseram comemorações e solenidades; 16% (dezesseis) disseram apresentações formais; 7% (sete) disseram conferências; e 5% (cinco) disseram ser utilizado também as convenções periódicas. Ficando claro que as reuniões se destacam como meio de comunicação pessoal na FACTU com 36% (trinta e seis) do percentual total.

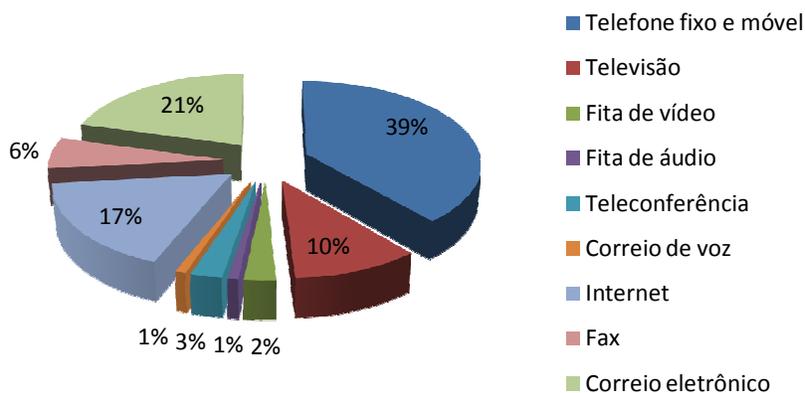
Outro ponto analisado foi o meio de comunicação utilizado.

Gráfico 2: Comunicação escrita ou impressa

Fonte: Dados da pesquisa.

O gráfico 2 mostra que 20% (vinte) dos respondentes disseram que na FACTU utiliza-se a comunicação escrita ou impressa através de murais; 18% (dezoito) disseram memorandos; 16% (dezesesseis) disseram cartazes; 13% (treze) disseram revistas e jornais internos; 11% (onze) disseram administração visual que envolve cartazes no local de trabalho com informações sobre a produção; 10% (dez) disseram relatórios; 2% (dois) disseram sistemas de sugestões; e outros 2% (dois) disseram utilizar cartas. A comunicação escrita ou impressa que se destaca na FACTU são os murais com 20% (vinte) do percentual total.

Também foram questionados sobre a utilização de equipamentos para a realização da comunicação.

Gráfico 3: Comunicação por meio de equipamento

Fonte: Dados da pesquisa.

O gráfico 3 mostra que 39% (trinta e nove) dos respondentes disseram que na FACTU utiliza-se a comunicação por meio de equipamento através de telefone fixo e móvel; 21% (vinte e um) disseram utilizarem correio eletrônico; 17% (dezessete) disseram internet.

Ao questionar o meio de comunicação adotado pela organização, 63% (sessenta e três) dos respondentes disseram estarem satisfeitos; 19% (dezenove) disseram estarem pouco satisfeitos; 11% (onze) disseram estarem muito satisfeitos; e 7% (sete) disseram estarem insatisfeitos.

Ao questionar sobre feedback dos superiores, 44% (quarenta e quatro) dos respondentes disseram que quase sempre recebem; 30% (trinta) disseram que raramente; 17% (dezessete) disseram sempre; e 9% (nove) disseram nunca. Como pode ser observado, os colaboradores quase sempre recebem o feedback dos seus superiores.

Finalmente 96% (noventa e seis) dos respondentes disseram que a comunicação pode gerar benefícios tanto para os colaboradores quanto para a organização.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunicação faz parte da vida do ser humano e para as organizações não poderia ser diferente. Para que elas possam crescer, sobreviver e se destacarem no ramo em que atuam, é necessário algum diferencial competitivo como a comunicação interna, devendo satisfazer os colaboradores os clientes externos.

Através da fundamentação teórica e a análise de dados coletados na empresa estudada pôde-se concluir que o objetivo proposto foi alcançado.

Identificou-se que o meio de comunicação mais utilizado na instituição, foi possível que se destacam, comunicação pessoal, as reuniões; comunicação escrita ou impressa, os murais e; por meio de equipamento, o telefone fixo e móvel.

A satisfação dos colaboradores em relação ao meio de comunicação que é adotado pela instituição, constatou-se que a maioria dos colaboradores, 63% (sessenta e três) estão satisfeitos com o meio de comunicação que é adotado.

Ao abordar a credibilidade do colaborador em relação a uma boa comunicação trazer benefícios tanto para ele quanto para a organização, observou-se que quase 100% (cem) dos colaboradores acreditam que a comunicação pode sim gerar benefícios para ambas as partes. Por fim, o quarto objetivo específico que foi identificar os principais meios de comunicação para uma instituição, notou-se que as comunicações são diferenciadas podendo ser formais ou informais; orais e escritas; descendentes, ascendentes e laterais. A comunicação oral e escrita pode ser classificada em três categorias: comunicação pessoal (apresentações formais, conferências, reuniões, conversação um a um, convenções periódicas, comemorações e solenidades), comunicação escrita ou impressa (memorandos, circulares, cartazes, revistas e jornais internos, sistemas de sugestões, administração visual, relatórios, murais e cartas), e a comunicação por meio de equipamento (telefone fixo e móvel, televisão, fita de vídeo, fita de áudio, correio de voz, fax, correio eletrônico, teleconferência e internet), as mais utilizados são as reuniões, os murais e o telefone fixo e móvel.

O questionário aplicado na empresa teve opiniões bastante semelhantes, podendo ser destacado: a valorização do colaborador, momentos de distração e o processo de feedback constante.

REFERÊNCIAS

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

_____. **Introdução à teoria geral da administração**. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CHINEM, Rivaldo. **Comunicação empresarial: Teoria e o dia-a-dia das Assessorias de Comunicação**. São Paulo: Horizonte, 2006.

CORRÊA, Henrique L.; CAON, Mauro.; **Gestão de serviço: lucratividade por meio de operação e de satisfação dos clientes**. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Gestão de pessoas: enfoque nos papéis profissionais**. São Paulo: Atlas, 2010.

KELLER, Kátia. **Comunicação organizacional, sobrevivência empresarial**. 2. ed. São Paulo: Olho d' água, 2006.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

_____. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragem e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. São Paulo: Atlas, 1982.

LOPES, Boanerges. **Comunicação empresarial**. Transformações e Tendências. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

MATOS, Gustavo Gomes de. **Comunicação empresarial sem complicação: como facilitar a comunicação na empresa, pela via da cultura e do diálogo**. 2. ed. São Paulo: Manole, 2009.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

_____. **Introdução à administração**. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. **Fundamentos de administração: manual compacto para as disciplinas TGA e Introdução à Administração**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. **Introdução à administração**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

NASSAR, Paulo. **Tudo é comunicação**. 2. ed. São Paulo: Lazuli, 2006.

OLIVEIRA, Djalma de Pinto Rebouças de. **Sistemas, organização e métodos: uma abordagem gerencial**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

PEREIRA, Anna Maris. **Introdução à administração**. 3. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

PONTES, Benedito Rodrigues. **Avaliação de desempenho: nova abordagem**. 8. ed. São Paulo: Ltr, 2002.

ROBBINS, Stephen P. **Comportamento organizacional**. 11. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

REVISTA 10 ANOS FACTU 1997 a 2007. **Edição comemorativa**. Pág. 02.

SILVA, Reinaldo O. da. **Teorias da administração**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.

SOBRAL, Filipe; PECI, Alketa. **Administração: teoria e prática no contexto brasileiro**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.

STONER, James A. F. ;FREEMAN, R. Edward. **Administração**. 5. ed.1 reimpr.: Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S/A, 1999.

TAVARES, Maurício. **Comunicação empresarial e planos de comunicação**: Integrando Teoria e Prática. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

TOMASI, Carolina; MEDEIROS, João Bosco. **Comunicação empresarial**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

WERTHER JÚNIOR, William B. ; DAVIS, Keith. **Administração de pessoal e recursos humanos**. São Paulo: McGraw Hill, 1983.

GESTÃO DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL EM EMPRESAS DE MÉDIO E GRANDE PORTE: Um estudo de caso aplicado na contabilidade interna de uma Revenda de Máquinas Agrícola de Unai/MG.

Gabriel Moreira

Mestre em Administração, Especialista em Administração Financeira e Controladoria. Graduado em Ciências Contábeis. Professor e Coordenador do Curso de Ciências Contábeis. Coordenador da CPA/FACTU.

Lidiane Campos dos Santos

Mestre em Administração, Especialista em Gestão Agroindustrial, Graduada em Administração. Coordenadora e Professora do Curso de Administração e NPG.

Dirceu Geraldo Rodrigues Júnior

Graduando em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai

RESUMO

A utilização da gestão da informação contábil se faz necessária devido à evolução constante no mercado; a busca pelo diferencial das empresas requer profissionais treinados e capacitados bem como gestores capazes de disseminar os dados por eles apresentados. Os gestores tendem a converter essas informações em benefícios para tomada de decisões, contribuindo assim com a administração da empresa. Na elaboração deste estudo o método utilizado foi a pesquisa exploratória. Para atingir o objetivo proposto foi utilizada uma abordagem qualitativa com aplicação de um roteiro de entrevista semi estruturada aos gestores da revenda de máquinas agrícolas, visando identificar a ótica dos mesmos sobre a gestão da informação contábil. O procedimento de pesquisa utilizado foi o estudo de caso aplicado em uma revenda de máquinas agrícolas, localizada no Município de Unai/MG. Constatou-se por intermédio das entrevistas e análises realizadas, que as práticas adotadas pela revenda no que se refere à gestão da empresa através de embasamentos oriundos dos relatórios fornecidos pela contabilidade, a relevância dessas informações com o enfoque na tomada de decisões.

Palavras-Chave: Informação contábil. Máquinas agrícolas. Tomada de decisões.

1 INTRODUÇÃO

A mensuração na era primitiva foi considerada como uma contabilização ou controle de bens, pois ancestrais controlavam suas posses através de escritas rupestres.

A evolução empresarial fez com que a contabilidade também evoluísse de acordo com a necessidade do mercado, emergindo o método das partidas dobradas para atender as necessidades da era medieval, os sistemas de custos na era da revolução industrial, chegando até a contabilidade gerencial após o surgimento das empresas de capital aberto. Com o mercado globalizado e cada vez mais competitivo, as empresas buscam se diferenciar no mercado com a utilização da gestão da informação contábil.

Um dos diferenciais da ferramenta da gestão da informação contábil são suas legalidades, regulamentadas por leis que se tornam eficazes na extração de informações confiáveis.

Essas informações dividem em dois grupos de usuários: Gestores que têm como finalidade a extração dessas informações para tomada de decisão; já o outro grupo são os acionistas das empresas de capital aberto que se beneficiam das informações para controlar

seus patrimônios gerindo um controle maior nas empresas em que investem seu capital, servindo também como tomada de decisão para possíveis novos investimentos.

Este artigo tem como finalidade levantar informações quanto à utilização da informação contábil para tomada de decisões em médias e grandes empresas de Unai – MG, apresentando a influência que a contabilidade exerce na gestão das empresas. Esta pesquisa é relevante, pois mostrará os fatos ocorridos em uma revenda de máquinas agrícolas de Unai – MG.

E tem como objetivo geral analisar os benefícios da gestão da informação contábil gerada na contabilidade interna da empresa para auxílio no processo decisório. Os objetivos específicos são: Levantar informações sobre a gestão da informação contábil e suas aplicações; Verificar a ótica dos gestores quanto a utilização das informações contábeis para tomadas de decisões; Descrever os benefícios da utilização da informação gerada pela contabilidade interna da empresa.

A questão problema a ser elucidada é: Quais os benefícios da gestão da informação contábil gerada na contabilidade interna para auxílio no processo decisório?

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico deste trabalho fará uma abordagem sobre a evolução da contabilidade chegando até o atendimento ao seu objetivo, ou seja, gerar informação contábil para auxiliar no processo decisório.

2.1 BREVE HISTÓRICO SOBRE A ORIGEM DA CONTABILIDADE

A história da contabilidade se resume na evolução da necessidade de controle da humanidade. A busca pela mensuração de bens e controle de patrimônios fez com que a contabilidade se tornasse necessária.

A Contabilidade pode ser conceituada como a ciência que estuda e controla o patrimônio, mostra suas variações, impõe normas para a sua interpretação, e, além disso, orienta na tomada de decisões, buscando um bom funcionamento para a empresa. (RODRIGUES et al,2011).

Iudícibus, Martins e Carvalho (2005) afirmam que a contabilidade antes de ser ciência foi, anteriormente, um arranjo completo de escrituração. A Contabilidade, como conjunto de escrituração que hoje se conhece, surgiu através da relação e composição de grande número de eventos, fatores históricos, com a cooperação de várias civilizações e vários povos. Apesar de seu desabrochar formal ter-se dado na Itália da Renascença, os indícios de seu surgimento são os mais diversos. Fenícios, Persas, Egípcios, Gregos, os antigos habitantes do hodierno Iraque, Romanos etc., todos são relevantes para explicar os antecedentes da Contabilidade, antes da Renascença Italiana. (IUDÍCIBUS; MARTINS; CARVALHO, 2005).

A Contabilidade foi vista como ciência, apenas no início do século XIX, especialmente no ano de 1836, quando a Academia de Ciências da França adotou a Contabilidade como ciência social. (IUDÍCIBUS; MARION, 2002).

O processo histórico do desenvolvimento da Contabilidade no Brasil é bem mais recente, se comparado com a de outros países, especialmente, em relação à história contábil européia e americana. O desenvolvimento Contábil brasileiro acompanhou as doutrinas dos pensamentos contábeis advindos das escolas italianas e americanas. O CRC - Conselho Regional de Contabilidade foi implantado em 27 de maio de 1946. (BUESA, 2010).

Reis e Silva (2007) relatam que, o primeiro registro profissional de CRC do atual Estado do Rio de Janeiro, foi o do Senador João Lyra, considerado Patrono da Classe Contábil.

Houve diversos esforços com o objetivo de obter o reconhecimento e a regulamentação da profissão até a edição do Decreto-Lei nº 9295/46, refletidos na criação de diversos órgãos de classe e no acontecimento dos primeiros congressos brasileiros de Contabilidade.

QUADRO 01: HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE

HISTORICO DA EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE
1916 – criação do Instituto Brasileiro de Contadores Fiscais e a Ass. dos Contadores em São Paulo;
1916 - criação do Instituto Brasileiro de Contabilidade no Rio de Janeiro;
1919 – fundação do Instituto Paulista de Contabilidade
1924 – ocorre o I Congresso Brasileiro de Contabilidade;
1927 - fundação do Instituto Mineiro de Contabilidade;
1928 – criação do Instituto Fluminense de Contabilidade;
1929 – fundação em São Paulo da Associação Internacional de Contabilidade;
1931 – fundação da Câmara dos Peritos Contadores no Instituto Brasileiro de Contabilidade;
1931 – fundação da Associação Pernambucana de Contabilidade;
1931 – fundação do Instituto Mato-grossense de Contabilidade;
1932 – fundação da Associação Mineira de Contabilidade;
1932 – ocorre o II Congresso Brasileiro de Contabilidade;
1933 – fundação do Instituto Rio-grandense de Contabilidade;
1934 – ocorre o III Congresso Brasileiro de Contabilidade;
1937 – ocorre o IV Congresso Brasileiro de Contabilidade

Fonte: Peleias e Bacci, (2004, p. 46)

Em 1981, o Conselho Federal de Contabilidade, deu início às Normas Brasileiras de Contabilidade NBC, dividindo em Normas Brasileiras de Contabilidade – Técnica NBC - T e Normas Brasileiras de Contabilidade – Profissionais NBC – P, nelas foram organizados dezesseis princípios contábeis. (REIS; SILVA, 2007).

2.2 CONTABILIDADE GERENCIAL

A contabilidade gerencial se beneficia das informações contábeis para tomada de decisões dentro da entidade.

Pode-se conceituar a Contabilidade gerencial como o método de identificação, mensuração, acumulação, análise, preparação, interpretação, e comunicação de informação (tanto financeira como operacional) usada pelo setor administrativo para planejamento, avaliação e controle dentro da organização e para certificar o uso e a responsabilidade sobre seus recursos. (PADOVEZE, 1999).

Oliveira e Voese (2014) complementando, a Contabilidade Gerencial é o processo de controlar diversos pontos da organização, assegurando a adequada prestação de contas de seus recursos, com o objetivo de auxiliar principalmente no processo de tomada de decisões empresariais.

Frezatti, Aguiar e Guerreiro (2007) declaram que, a Contabilidade Gerencial tenta, de maneira consecutiva, ser ampla e clara, ajustada às recorrentes mudanças tecnológicas, adaptando-se sempre que necessário. O objetivo geral da Contabilidade Gerencial é aprimorar o valor da organização mediante um conjunto de técnicas que apoiam diferentes funções de gestão, que diferente de outras práticas contábeis, é movida por necessidades internas e não por interesses externos. O uso de técnicas de gestão é influenciado por fatores

organizacionais, comportamentais, econômicos e sociais. (GONG e TSE, 2009 apud OLIVEIRA e VOESE, 2014).

Carvalho et al (2010) acrescentam que a pesquisa em contabilidade gerencial ganhou força a partir da década de 80, isso se deu devido à abertura de novos canais internacionais de divulgação dos estudos teóricos e empíricos que mostraram uma perspectiva multidisciplinar e, em diversos casos, com vastos métodos aplicados na análise dos problemas.

A produção de informações oriundas da contabilidade são consideradas extremamente confiáveis uma vez que feito todo o processo de lançamento correto, os relatórios demonstrarão a realidade em que se encontra a empresa. Assim pode ser planejado um futuro através de projeções e também como comparativo de exercícios anteriores, com isto sua contribuição se torna significativamente favorável para o desenvolvimento de uma empresa com condições de projeção no mercado.

2.3 A CONTABILIDADE E A INFORMAÇÃO CONTÁBIL GERENCIAL

A Contabilidade Gerencial tem sido considerada como um importante nutridor das informações usadas pelos gestores empresariais. Atkinson et al (2000, p. 36) afirmam que, "os dados gerenciais contábeis é uma das fontes informacionais primárias para a tomada de decisão e controle nas empresas". (SOUZA; LISBOA; ROCHA, 2003).

A contabilidade como ferramenta proporciona uma quantidade necessária de informações importantes para o processo decisório internamente e fora da empresa, dependendo de seu público, levando em conta que os demonstrativos devem ser apresentados de acordo com o seu receptor atendendo aspectos como linguagem apropriada e análises de informações acessíveis.

A informação na Contabilidade pode ser vista como um instrumento para lidar com problemas relacionados à administração de empreendimentos, pois em cenários competitivos, aqueles que souberem aplicá-la de forma eficaz podem alcançar posição de destaque diante dos concorrentes. (MOREIRA et al,2013).

Como Ciência Social, a Contabilidade é um produto do meio refletindo as diferentes condições socioeconômicas, políticas e legal. Como consequência, para que cumpra sua missão, deve acompanhar as mudanças da sociedade em que está inserida. Atualmente, em que o ambiente econômico se apresenta cada dia mais incerto, a Contabilidade deve manter sua postura prudente sem perder a qualidade da evidenciação de suas informações. (SZÜSTER; SZÜSTER; SZÜSTER, 2005, p. 2).

A função crucial da contabilidade gerencial e uma das mais necessárias, consiste em proporcionar informações para as escolhas de caminhos certos dentro da instituição, respaldando os gestores desde o planejamento até a avaliação dos resultados, é o processo de produzir informações para a empresa como um todo. (BIRRER et al,2012).

Cabrelli e Ferreira (2007) afirmam também que a contabilidade Gerencial auxilia os empresários a corrigirem as possíveis falhas existentes, ajudando-os a corrigi-las; elabora planos administrativos e ferramentas de apoio às funções, focando a avaliação de resultados; dentre outras atribuições.

De forma resumida, Horngren, Sunden e Stratton (2004) citam que os principais pontos em comum em termos de conceitos/objetivos da Contabilidade Gerencial são:

- I) Composição do processo: identificação, mensuração, acumulação, análise, preparação, interpretação e comunicação das informações.
- II) Informações para usuários: gera informações que se destinam aos usuários internos.

III) Apoio ao processo decisório: dar apoio às necessidades dos gestores ou informações úteis.

Devido às diversas funções desempenhadas pela Contabilidade, a profissão contábil é uma ação que requer tempo, dedicação e responsabilidade. (MATOS, 2010).

De acordo com Cabrelli e Ferreira (2007) o contador gerencial necessita de formação diferenciada daquela exigida para o profissional que atua na contabilidade formal.

O contador gerencial também é conhecido como *controller* da empresa e tem como encargo a função de assessoria, seu departamento tem a obrigação de prestar serviços especializados aos outros administradores e à presidência da empresa. (SANTOS, 2002).

A contabilidade gerencial é um dos pontos cruciais de saída para o desenvolvimento das empresas, sendo essencial no processo da análise, controle e planejamento no mundo dos negócios. (FRAGA; ROMÃO, 2013).

2.4 INSTRUMENTOS DA GESTÃO DA INFORMAÇÃO:

Contadores, administradores e responsáveis pela gestão das empresas se convenceram de que as informações contábeis vão além do simples cálculo de impostos e atendimento de legislações comerciais, previdenciárias e legais. A contabilidade gerencial, em síntese, é a utilização dos registros e controles contábeis com o objetivo de gerir uma entidade. Dentre as utilizações da contabilidade, para fins gerenciais, destacam-se, entre outros: Fluxo de Caixa, Orçamento Empresarial, Gestão de Custos, Planejamento Tributário e Análise Econômico-financeira.

2.4.1 Fluxo de caixa

Zdanowicz (2000) conceitua fluxo de caixa como um sistema de ingressos e desembolsos de numerário ao longo de um período projetado, servindo para exposição da situação financeira de uma empresa, levando em consideração as fontes de recursos e a forma de aplicação em elementos do ativo. O fluxo de caixa é visto como uma das principais ferramentas gerenciais, pois permite a visualização das operações feitas pela empresa, auxilia na tomada de decisão, mensura as necessidades futuras de recursos, a capacidade de pagamento dos compromissos assumidos, bem como a disponibilidade para investimentos. (KAMMER, 2010).

Através das informações do Fluxo de Caixa, o gestor pode elaborar uma estrutura gerencial de resultados, calcular a rentabilidade, a lucratividade, o ponto de equilíbrio e o prazo de retorno do investimento. O objetivo é verificar a saúde financeira do negócio a partir de análise para obter uma resposta clara sobre as possibilidades de investimento.

2.4.2 Orçamento empresarial

É considerado um dos pilares da gestão e uma das ferramentas fundamentais para que a prestação de contas dos gestores seja objetiva. Isso ocorre pelo fato que os gestores têm o compromisso especificado e definido no plano estratégico, que acabam sendo firmados no momento da montagem do orçamento. É utilizado para controlar gastos, e também como instrumento de orientação aos gestores quanto às metas e objetivos que almejam atingir ao longo do período pretendido.

SÁ (2005) colabora dizendo que, o Orçamento Empresarial é a Expressão formal e quantitativa dos planos estratégicos da empresa para um tempo específico. Pode ser visto também, como resumido plano de ação detalhada, desenvolvida e distribuída como um guia para as operações e como uma base parcial para consequentes avaliações de desempenho.

Para Atkinson et al (2000), o orçamento nas empresas é usado para comunicar aos membros da empresa os objetivos de curto prazo. Serve também para indicar a existência de problemas e servir como ferramenta para encontrar as respectivas soluções e por fim, prevê o ciclo e gera informação do que a empresa terá que providenciar de recursos para financiar a formação dos estoques no início desse ciclo.

2.4.3 Gestão de custos

Parte de um sistema de informações, a contabilidade de custos é desenvolvida através de coleta e processamento de dados que agregam com a produção e distribuição de informações na forma de relatórios contábeis.

Siviero (2009) esclarece que uma eficiente gestão de custos possibilita uma melhor visualização dos gastos, pois identifica as atividades envolvidas na prestação do serviço, exercendo uma ação eficaz de controle de custos. Uma vez que os custos remetem-se aos “gastos relativos a bens e serviços (recursos) consumidos na produção de outros bens e serviços”.

Bleil et al (2011) acrescentam falando que ter conhecimento sobre os custos de um produto, mercadoria ou serviço é de primordial importância para os gestores tanto para as grandes, médias ou também para as pequenas empresas.

2.4.4 Planejamento tributário

Planejamento tributário é basicamente um conjunto de sistemas legais que visam diminuir o pagamento de tributos. O contribuinte tem o direito de estruturar o seu negócio da maneira que melhor lhe pareça, procurando diminuir os custos do seu empreendimento, inclusive dos impostos.

Silva (2010) menciona o planejamento tributário como um dos principais agentes para o sucesso ou não de uma empresa, pois a confusa e elevada carga tributária no Brasil dificulta a interpretação dos empresários e contadores assim como as diversas alterações dificultam também sua atualização. Desse modo, cabe aos profissionais da Contabilidade contribuir na geração de informações que possam dar suporte aos administradores nas tomadas de decisões, na continuidade dos empreendimentos, pois devido conhecer a legislação tributária, o cenário fiscal e a natureza do negócio, podem promover ações que permitam licitamente reduzir ou até eliminar tributos, e dessa forma proteger os interesses empresariais.

O planejamento tributário tem como objetivo diminuir legalmente a quantidade de dinheiro a ser pago ao governo. Com a globalização da economia, tornou-se questão de sobrevivência empresarial a correta administração da incidência tributária.

2.4.5 Análise econômico-financeira

As finanças de uma empresa podem influenciar diretamente na estrutura da entidade. Neste sentido a administração financeira deve ajudar a planejar e dar uma direção no futuro da empresa. Análise econômica é uma avaliação da rentabilidade e lucratividade do desempenho da empresa. O objetivo dessa análise é demonstrar através dos índices como a empresa vem utilizando os seus recursos investidos.

Segundo Domingues (2014), a Análise Econômico-Financeira propicia a verificação da situação e a evolução econômica e financeira de uma empresa ao longo de certo espaço de tempo e prever o seu provável comportamento futuro. Tal fato auxiliará na prevenção de

casos de falência e na investigação da situação econômica e financeira que a empresa enfrenta.

Santos e Oliveira (2010) acrescentam que, a Análise Econômico-Financeira é também conhecida como Análise das Demonstrações Contábeis ou Análise de Balanços, é considerada tão antiga quanto a própria contabilidade.

As análises da situação financeira e econômica da empresa proporcionam identificar os pontos fortes, fracos, ameaças e oportunidades e ainda a viabilidade dos retornos dos investimentos na empresa.

2.5 GESTÃO DA INFORMAÇÃO NO PROCESSO DECISÓRIO

A informação possibilita conhecer o mercado e se adequar à nova realidade. Os mercados criam as condições gerais de negócios, influenciando a capacidade de obtenção da informação e também influenciando clientes, fornecedores, sócios, concorrência, dentre outros.

A contabilidade gerencial propicia dados relevantes para a tomada de decisão nas instituições. Quando as informações contábeis são obtidas em tempo hábil e oportuno, as mesmas permitem surpreender decisões gerenciais para que os administradores possam elaborar estratégias, avaliar os resultados e obter opções para a melhor execução dos negócios. (FRAGA; ROMÃO, 2013).

Silva (2010) afirma que, para que a informação contábil seja utilizada no processo de administração, é preciso que as informações fornecidas sejam desejáveis e úteis para os administradores e responsáveis pela empresa.

De acordo com Silva (2008), os profissionais que atuam na área da Contabilidade Gerencial devem sempre se qualificar e buscar novas informações com pensamentos elevados para poderem propiciar à empresa decisões que tenham soluções positivas que em longo prazo, resultem em benefícios para a mesma.

Cabrelli e Ferreira (2007) mencionam as principais funções do contador gerencial no processo de tomada de decisões, entre elas estão: garantir que as informações cheguem às pessoas certas no tempo certo; fazer compilação, síntese e análise da informação e planejamento correto com objetivo de se chegar a um controle eficaz; elaborar relatórios padrões; avaliar e assessorar os gerentes e o presidente; organizar o sistema gerencial.

Vale mencionar também que o processo decisório consequente das informações apuradas pela contabilidade não se limita apenas às empresas, mas também a outros segmentos, como investidores; fornecedores de bens e serviços a créditos; os bancos; governos; e também para dados estatísticos. (MARION, 2005 apud SILVA, 2008).

3 METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos abordados nesse estudo serão direcionados por uma pesquisa exploratória.

Conforme descreve Mattar (2008, p. 7), “a pesquisa exploratória visa prover o pesquisador de maior conhecimento sobre o tema ou problema de pesquisa em perspectiva”.

Para responder ao objetivo proposto será utilizada uma abordagem qualitativa com aplicação de um roteiro de entrevista semi-estruturado aos gestores da revenda de máquinas agrícolas, visando identificar a ótica dos mesmos sobre as informações contábeis e suas aplicabilidades.

De acordo com Beuren et al (2004, p. 92), “na pesquisa qualitativa concebem-se análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado”.

O procedimento de pesquisa utilizado é o estudo de caso aplicado em uma revenda de máquinas agrícolas localizada no Município de Unaí/MG que permitirá a análise dos fatores determinantes da gestão da informação contábil sob a ótica dos gestores da revenda.

A aplicação do estudo de caso na Revenda de Máquinas Agrícolas possibilitará a verificação *in loco* dos fenômenos a serem pesquisados, ou seja, os fatores determinantes da gestão da informação contábil utilizados para gestão da empresa, na ótica dos gestores da revenda.

A Revenda de Máquinas Agrícolas foco, como unidade de análise da pesquisa, está localizada no Município de Unaí/MG, noroeste de Minas Gerais. Foi observada a ótica dos gestores referida instituição sobre as práticas da gestão da informação contábil adotadas para gestão da empresa. Na referida revenda, a unidade de observação do presente estudo, foi composta por 2 gestores que atuam diretamente na gestão da revenda.

O instrumento de coleta de dados está dividido em dez perguntas para possibilitar uma melhor análise dos resultados da pesquisa, acerca dos principais aspectos da informação contábil aplicado na revenda de máquinas agrícolas.

Conforme Mattar (2008, p. 7) “o método da entrevista é caracterizado pela existência de uma pessoa (entrevistador) que fará a pergunta e anotará as respostas do pesquisado (entrevistado)”.

Para o presente estudo, as entrevistas pessoais e individuais foram marcadas previamente com cada gestor, e foram realizadas na própria revenda de máquinas agrícolas, conforme disponibilidade de tempo do gestor. As entrevistas foram gravadas por mecanismo de áudio e vídeo para posterior transcrição dos dados para análise. O questionário foi aplicado ao gerente operacional, ao gerente administrativo, totalizando 02 (dois) gerentes entrevistados. Para manter o sigilo estes foram classificados de Gerente 1 e Gerente 2.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conduzido pelo referencial teórico, buscou-se uma análise e interpretação das respostas dos entrevistados para exposição da questão norteadora e consolidação dos objetivos geral e específicos.

As análises e interpretações realizadas buscaram descrever as práticas da gestão da informação adotadas pela revenda de máquinas agrícolas para a gestão da empresa sob a ótica dos gestores, respondendo à questão norteadora identificada no capítulo introdutório, sendo: “Quais os benefícios da gestão da informação contábil gerada na contabilidade interna para auxílio no processo decisório”?

A entrevista foi realizada com dois gestores da Unapel Veículos e Peças LTDA., descrita posteriormente como Unapel, sendo que, um gestor do gênero masculino e outra gestora do gênero feminino, conforme observado na Tabela 01.

Tabela 01: Gênero

ITEM	VARIÁVE	FREQUÊNCIA
Gênero	Masculino	01
	Feminino	01

Fonte: Dados da pesquisa, 2015

Ao analisar o perfil dos gestores quanto a faixa etária, observa-se os níveis de experiência profissional e de atuação enquanto gestor. Identifica-se na Tabela 02 que um dos gestores possui a faixa etária entre 26 a 35 anos e o outro está classificado entre 36 a 50 anos.

Tabela 02: Faixa etária

ITEM	VARIÁVE	FREQUÊNCIA
Faixa etária	26 a 35 anos	01

36 a 50 anos	01
--------------	----

Fonte: Dados da pesquisa, 2015

Os gestores estão classificados na mesma escala ao que se refere ao grau de escolaridade, ambos já concluíram uma especialização, conforme observado na Tabela 3.

Tabela 03: Grau de Escolaridade

ITEM	VARIÁVE	FREQUÊNCIA
Escolaridade	Pós Graduação	02

Fonte: Dados da pesquisa, 2015

O tempo de atuação como gestor da Unapel também se iguala, os dois gestores possuem acima de 10 anos de gestão da empresa.

Tabela 04: Tempo de atuação como gestor da Unapel

ITEM	VARIÁVE	FREQUÊNCIA
Tempo de atuação como gestor	De 6 a 10 anos	02
	Acima de 10 anos	

Fonte: Dados da pesquisa, 2015

Os gestores apresentam formações diversificadas, sendo que ambos gestores graduados em Administração, porém o gestor 02 possui uma segunda graduação em Direito.

Tabela 05: Formação

ITEM	VARIÁVE	FREQUÊNCIA
Formação	Administração	02
	Outros: Direito	01

Fonte: Dados da pesquisa, 2015

Primeiramente foi questionado aos gestores Qual o grau de importância atribuído às informações oriundas da contabilidade e como são utilizadas no processo decisório. Com base neste questionamento os gestores se pronunciam:

Gestor 1: As informações contábeis são de grande importância, uma vez que subtraído o conteúdo específico no qual se almeja, se faz útil para embasamento em diversas tomadas de decisões, devido a veracidade dos dados. Na Unapel hoje, estas informações agregam de maneira significativa na gestão cotidiana e auxilia em diversos fatores em tomadas de decisões.

Gestor 2: As informações contábeis são muito importantes para o processo decisório. Utilizamos estas informações para nortear as ações e correções dos vários setores da empresa. Fazemos uso da DRE e também da análise do Balanço Patrimonial, através de indicadores econômico-financeiros.

O gestor 01 menciona que as informações oriundas da contabilidade são utilizadas diariamente na empresa e que contribuem para as tomadas de decisões. Padoveze (1999) descreve que, o uso das informações contábeis pelo setor administrativo corroboram para o planejamento, avaliação e controle dentro da organização e para certificar o uso e a responsabilidade sobre seus recursos.

Os gestores relatam e concordam com a importância das informações extraídas da contabilidade, expressando a utilização destas ferramentas na administração da empresa. Atkinson et al (2000) relata que os dados contábeis são fontes informacionais primárias para a tomada de decisão e controle nas empresas.

Posteriormente foi argumentado quanto a influência da qualificação do profissional de contabilidade no fornecimento das informações contábeis. Os gestores expressam sua opinião sobre a influência e qualificação do profissional contábil:

Gestor 1: Hoje a formação profissional não é apenas um pré-requisito, hoje se faz necessário um profissional especializado no ramo contábil, pois é através dele que poderá ser extraído as informações necessárias para gerir um negócio.

Gestor 2: O contador deve ser uma pessoa formada em ciências contábeis, e com capacidade para organizar e analisar os dados da empresa. Na Unapel, hoje contamos com um consultor terceirizado que nos auxilia na análise das informações contábeis.

Ambos os gestores ressaltam que é de grande relevância a qualificação do profissional contábil para contribuir na qualidade das informações, o gestor 02 ainda resalta que ocorre na entidade a colaboração de um profissional terceirizado que auxilia a contabilidade e os gestores nas análises e extração dos dados oriunda da informação contábil. Com a finalidade de contribuir para o alcance da eficiência dos negócios, necessitava também do auxílio da Contabilidade Gerencial na rotineira elaboração de instrumentos que assegurem o cumprimento de sua missão informativa. (SOUZA; LISBOA; ROCHA, 2003).

É possível observar que os gestores preocupam com a qualificação do profissional contábil, pois essa terceirização de um especialista tende a agregar mais benefícios ao processo de gestão através da utilização das informações contábeis.

Os gestores foram questionados sobre qual a relevância das informações demonstradas nos relatórios sobre fluxo de caixa para gestão da empresa. Ambos salientam a utilização desta ferramenta:

Gestor 1: As informações extraídas através do relatório de fluxo de caixa, contribuíram para uma implantação de ferramentas que auxiliam e organizam a gestão de compras da Unapel, através de números mensurados nos relatórios tomam-se decisões de compras, visando sempre manter um bom fluxo de caixa, contribuindo assim para a gestão da empresa.

Gestor 2: O fluxo de caixa demonstra a capacidade de pagamento da empresa, o que contribui para uma programação e previsão de pagamento, auxilia também o setor de compras, pois tal setor depende de capacidade de pagamento para poder realizar suas atividades.

O Gestor 01 mensura a importância dessa ferramenta e agrega um programa que é utilizado pela empresa que tem como base a ferramenta de fluxo de caixa, contribuindo assim na organização da empresa. Gestor 02 resalta a utilização da ferramenta na empresa, e ainda depõe que o uso agrega não só nos pagamentos de seus dividendos mas também na programação do setor de compras, visando assim um ápice na administração financeira da entidade.

Quintana (2004) resalta que o fluxo de caixa como uma ferramenta indispensável pela empresa, constitui um dos elementos básicos ao profissional administrador para avaliar as necessidades e possibilidades da empresa nas questões decisórias que norteiam a rotina da instituição.

Questionados sobre a concessão das informações sobre orçamento empresarial e como são utilizadas no processo decisório, os gestores relatam a utilização da ferramenta na gestão da empresa:

Gestor 1: Sim, através destas informações concedidas pelo orçamento empresarial, é realizado um trabalho que se refere ao planejamento da empresa, são levantados dados numéricos através do histórico de lançamentos referente a períodos anteriores que servem como base para um planejamento futuro.

Gestor 2: O orçamento anual, representa uma previsão de receitas e despesas, hoje fazemos um acompanhamento mensal das previsões e confrontamos com o realizado. Diante de grandes desafios, analisamos e fazemos as correções necessárias.

SÁ (2005) corrobora dizendo que o Orçamento Empresarial é a expressão formal e quantitativa dos planos estratégicos da empresa para um tempo específico.

Os gestores destacam o quanto o orçamento empresarial contribui para o aprimoramento da gestão da empresa, o gestor 02 ainda destaca que após a elaboração dos dados contidos no orçamento empresarial é realizado um trabalho de acompanhamento, para medir se os resultados estão dentro do previsto no orçamento.

Com foco na gestão de custos da revenda de máquina agrícola foi questionado aos gestores qual o grau de importância da gestão de custos para um processo decisório na administração da entidade. Os gestores colaboram dizendo que:

Gestor 1: A gestão de custos é uma ferramenta aliada na progressão da entidade, pois através dela pode-se mensurar os custos gerais que a empresa obtém, com isto pode ser tomadas decisões como reduções ou até investimentos em determinadas áreas.

Gestor 2: A gestão de custo também é importante, principalmente em tempos de redução de vendas, pois através dos custos se pode programar ações para melhorias e alavancar as vendas. A gestão de custos se faz necessário como a base da empresa, pois sempre se faz necessário saber o que gasta para programação de uma venda.

Siviero (2009) ressalta que a gestão de custos é também um importante mecanismo para tomada de decisões nas empresas, sendo que uma eficiente gestão de custos possibilita uma melhor visualização dos gastos, identificados as atividades envolvidas na prestação do serviço, exercendo uma ação eficaz de controle de custos.

O gestor 02 salienta a importância da utilização da ferramenta, e ressalta que sua aplicabilidade é de grande relevância quanto a entidade passa por determinadas épocas de mercado. Com o relato dos gestores é visível que ocorre a utilização da gestão de custos na revenda de máquinas agrícolas, e que esta ferramenta contribui para a gestão da empresa, e se torna primordial quando o mercado está em baixa, pois através da ferramenta tende-se a obter um controle maior quanto a administração dos custos.

Quanto ao Planejamento Tributário foi questionado aos gestores se tem uma representatividade significativa na gestão da empresa. O gestor 01 expõe sua opinião sobre a prática da gestão do planejamento tributário:

Sim, é um aliado, pois hoje com gestão governamental de nosso país é incidente uma grande carga tributária, se este segmento não for bem administrado pode ser um grande gargalo da empresa, os tributos são um custo muito grande, e incide em todas as atividades e produtos comercializados pela empresa.

O gestor 02 responde o questionamento mantendo a mesma linha de raciocínio do gestor 01 e ainda condizendo com a citação de Silva (2010):

O planejamento tributário em um país como o Brasil que possui uma das maiores cargas tributárias influencia muito as tomadas de decisões da empresa, uma vez que se gera um custo muito alto, requer todo um planejamento econômico-financeiro.

E perceptível que os gestores da Unapel se empenham para o aprimoramento do planejamento tributário. É válido ressaltar que ambos os gestores expõem suas necessidades devido à grande carga tributária de nosso país, devido a este fato se obriga um bom controle e gestão de seus tributos para uma projeção do negócio.

Questionado os gestores quanto aos termos de gerenciamento da Empresa, qual a área que a informação contábil tem mais utilidade para tomada de decisões. Obteve-se as seguintes respostas dos gestores:

Gestor 1: A gestão de custos é uma ferramenta primordial, pois através dela se tem uma base do que pode ser realizado ou desenvolvido, por este motivo acredito que a gestão de custos seja a ferramenta de maior relevância.

Gestor2: Hoje na Unapel, trabalhamos intensivamente com a DRE, a contabilidade tem a responsabilidade de consolidar os dados e apresentar os demonstrativos, para tomadas de decisões nas áreas operacionais (máquinas, peças e serviços).

O gestor 01 destaca a gestão de custos como a ferramenta de caráter “primordial” devido ao seu objetivo final de lucratividade, a gestão de custo proporciona um controle sobre todo o custeio dos processos envolvidos nas atividades operacionais e não operacionais da empresa.

Silva (2010) afirma que, para que a informação contábil seja utilizada no processo de administração é preciso que as informações fornecidas sejam desejáveis e úteis para os administradores e responsáveis pela empresa, só assim, a informação contábil se torna de fato uma ferramenta necessária às instituições.

O gestor 02 identifica que a Demonstração do Resultado do Exercício - DRE é a consolidação dos dados como o mais utilizado das ferramentas de informações contábeis. Com isso, pode-se analisar que a particularidade de cada gestor influencia na resposta, pois é notório que os gestores exercem atividades que determinados relatórios contribuem com mais relevância, por este motivo, não há semelhança ao que se refere à opinião sobre o tipo de informação contábil mais utilizada.

A seguir foi questionado aos gestores se informações recebidas da Contabilidade são importantes na hora de uma decisão que envolva questões econômico-financeiras. As respostas obtidas pelos gestores foram:

Gestor 1: Sim, a questão econômico-financeira é a base do negócio, pois o objetivo final da gestão não é ser lucrativa? E para obter lucro é necessário planejar e executar ações que contribuam com a gestão da empresa, na Unapel recebemos informações contábeis que auxiliam diariamente nas tomadas de decisões econômicas-financeiras.

Gestor 2: Através de outras análises de instrumentos contábeis, como Balanço Patrimonial podemos analisar indicadores econômico-financeiros que influenciam estrategicamente as decisões da empresa.

O gestor 01 expressa positivamente sobre a importância das informações econômico-financeiras, e ressalta a lucratividade da empresa que trabalha com um sistema de gestão que possibilita o planejamento e execução através das informações contábeis. O gestor 02 também concorda com a influência exercida da informação contábil e a gestão da informação.

Santos e Oliveira (2010) colaboram dizendo que, a análise econômico-financeira é também conhecida como análise das demonstrações contábeis ou análises de balanços, é considerada tão antiga quanto a própria contabilidade.

Voltado a questão organizacional da Unapel foi argumentado aos gestores da empresas e a entidade dispõe de um sistema integrado de informação gerencial que proporcione o processamento dos dados resultantes de todas as suas atividades. Os gestores colaboram dizendo que:

Gestor 1: A Unapel possui um sistema eficaz que nos possibilita a visualização instantânea dos dados processados diariamente que contribuem muito na gestão cotidiana da empresa, estas informações são extraídas através de relatórios eletrônicos que visam um bom entendimento ao leitor, possibilitando uma análise mais detalhada da informação.

Gestor 2: A Unapel possui um sistema que faz a integração de todos os setores da empresa e contribui para a rapidez do acesso às informações, possibilitando a

extração de relatórios instantâneos dos setores da empresa, o que contribui para uma boa gestão.

Com os relatos dos gestores se comprova a utilização do sistema que atende a necessidade da empresa, o que contribui para a utilização dos relatórios extraídos através das informações contábeis, agregando assim uma veracidade dos fatos e uma agilidade nas demonstrações.

Por último questionou-se os gestores se a não disseminação das informações contábeis é um fator dependente da utilização dos recursos de informática. Os gestores relatam sobre a evolução da era digital e como este fator se obriga a acompanhar esta evolução:

Gestor 1: Hoje todas as informações contábeis estão sendo mensuradas e armazenadas digitalmente, pois a evolução neste segmento contábil é contínuo e nos obriga através do fisco atender e evoluir juntamente à ele, o que contribui para a rapidez de acesso às informações, em pouco tempo é possível tirar relatórios extremamente analíticos de diversos setores.

Gestor 2: Sim. A não utilização dos recursos da informática limita e muito a disseminação das informações contábeis quanto a disponibilidade destas dentro de 15 dias após o fechamento do mês.

Pode-se concluir que ambos os gestores concordam que a informática pode ser um agravante em relação a disseminação das informações contábeis, pois estes relatórios tentem a obedecer prazos, caso a tempestividade não for observada, não se justifica sua existência, e com a evolução da informática conforme ressaltado pelo gestor 01, todos os dados que alimentam o sistema da gestão contábil se encontram hoje digitalmente armazenados, sendo assim, a disseminação destes dados estão correlacionados diretamente aos recursos de informática.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da pesquisa realizada pode-se concluir que, a utilização das informações contábeis não são apenas teorias que se estudam em sala de aula. Foi possível comprovar que empresas de médio e grande porte também se utilizam destes benefícios de gestão. As informações contábeis contemplam diversos segmentos e são necessárias no mercado competitivo.

Conclui-se que, a revenda de máquinas agrícolas pesquisada “Unapel” hoje se desfruta dos benefícios que a gestão agrega à administração, devido à capacitação do setor contábil e de seus gestores que conseguem disseminar os dados apresentados pelos relatórios oriundos da gestão da informação contábil, e aplicam na gestão da empresa, contribuindo assim para tomadas de decisões.

O objetivo geral do trabalho: **analisar os benefícios da gestão da informação contábil gerada na contabilidade interna da empresa para auxílio no processo decisório**, Pode-se salientar que os benefícios gerados pela contabilidade interna em relação ao processo decisório na Unapel são de grande relevância, uma vez que fica evidenciado a utilização constante das ferramentas que englobam a gestão da informação contábil.

Atendendo ao primeiro objetivo específico: **levantar informações sobre a gestão da informação contábil e suas aplicações**, os gestores demonstram conhecer todos os instrumentos contábeis como: fluxo de caixa, orçamento empresarial, gestão de custos, planejamento tributário e análise econômico-financeira, sendo utilizadas a todo momento para embasar e dar condições aos gestores tomarem suas decisões.

Em observância ao segundo objetivo específico: **verificar a ótica dos gestores quanto à utilização das informações contábeis para tomada de decisões**, pode-se concluir que as ferramentas oriundas da informação contábil são de conhecimento da Unapel, e utilizam-nas cotidianamente.

Respondendo ao terceiro objetivo específico: **descrever os benefícios da utilização da informação gerada pela contabilidade interna da empresa**, observa-se a importância da contabilidade interna quanto a prontidão e alimentação dos sistemas que fornecem os dados necessários, influenciando em tempo real o processo decisório.

Concluindo a questão problema deste estudo foi respondida. Os benefícios da informação contábil são inúmeros, é significativa na gestão da empresa, deixando a tomada de decisão mais clara e objetiva, tais instrumentos contábeis: fluxo de caixa, orçamento empresarial, gestão de custos, planejamento tributário e análise econômico-financeira, permitem a comparabilidade dos resultados da empresa e conseguem descrever as tendências futuras do empreendimento.

Sugere-se às pesquisas futuras analisar o impacto das decisões contábeis no âmbito econômico-financeiro da empresa.

REFERÊNCIAS

ATKINSON, Anthony et al. **Contabilidade gerencial**. São Paulo: Atlas, 2000.

BIRRER, Ana Giovaneta Bolson et al. **Utilização da contabilidade gerencial na tomada de decisões**. Curso de Administração do Centro Universitário Franciscano. 2012 (UNIFRA), Santa Maria, RS. 2012.

BEUREN, Ilse Maria et. al. **Como elaborar trabalho monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

BLEIL, Claudécir. **Gestão de custos em uma empresa de serviços contábeis: um estudo de caso**. UNISC. 2011. Disponível em:
<http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/tc07_3320651932361.pdf>

BUESA, Natasha Young. A evolução histórica da contabilidade como ramo do conhecimento. **Revista Eletrônica Gestão e Negócios** – Volume 1 – nº 1 – 2010.

CABRELLI, Fantini Lígia; FERREIRA, Ademilson. Contabilidade Gerencial como ferramenta no processo de tomada de decisão. **Revista Científica Eletrônica de Ciências Contábeis**. Ano V – Número 09 – Maio de 2007.

CARVALHO, Karine Lima de; SARAIVA JUNIOR, Abraão Freires; Frezatti, Fábio e COSTA, Reinaldo Pacheco da. A contribuição das teorias do ciclo de vida organizacional para a Pesquisa em contabilidade gerencial. RAM, **Rev. Adm. Mackenzie (Online)**. vol.11, n.4. 2010.

DOMINGUES, Filipa Raquel Faria Oliveira. **Análise de riscos econômico financeiros em empresas Portuguesas em Falência Técnica - Estudo Exploratório**. Dissertação – (Mestrado em Contabilidade e Controladoria de Gestão) – Universidade de Porto. 82 p. 2014.

FRAGA, Jailton Costa da; ROMÃO, Joseneide Araujo Neves. A contabilidade gerencial como ferramenta no processo de tomada de decisão nas microempresas. **Revista Eletrônica**

da **Faculdade José Augusto Vieira**. 2013. Disponível em:
<fjav.com.br/revista/Downloads/EdicaoEspecialPosControladoria/Artigo75_88.pdf> Acesso em 10 set. 2015.

FREZATTI, Fábio; AGUIAR, Andson Braga de; GUERREIRO, Reinaldo. Diferenciações entre a contabilidade financeira e a contabilidade gerencial: uma pesquisa empírica a partir de pesquisadores de vários países. **Rev. contab. finanç.** vol.18, n.44 pp. 9-22. 2007.

HORNGREN, Charles T.; SUNDEN, Gary L.; STRATTON, William O. **Contabilidade gerencial**.12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu e CARVALHO, L. Nelson. Contabilidade: aspectos relevantes da epopéia de sua evolução **Rev. Contab. financ.** vol.16, n.38. 2005.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 07. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Introdução à teoria da contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KAMMER, Ana Cristina. **Fluxo de caixa como instrumento de gerenciamento em uma imobiliária de Forquilha-SC – um estudo de caso**. Dissertação – (Bacharel em Secretariado Executivo) - Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. 53p. Criciúma, 2010.

LEITE et. al., Rita Mara; Orçamento Empresarial: Levantamento da Produção Científica no Período de 1995 a 2006. **Rev. Contab. financ.** vol.19, n.47. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772008000200006&lng=en&nrm=iso Acesso em 10 set. 2015.

MATOS, José Claudio. **Importância da contabilidade gerencial na tomada de decisões: um estudo de caso realizado em uma indústria de construção civil localizada na cidade de Criciúma/SC**. Monografia – (Curso de Ciências Contábeis) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC. 68 p. CRICIÚMA, 2010.

MOREIRA, Rafael de Lacerda et al. A importância da informação contábil no processo de tomada de decisão nas micro e pequenas empresas. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, UFSC, Florianópolis, v.10, n.19, p.119-140, jan./abr., 2013.

OLIVEIRA, RENATA MENDES DE; VOESE, SIMONE BERNARDES. **Contabilidade gerencial e teoria institucional: um estudo bibliométrico em periódicos internacionais**. In: **XIV Congresso USP de Controladoria e Contabilidade**. São Paulo, 2014.

PADOVEZE, Clóvis Luiz. **O papel da contabilidade gerencial no processo empresarial de criação de valor**. Cad. estud. n.21. 1999.

PELEIAS, Ivam Ricardo; BACCI, João. Pequena cronologia do desenvolvimento contábil no Brasil: Os primeiros pensadores, a padronização contábil e os congressos brasileiros de contabilidade. **Revista Administração– FECAP** - Volume 5 Nº 3, p 39-54 jul/ago/set 2004.

QUINTANA, Alexandre Costa. **Análise da utilização da demonstração do fluxo de caixa como um instrumento de gestão financeira nas sociedades anônimas de capital aberto do Estado do Rio Grande Sul.** Dissertação – (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Santa Catarina. 102 f. Florianópolis, 2004.

REIS, Aline de Jesus; SILVA, Selma Leal da. **A história da Contabilidade no Brasil.** Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG, 2007. Disponível em: <http://tupi.fisica.ufmg.br/michel/docs/Artigos_e_textos/Ciencias_Contabeis/historia%20da%20contabilidade%20no%20Brasil.pdf> Acesso em 10 set. 2015.

RODRIGUES, Ana Carolina Venâncio. **Contabilidade na era digital.** Monografia – (Técnico em Contabilidade.) - Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. Palmital, 2011.

SÁ, Carlos Alexandre, MORAES, José Rabelo. **Orçamento estratégico: uma visão empresarial.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.

SANTOS, Carlos Werner dos. **Existe de fato uma contabilidade gerencial?** Contab. Vista & Rev. Belo Horizonte, v.13, n. 2, p. 9-24, abr. 2002.

SANTOS, Dhiego dos; OLIVEIRA, Mariélen Laura Alves de. **Análise econômico-financeira: Amigão lins Supermercados Ltda.** Dissertação – (Graduação em Ciências Contábeis) - Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UNISALESIANO, 95p. Lins-SP, 2010.

SILVA, Clésio de Castro e. **A importância da contabilidade gerencial para o processo de tomada de decisão.** Dissertação – (Ciências Contábeis) - Centro Universitário de Brasília (UniCEUB). 31p. Brasília/DF, 2008.

SILVA, Vandenir Albuquerque. **Contabilidade gerencial estratégica: um estudo da percepção dos discentes em contabilidade sobre a importância da gestão estratégica e da teoria dos jogos, como suporte à tomada de decisões.** Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Faculdade de Ciências Contábeis, Universidade Federal da Bahia. 189f. Salvador, 2010.

SIVIERO, André Luiz Palú. **A importância da gestão de custos como instrumento de competitividade em instituições de ensino superior: um estudo de caso no Centro Universitário Eurípides de Marília – Univem.** **Revista Univem.** Marília, SP. 2009.

SOUZA, Marcos Antonio de; LISBOA, Lázaro Plácido e ROCHA, Welington. **Práticas de Contabilidade gerencial adotadas POR Subsidiárias Brasileiras de Empresas Multinacionais.** **Rev. Contab. financ.** vol.14, n.32. 2003.

SZUSTER, Natan; SZUSTER, Fortunée Rechtman e SZUSTER, Flávia Rechtman. **Contabilidade: atuais desafios e alternativa para seu melhor desempenho.** **Rev. contab. financ.** vol.16, n.38.2005.

A FORMAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA PARA A PRÁTICA DA DOCÊNCIA EM ENFERMAGEM

Ana Paula Pereira

Especialista em Docência do Ensino Superior pela FINOM, Enfermeira da Prefeitura Municipal de Unai

Nathália Martins de Oliveira

Professora do curso de Enfermagem da FACTU, Especialista em Saúde da Pública e da Família, mestranda em Psicologia pela UCB

RESUMO

Este artigo tem como objetivo geral conhecer a importância da formação didático-pedagógica para o desenvolvimento das ações de docência do enfermeiro. Os objetivos específicos buscaram definir o conceito e finalidades da formação didático-pedagógica, analisar artigos científicos que investiguem esta problemática, destacando as principais dificuldades da docência na enfermagem e relacionar os aspectos didático-pedagógicos necessários para o exercício do ensino realizado pelos enfermeiros. É uma pesquisa bibliográfica, que utilizou-se de recursos eletrônicos de busca, observando a qualidade e a origem dos materiais selecionados, priorizando os artigos publicados em revistas especializadas em enfermagem e educação. Os resultados revelaram que realmente há uma deficiência no processo de formação didático-pedagógica do enfermeiro para a docência, exigindo uma readaptação curricular para contemplar uma formação mais ampla no sentido de desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes que lhe credencie para a docência.

Palavras-chave: Formação didático-pedagógica. Docência. Enfermagem.

1 INTRODUÇÃO

Pensar a educação como foco da atualidade é pensar em desenvolver propostas pedagógicas que se direcionam às necessidades contemporâneas, as quais estão ligadas principalmente a questões de autonomia, cidadania e visão da realidade social, que por sua vez traz valores que são imprescindíveis à inclusão e reconhecimento do sujeito no dinâmico espaço da globalização e velocidade de atributos adquiridos na sociedade da informação e do conhecimento.

A educação é o instrumento por excelência que permite as transformações em todos os níveis de uma sociedade, seja ele cultural, econômico ou social. Entretanto, o processo ensino-aprendizagem é complexo e exige métodos e técnicas que inserem aqueles que ensinam numa condição muito particular de agente de transformação. Entretanto, para que o professor possa transformar ele precisa primeiramente se formar e adquirir os conhecimentos necessários capazes de lhe habilitar na carreira docente.

Conforme Joaquim, Villas Boas e Carrieri (2013, p. 353), na atualidade observa-se o crescimento de vários cursos de graduação, tornando cada vez mais notório a necessidade de repensar na formação destes profissionais para o exercício da docência, principalmente em áreas mais direcionadas como a administração, engenharia e enfermagem.

Segundo Barbosa, Soares e Coelho (2010) é preciso compreender que o professor universitário deve não apenas ter o conhecimento das disciplinas exatas da sua área de atuação, mas é necessário também entender e saber utilizar técnicas didáticas e pedagógicas, as quais são instrumentos essenciais para o pleno exercício da docência.

Neste contexto tem-se que o profissional enfermeiro que atua como docente, não pode apenas ter conhecimento sobre a área da saúde, é imprescindível para o desenvolvimento das

suas ações o saber pedagógico e didático, o qual funciona como um instrumento/mecanismo para o desenvolvimento das ações voltadas à docência.

É necessário destacar que o professor tem uma função intelectual na sociedade, no sentido de tentar mudar as ordens de representação, as formas e regulamentações morais e as versões do passado, a partir de um papel social transformativo, para tanto deve conhecer as técnicas que estimulam e desenvolvem o processo de ensino e aprendizagem.

Para Brasil, Alencar e Mucci (1996) outro problema que envolve a docência realizada pelo enfermeiro corresponde à necessidade que o mesmo tem de correlacionar a docência com a prática assistencial, acabando assim por não dedicar-se plenamente à docência e, pensando na ausência de capacitação pedagógica, implica em vários prejuízos na formação dos futuros profissionais.

Assim, é preciso entender que exercer a docência no nível superior na área da enfermagem não se resume apenas no repasse de conteúdos, é preciso utilizar técnicas pedagógicas, envolver-se no processo e buscar interagir e integrar o aluno neste novo olhar de formação didático-pedagógica e para a cidadania.

Considerando os relatos de Brasil, Alencar e Mucci (1996), no tocante às disposições legais que regulamentam o ensino de enfermagem, fica evidente que no seu processo de formação a atividade docente não foi privilegiada uma vez que na grade curricular do curso não existem disciplinas específicas capazes de subsidiar a atividade docente desse profissional.

Assim, o enfermeiro como docente executa suas ações pedagógicas, porém sem conhecimento sobre tal área, tendo em vista sua formação pender para o campo das ciências exatas, inserida em disciplinas e conhecimentos que ligam-se ao desenvolvimento de habilidades e atitudes voltadas quase que exclusivamente ao exercício da assistência e deixando lacunas sobre a formação do ser enfermeiro docente.

Deve-se ressaltar que a inquietação pela temática deu-se pela própria formação em enfermagem, na qual se observa na grade curricular a ausência de disciplinas que abordem a prática didático-pedagógica, ou seja, ensinamentos que auxiliam o profissional a desenvolver sua ação de educador com coerência e efetividade.

Nesse sentido, a presente pesquisa justifica-se com base na necessidade do enfermeiro, ao longo de sua formação, atuar no papel de educador, seja na educação formal, e, nestes casos, nos cursos técnicos ou superiores da área da saúde, ou mesmo nas ações realizadas no ínterim dos seus processos de trabalho.

Esta realidade veio de encontro com a necessidade de colocar o assunto em pauta e demonstrar que a enfermagem é formada por profissionais ligados diretamente ao processo de educação e, neste sentido, devem ser orientados e instruídos sobre as técnicas didático-pedagógicas.

Para tanto, estabeleceu-se como questão de pesquisa a ser investigada: “Qual a importância da formação didático-pedagógica no processo de ensino e aprendizagem desenvolvido pelo profissional enfermeiro?”

Quanto aos pressupostos do estudo podem ser associados às dificuldades do enfermeiro elaborar e repassar conteúdos mediante a ausência de fundamentos didático-pedagógicos para o exercício da docência em enfermagem.

A finalidade dessa pesquisa é contribuir para divulgação do tema e proporcionar uma discussão sobre a necessidade de acesso ao conhecimento sobre recursos didáticos e pedagógicos necessários na formação do enfermeiro para o exercício da docência. Almeja-se que esta necessidade seja divulgada ao ponto de outras pesquisas também serem desenvolvidas e assim estimularem a atualização dos currículos de formação, inserindo as técnicas didático-pedagógicas como elementos inerentes na formação da enfermagem.

O objetivo geral da pesquisa busca conhecer a importância da formação didático-

pedagógica para o desenvolvimento das ações de docência do enfermeiro.

Para sua operacionalização, estabeleceu-se como objetivos específicos definir o conceito e finalidades da formação didático-pedagógica, analisar artigos científicos que investiguem esta problemática, quais são as principais dificuldades da docência na enfermagem e relacionar os aspectos didático-pedagógicos necessário para o exercício do ensino realizado pelos enfermeiros.

Com relação à metodologia utilizada para a composição da pesquisa, tem-se que a mesma possui seu embasamento no tipo de pesquisa bibliográfica, que é conceituada por Barros e Lehfeld (2004, p. 34) como:

No caso das pesquisas bibliográficas e documentais, procura-se adquirir conhecimentos sobre um objeto de pesquisa a partir da busca de informações advindas de material gráfico, sonoro e/ou informatizado. A pesquisa bibliográfica é de grande valia e eficácia ao pesquisador porque ela permite obter conhecimentos já catalogados em bibliotecas, editoras, internet, videotecas, etc. A pesquisa bibliográfica se realiza comumente em três fases: identificação, localização e reunião sistemática dos materiais ou dos fatos.

Neste contexto, a pesquisa bibliográfica pode ser fundamentada com base em vários documentos, característica importante, tendo em vista que permite analisar o assunto pesquisado em torno da realidade e descrição de vários autores em momentos e lugares diferenciados.

Rampazo (2005, p. 45) acrescenta ainda que:

A pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas (em livros, revistas, etc). Pode ser realizada independentemente, ou como parte de outros tipos de pesquisa. Qualquer espécie de pesquisa bibliográfica, em qualquer área, supõe e exige uma pesquisa bibliográfica prévia, quer para o levantamento da situação da questão, quer para fundamentação teórica, ou ainda para justificar os limites e contribuições da própria pesquisa.

Neste sentido, o estudo bibliográfico nesta pesquisa vem contribuir para o entendimento sobre a relação entre o conhecimento didático-pedagógico e a ação do enfermeiro na docência. Este conhecimento é possível ser construído tendo em vista que ao reunir vários documentos, expondo conhecimentos, práticas e resultados, que, investigados sob a ótica científica, podem ajudar no entendimento do assunto.

Para a coleta de dados em uma pesquisa bibliográfica, Amaral (2007, p. 08) referencia que:

O acesso à bibliografia pode ser feito de dois modos básicos: manualmente ou eletronicamente. O primeiro consiste em pesquisar diretamente nos livros de referência disponíveis na biblioteca (...). Entretanto, este método está praticamente em desuso com o advento da informática. O método mais prático e simples é conseguir as informações na internet através de sites.

Deste modo, a pesquisa foi elaborada com base em artigos científicos, cujo conhecimento foi expresso e relacionado nos dados descritos no decorrer da presente pesquisa bibliográfica. Para coleta utilizou-se recursos eletrônicos de busca, observando a qualidade e a origem dos materiais selecionados, priorizando os artigos publicados em revistas especializadas em enfermagem e educação, bem como em banco de dados de instituições renomadas como Scielo, CAPES, Escola de Enfermagem da USP, etc.

2 DESENVOLVIMENTO

Para que se tenha uma compreensão mais ampla da relevância da formação didático-pedagógica para a profissão docente, é necessário remeter ao ano de 1968 quando foi promulgada a Lei 5.540 que regulamentava e estabelecia as normas para a organização e funcionamento da educação de nível superior no Brasil, que em 1996 foi revogada para entrada em vigor da Lei 9.394 mais conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

A antiga Lei estabelecia em seus Artigos 24 a 26, acerca do processo de formação e especialização:

Art. 24. O Conselho Federal de Educação conceituará os cursos de pós-graduação e baixará normas gerais para sua organização, dependendo sua validade, no território nacional, de os estudos neles realizados terem os cursos respectivos, credenciados por aquele órgão.

Art. 25. Os cursos de especialização, aperfeiçoamento, extensão e outros serão ministrados de acordo com os planos traçados e aprovados pelas universidades e pelos estabelecimentos isolados.

Art. 26. O Conselho Federal de Educação fixará o currículo mínimo e a duração mínima dos cursos superiores correspondentes a profissões reguladas em lei e de outros necessários ao desenvolvimento nacional. (BRASIL, 1968).

Os referidos artigos da extinta lei buscavam estabelecer os critérios e normas relativas aos cursos de pós-graduação assim como definia o Conselho Federal de Educação como órgão regulamentador para o estabelecimento do currículo mínimo necessário aos cursos superiores.

As preocupações com a formação docente e o aprimoramento didático-pedagógico se evidenciava na Resolução CFE nº. 12/83 do extinto Conselho Federal de Educação, que segundo Fonseca (2004, p. 173-174):

[...] centrava no aspecto formativo de cursos de aperfeiçoamento e especialização para o magistério superior. Nesse sentido, havia uma exigência regulatória quanto à qualificação do corpo docente para atuar na pós-graduação. [...] Outro aspecto central da Resolução referia-se à formação didático-pedagógica e de iniciação à pesquisa. Esses requisitos indicavam uma preocupação com a qualificação dos egressos que, em tese, poderiam atuar no magistério superior. A Resolução determinava uma carga horária de 60 horas destinadas a disciplinas de formação didático-pedagógica, frequência mínima de 85% e aproveitamento em processo formal de avaliação, equivalente, no mínimo, a 70%.

Assim, àquela época já havia a preocupação com os aspectos didático-pedagógicos para uma formação docente de qualidade e que preparasse os futuros professores para atuarem nos níveis superior e de especialização.

Com as novas imposições sócio-econômica-culturais, foram exigidas profundas adaptações em todos os setores da sociedade, inclusive na educação. Com isso, em 1996 foi promulgada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que passou a regulamentar a educação brasileira, trazendo novas perspectivas para o ensino brasileiro.

No tocante à formação para a docência, diz a LDB em seu “Art. 66. A preparação para o exercício do magistério superior far-se-á em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado.” (BRASIL, 1996).

Considerando as deficiências curriculares no âmbito da formação para docência do profissional de enfermagem, atualmente os olhares voltam-se para tal questão suscitando inúmeros debates na área no sentido de se adaptar o currículo dos cursos de enfermagem para que venham contemplar a formação didático-pedagógica do enfermeiro para docência.

As necessidades de modernização curricular para o ensino da enfermagem se concretizaram com a edição da Resolução CNE/CES nº 3 de 7 de novembro de 2001 que

instituiu as novas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem. Conforme estabelecido na Resolução, os egressos do curso de enfermagem devem apresentar o seguinte perfil:

Art. 3º O Curso de Graduação em Enfermagem tem como perfil do formando egresso/profissional:

I - Enfermeiro, com formação generalista, humanista, crítica e reflexiva. Profissional qualificado para o exercício de Enfermagem, com base no rigor científico e intelectual e pautado em princípios éticos. Capaz de conhecer e intervir sobre os problemas/situações de saúde-doença mais prevalentes no perfil epidemiológico nacional, com ênfase na sua região de atuação, identificando as dimensões bio-psicossociais dos seus determinantes. Capacitado a atuar, com senso de responsabilidade social e compromisso com a cidadania, como promotor da saúde integral do ser humano; e

II - Enfermeiro com Licenciatura em Enfermagem capacitado para atuar na Educação Básica e na Educação Profissional em Enfermagem (CNE/CES, 2001).

Dessa forma, observa-se que as novas diretrizes além de estabelecerem as atribuições e competências para os profissionais de enfermagem buscam capacitá-lo para atuar tanto na educação básica quanto na educação profissional em enfermagem, ou seja, nos cursos profissionalizantes e também nos cursos de graduação.

Ainda considerando as novas diretrizes curriculares dos cursos de graduação em enfermagem, seus artigos 13 e 14 dizem o seguinte:

Art. 13. A Formação de Professores por meio de Licenciatura Plena segue Pareceres e Resoluções específicos da Câmara de Educação Superior e do Pleno do Conselho Nacional de Educação.

Art. 14. A estrutura do Curso de Graduação em Enfermagem deverá assegurar:

I - a articulação entre o ensino, pesquisa e extensão/assistência, garantindo um ensino crítico, reflexivo e criativo, que leve a construção do perfil almejado, estimulando a realização de experimentos e/ou de projetos de pesquisa; socializando o conhecimento produzido, levando em conta a evolução epistemológica dos modelos explicativos do processo saúde-doença;

II - as atividades teóricas e práticas presentes desde o início do curso, permeando toda a formação do Enfermeiro, de forma integrada e interdisciplinar;

III - a visão de educar para a cidadania e a participação plena na sociedade;

IV - os princípios de autonomia institucional, de flexibilidade, integração estudo/trabalho e pluralidade no currículo;

V - a implementação de metodologia no processo ensinar-aprender que estimule o aluno a refletir sobre a realidade social e aprenda a aprender;

[...] (CNE/CES, 2001).

Apreende-se dos referidos artigos que a formação no curso de enfermagem deve contemplar, portanto, a flexibilização do currículo, a interdisciplinaridade, os aspectos pedagógicos e didáticos necessários à prática profissional e docente, como forma de garantir a formação de novos professores com capacidades e competências para atuarem nos ambientes de trabalho e acadêmicos.

Por vários anos os cursos de enfermagem não priorizavam os aspectos didático-pedagógicos no processo de formação dos enfermeiros, sendo que na grade curricular não constavam disciplinas que pudessem preparar o enfermeiro para a docência.

A partir dessa realidade, verificou-se a necessidade de se formar o enfermeiro também com o enfoque na docência, ou seja, o currículo do curso de enfermagem deveria passar a contemplar aspectos que pudessem contribuir para a formação do enfermeiro docente.

Nesse sentido, Rodrigues (2007, p 456), diz que:

Atualmente, a prática pedagógica do enfermeiro professor vem sendo repensada em

virtude da necessidade de mudança na formação do profissional de Enfermagem conforme estabelecido pelas Diretrizes Curriculares para o Curso de Graduação em Enfermagem. Estão sendo bastante discutidas as mudanças curriculares e metodológicas. Neste contexto, o processo de redirecionamento na formação dos profissionais de enfermagem deve estar voltado para as transformações sociais. Consequentemente, as propostas pedagógicas devem dialogar com estas transformações. É esperado que a formação esteja integrada à realidade vivida pelos alunos e seja capaz de incorporar os aspectos inerentes à sociedade globalizada do século XXI.

É necessário, pois, que o enfermeiro passe por um processo de formação e capacitação contínua para a apreensão de conteúdos técnicos, teóricos e pedagógicos, os quais devem estar inseridos dentro de uma realidade econômica, políticas, social e cultural, para que as transformações no processo ensino-aprendizagem de enfermagem sejam efetivas e realmente significativas. (RODRIGUES, 2007).

Na visão de Freitas, Batista e Cunha (2008), as questões relativas à formação pedagógica para a docência sempre se constituíram em constante preocupação de professores devido às deficiências no processo de formação continuada dos mesmos, onde acredita-se que são bastantes os conhecimentos e domínio dos conteúdos específicos para o exercício da docência. Com a falta de qualificação os níveis de qualidade caem comprometendo a docência e a formação de futuros profissionais.

Ainda considerando a perspectiva de Rodrigues (2007, p. 457), tem-se que:

A reflexão acerca da formação pedagógica do docente enfermeiro é essencial devido à complexidade da prática profissional inserida na tarefa da educação. Entretanto, para muitos professores, a docência em saúde é, geralmente, considerada secundária deixando de reconhecer a existência de uma relação entre ensino, aprendizagem e assistência bem como de serem discutidas as especificidades dos cenários do processo ensino-aprendizagem e seus atores: professor, aluno, pacientes, profissionais de saúde e comunidade.

É indispensável, para a prática docente de nível superior, o conhecimento nas áreas didática e pedagógica, sendo necessário o domínio e a compreensão de conceitos relativos ao processo ensino-aprendizagem, ao professor como desenvolvedor e gestor de currículos, à compreensão e administração da relação professor-aluno e à teoria e prática das tecnologias e recursos educacionais.

Nesse sentido, Fonseca (2004, p. 177), considera que: “[...] cursos de especialização oferecidos por instituições de ensino superior que visam preparar para o exercício do magistério superior necessariamente devem incluir disciplinas pedagógicas em seu currículo, uma das quais poderá ser Didática do Ensino Superior.”

A docência de nível superior exige, inicialmente, competências e conhecimentos específicos do docente na área do saber em que pretende atuar. Também é necessário que possua conhecimentos didático-pedagógicos para que possa estabelecer e definir suas formas de atuação e colocar em ação sua experiência profissional e sua práxis acerca do processo ensino-aprendizagem. Assim, poderá promover a integração entre o desenvolvimento cognitivo, afetivo, das habilidades, das atitudes, proporcionando maiores níveis de interação, integração e interdisciplinaridade. (RODRIGUES, 2007).

Não obstante, é necessário também trazer para o debate entre alunos e professores os aspectos políticos e éticos da profissão de enfermagem, seu papel e formas de ação na sociedade, para que possam se posicionar e efetivar a sua atuação como cidadãos e profissionais. No âmbito da docência, busca-se superar os problemas causados pela precariedade da formação didático-pedagógica do enfermeiro no sentido de preparar-lhe para a docência.

Portanto, para que o enfermeiro docente possa contemplar todas as dimensões do processo ensino-aprendizagem necessárias ao exercício da docência, ao mesmo tempo devem ser disponibilizadas condições para sua capacitação, especialização, desenvolvimento didático-pedagógico e no campo da pesquisa.

A formação continuada de professores deve focar aspectos como a atualização de conhecimentos correlatos não somente às áreas de atuação profissional, mas também outras áreas do conhecimento priorizando a interdisciplinaridade. Deve, ainda, buscar o aprimoramento das técnicas pedagógicas de ensino, atendendo as necessidades de toda sociedade e dos ambientes acadêmico e institucional.

Para tanto, é necessário considerar a complexidade do ambiente acadêmico, pois, os contextos que o envolve são dinâmicos e se encontram em constante transformação exigindo uma formação continuada e o aperfeiçoamento do profissional de enfermagem para que ele esteja apto a enfrentar uma realidade moldada pela globalização.

O processo de formação docente exige a superação de uma série de desafios e obstáculos. As dificuldades somente poderão ser superadas a partir da adoção de práticas didáticas alternativas, flexibilização curricular, incorporação de novas tecnologias e mudança de paradigmas, passando de uma docência baseada no ensino para uma docência baseada na aprendizagem, mudando o centro do processo onde a prioridade passa a ser o aluno e não o professor. (PAIVA, 2007).

O novo conhecimento precisa ser útil aos alunos e fazer sentido na sua realidade. Formar pessoas competentes pressupõe partir de uma realidade problematizadora, desafiando-os a apropriar significativamente dos conhecimentos teóricos, para que possam agir com fundamento científico diante das mais diversas situações.

Para tanto, a formação continuada dos professores tem sido uma ação importante para atender as novas concepções do processo ensino-aprendizagem. Nesse sentido, Hengemühle (2004, p. 45) afirma que:

Para mudar as práticas pedagógicas onde o professor desenvolva habilidades reflexivas, temos ainda um longo caminho e um sonho a ser perseguido. No entanto, se tivermos projeto, planejamento, disciplina e persistência, tanto na formação inicial como na continuada, no interior das instituições, ou ainda, nas buscas individuais de cada docente, há esperança de alcançar as metas na educação de pessoas competentes e empreendedoras.

No âmbito da enfermagem, o enfermeiro docente deve buscar desenvolver habilidades e saberes que tenham como foco a viabilização e a qualificação da sua prática profissional e acadêmica. Isto pode ser desenvolvido pelo próprio investimento que se faz na qualificação do professor. Além disso, cabe a ele saber gerir o conhecimento e as experiências adquiridas ao longo de sua vida profissional.

Perrenoud (1999, p. 53) acerca das atividades docentes, considera que: “[...] estamos a caminho de um ofício novo, cuja meta é antes fazer aprender do que ensinar.” Dentro desse contexto observa-se que não mais é possível transmitir conhecimentos acabados uma vez que a nova realidade educativa exige o estabelecimento de vínculos entre os conteúdos e a realidade de docentes e discentes.

As novas práticas pedagógicas exigem a formação continuada do docente por meio de especializações e cursos de aperfeiçoamento profissional que proporcione aos mesmos condições para um novo olhar em relação à complexidade e os paradigmas educacionais emergentes, pois as práticas profissionais e acadêmicas em enfermagem devem acompanhar as transformações que se encontram em curso em nossa sociedade.

A docência superior é um processo extremamente complexo que é construído por meio

da experiência docente envolvendo as dimensões pessoal, profissional e institucional. Nesse sentido, os processos de aquisição, desenvolvimento e aperfeiçoamento de suas competências profissionais pode ser considerado como o resultado da interação dessas dimensões, visando um contexto específico de atuação.

Para tanto, é necessário compreender a complexidade do processo de construção do ser docente, a partir das perspectivas pessoal, profissional e institucional, e das particularidades que envolvem a sua formação e a sua transformação para e pela docência. Trabalhar a gestão de competências na educação superior é fundamental para garantir a transferência e o reinvestimento dos conhecimentos e práticas do professor, num processo contínuo de aperfeiçoamento e desenvolvimento das suas competências tanto no nível profissional quanto no pessoal. (PERRENOUD, 1999).

Conhecer e desenvolver as competências se torna condição indispensável para o desenvolvimento de novas perspectivas para a educação superior, proporcionando mais qualidade e eficiência para o processo cognitivo das classes docente e discente, contribuindo para a melhoria do desempenho profissional, o alinhamento dos objetivos e metas da instituição e dos colaboradores, a análise do desenvolvimento profissional, o enriquecimento do perfil profissional, potencializando seu desempenho, a melhoria no relacionamento interpessoal, a manutenção da motivação e do compromisso profissional e a elevação da produtividade de acordo com as competências. (VASCONCELOS, 2008).

O processo ensino/aprendizagem exige que o docente tenha controle sobre a gestão de seu conhecimento, e de suas competências e isto é algo extremamente importante para a prática educativa. Vale salientar que por sua própria natureza este não é um processo pronto e acabado, que possa ser conhecido de forma precisa diante de seus múltiplos aspectos, ensinar e aprender é concebido através do homem e de sua história cultural. (PERRENOUD, 2000).

Ainda na visão de Perrenoud (2000), o autor destaca as competências que julga prioritárias no papel do docente moderno, as quais são compatíveis com as demandas do processo ensino/aprendizagem, como: organizar e dirigir situações de aprendizagem; administrar a progressão das aprendizagens; conceber e fazer evoluir os dispositivos de diferenciação; envolver os alunos em suas aprendizagens e em seu trabalho; trabalhar em equipe; participar da administração; informar e envolver a comunidade escolar; utilizar novas tecnologias; enfrentar os deveres e dilemas éticos da profissão; e administrar sua própria formação contínua.

Um ensino superior de qualidade está pautado nas estratégias do processo ensino/aprendizagem, e tal processo está diretamente ligado à visão que o docente tem de si mesmo enquanto gestor do próprio conhecimento. Não só a visão, mas também como gerir as próprias competências. Dessa forma, trabalhando as suas competências, o enfermeiro docente que busque nos conteúdos didático-pedagógicos os conhecimentos necessários à sua prática acadêmica, estará habilitado para desempenhar os papéis de profissional da enfermagem e de enfermeiro docente.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento da presente pesquisa foi relevante para trazer à luz a questão da necessidade de uma formação didático-pedagógica do enfermeiro docente, para que este possa ampliar os seus conhecimentos acerca das concepções e das práticas docentes, buscando articular ensino, pesquisa e extensão para a construção de novas referências para a educação superior conforme preconizado pelas Diretrizes Curriculares do Curso de Graduação em Enfermagem.

A partir dessa premissa, compreende-se que para o enfermeiro se lançar nos caminhos da docência ele deve buscar a especialização na formação didática e pedagógica, que são requisitos essenciais para que ele possa desenvolver a sua prática com base no planejamento,

na organização e na implementação dos processos de ensino e aprendizagem.

O processo de formação do enfermeiro para a docência deve desenvolver-se pautado numa metodologia de construção de conhecimentos científicos a partir da pesquisa e do desenvolvimento, capaz de lhe preparar tanto para atuar no seu ambiente de trabalho quanto no ambiente acadêmico como docente.

O enfermeiro deve ter em mente que a prática docente não pode se restringir à simples transmissão ou repasse de conhecimentos. É necessário que o docente se posicione como facilitador, mediador, orientador do processo de construção do conhecimento, ou seja, deve expandir as possibilidades de interação dos discentes com o mundo que o cerca para que os conhecimentos produzidos reflitam e gerem soluções para os problemas cotidianos.

O antigo paradigma educacional fundamentava-se na fragmentação do conhecimento e insistia em dissociar a teoria da prática, a razão da emoção, o pensar do fazer, enfim, consistia num modelo baseado em regras rígidas, positivistas, que não conseguiram resistir às novas configurações da realidade atual. Nesse sentido, é indispensável que o novo paradigma educacional, onde a formação didático-pedagógica do docente é um instrumento fundamental para a superação dos modelos tradicionais de ensino, explore as possibilidades humanas, valorizando e estimulando a criatividade para a promoção do desenvolvimento contínuo dos indivíduos e da sociedade.

A formação para a docência em enfermagem deve promover um diálogo crítico com as teorias pedagógicas e exigir do enfermeiro docente uma postura reflexiva frente à sua realidade. Os conceitos pedagógicos devem ser apreendidos no processo de formação do enfermeiro docente, pois favorecem e estimulam a criatividade e a autonomia para que possa identificar e superar os problemas que se impõem no decorrer da vida acadêmica e profissional.

Por fim, a pesquisa contribuiu de forma significativa para a reflexão acerca da necessidade e relevância da formação pedagógica do enfermeiro para a prática da docência, num momento em que é necessário formar enfermeiros críticos e reflexivos para atenderem uma realidade transformada rapidamente pelos sinais da globalização. Assim, sua formação e especialização devem fundamentar-se na busca do aperfeiçoamento dos seus conhecimentos, competências e habilidades por meio da formação continuada voltada para a prática e promoção dos valores sócio-culturais de nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

AMARAL, João José Fernandes .**Como fazer uma pesquisa bibliográfica**. Disponível em: <www.eeg.uminho.pt/economia/caac/pagina%20pessoal/.../bibliografia.pdf> Acesso em 14 jun. 2014.

BARBOSA, Celma de Oliveira; SOARES, Nara Silva; COELHO, Maria do Socorro Rodrigues. **Formação pedagógica do professor de ensino superior: uma análise nas grades curriculares de mestrados das áreas de enfermagem e nutrição**. Disponível em: <<http://www4.fsnet.com.br/revista/index.php/fsa/article/view/408/192>> Acesso em 10 jun. 2014.

BARROS, Aidil de Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

BRASIL, Virginia Visconde; ALENCAR, Celi Cristiane Bezerra de; MUCCI, Ivone. **Refletindo sobre a formação e desempenho do docente de enfermagem**. Disponível em:

<<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/cogitare/article/view/8763/6078>> Acesso em 12 jun. 2014.

_____. **Resolução CNE/CES nº 3 de 7 de novembro de 2001.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Enfermagem. Disponível em: <portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES03.pdf> Acesso em 27 nov. 2014.

FONSECA, Dirce Mendes. Contribuições ao debate da pós-graduação lato sensu. **Revista Brasileira de Pós-Graduação RBPG.** R B P G, v. 1, n. 2, p. 173-182, nov. 2004. Disponível em: <<http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/47/44>> Acesso em 27 nov. 2014.

FREITAS, Maria Aparecida de Oliveira; BATISTA, Sylvia Helena Souza da Silva; CUNHA, Isabel Cristina Kowal Olm. **A disciplina de pedagogia e didática em cursos de especialização em enfermagem:** relato de experiência. 2008. Disponível em: <www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/95_191.pdf> Acesso em 28 nov. 2014.

HENGEMÜHLE, Adelar. **Gestão de ensino e práticas pedagógicas.** Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2004.

JOAQUIM, Nathália de Fátima; VILLAS BOAS, Ana Alice; CARRIERI, Alexandre de Pádua. **Estágio docente:** formação profissional, preparação para o ensino ou docência em caráter precário? Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v39n2/a05v39n2.pdf>> Acesso em 10 jun. 2014.

PAIVA, Kely César Martins. **Gestão de competências e a profissão docente:** um estudo em universidades no Estado de Minas Gerais. (Tese de Doutorado). Belo Horizonte, 2007. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/EOSA-76BJ82>> Acesso em 29 nov. 2014.

PERRENOUD, Philippe. **Construir as competências desde a escola.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

_____. **Dez novas competências para ensinar.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

RAMPAZZO, Lino. **Metodologia científica:** para alunos de graduação e pós-graduação. São Paulo: edições Loyola, 2005.

RODRIGUES, Malvina Thaís Pacheco; MENDES SOBRINHO, José Augusto de Carvalho. Enfermeiro professor: um diálogo com a formação pedagógica. **Revista Brasileira de Enfermagem.** 2007, vol.60, n.4, pp. 456-459. ISSN 0034-7167. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S0034-71672007000400019&lng=en&nrm=iso&tlng=pt> Acesso em 26 nov. 2014.

VASCONCELOS, Maria Celeste Reis Lobo. **Gestão estratégica da informação, do conhecimento e das competências no ambiente educacional.** Curitiba, PR: Juruá, 2008.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

GERAIS

O principal objetivo da Revista FACTU CIÊNCIA é promover a divulgação da produção intelectual do corpo docente e discente da Faculdade e também de profissionais externos à instituição. A revista fará as publicações de artigos originais, revisões literárias, resenhas de assuntos correlatos à diversas áreas.

CONDIÇÕES PARA A PUBLICAÇÃO

Todos os textos serão submetidos à Comissão Editorial da Revista, o material enviado deverá ser inédito e não poderá ser enviado a outras publicações.

A extensão de cada trabalho deverá seguir os seguintes critérios:

- Artigos: máximo de 15 laudas;
- Revisões literárias: máximo de 15 laudas;
- Resenhas: de 3 a 5 laudas;

O trabalho deverá ser formatado em MSWord 2007, obedecendo às seguintes recomendações: o trabalho deve ser apresentado em papel branco, formato A4 (21 cm x 29,7 cm), digitados na cor preta com exceção das ilustrações, no anverso da folha. Deve ser utilizada a fonte tamanho 12 (times new roman) para o texto e tamanho 10 para citações de mais de três linhas, notas de rodapé, paginação, legendas das ilustrações e tabelas. Títulos serão destacados em negrito e caixa alta, subtítulos devem estar em caixa alta sem negrito, o uso de itálico deve ser limitado a palavras ou expressões em outro idioma, no decorrer do texto palavras (não expressões) podem ser destacas utilizando-se negrito.

Todos os trabalhos devem ser apresentados juntamente de uma carta encaminhada ao Diretor da Revista autorizando sua publicação. O nome do arquivo deve ser o nome do autor, ex: seunome.doc.

APRESENTAÇÃO DO TRABALHO

Página de rosto: a primeira página de cada artigo deverá indicar o título, o nome completo dos autores (máximo três), maior titulação e local(s) de trabalho.

Resumo: na segunda folha deverá constar um resumo em português de, no máximo, 150 palavras. O resumo deverá especificar o objetivo, uma breve descrição da metodologia, os apontamentos principais e as conclusões.

Palavras-chave: após o resumo em português, na mesma folha, é essencial uma lista de 3 a 5 palavras em português que descreva o conteúdo do trabalho.

Abstract: na terceira folha deverá constar o resumo em inglês, com no máximo 150 palavras, seguindo as mesmas especificações do resumo em português.

Texto: os artigos originais que contiverem coleta de dados **em campo** deverão obedecer, em linhas gerais, à seguinte seqüência: **introdução; referencial teórico; metodologia; resultado e discussão dos dados; considerações finais e referências**. As revisões bibliográficas deverão obedecer a seguinte seqüência: **introdução, desenvolvimento, considerações finais e referências**.

Para resenhas é dispensado o resumo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

As referências são alinhadas somente à margem esquerda do texto, sem o uso de recuo, digitadas em espaçamento simples e separadas entre si com espaço duplo. Devendo ser apresentadas em ordem alfabética em lista no final do trabalho

Indica(m)-se o(s) autor(es) pelo último sobrenome em letras maiúsculas, seguido do(s) prenome(s) e outros sobrenomes, abreviado(s) ou não. Recomenda-se adotar um padrão quanto ao uso ou não da abreviação.

PADRÃO DE UMA REFERÊNCIA:

SOBRENOME, Prenomes do autor. **Título:** subtítulo. ed. Local: Editora, ano.

FONSECA, Maria Guadalupe Piragibe da. **Iniciação à pesquisa no direito:** pelos caminhos do conhecimento e da invenção. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CITAÇÕES

Citação é a menção no texto, de informação colhida de outra fonte, para esclarecimento do assunto em discussão ou para ilustrar ou sustentar o que se afirma. Devem ser evitadas citações referentes a assuntos já amplamente divulgados, rotineiros ou de domínio público, bem como daqueles provenientes de publicações de natureza didática, que reproduzem de forma resumida os trabalhos originais, tais como apostilas e anotações de aula.

As citações podem ser diretas ou indiretas, sejam obtidas de documentos ou de canais informais. As fontes de que foram tiradas as citações são indicadas pelo sistema alfabético ou pelo sistema numérico, no entanto, qualquer que seja o método adotado, deve ser seguido consistentemente ao longo de todo o trabalho. Existem alguns tipos de citação que explicaremos a seguir:

CITAÇÃO DIRETA

É a **transcrição literal** de um texto ou parte dele, conservando-se a grafia, pontuação, uso de letras maiúsculas e idioma. É usada somente quando um pensamento significativo for particularmente bem expresso, ou quando for absolutamente necessário e essencial transcrever

as palavras de um autor. As transcrições no texto devem aparecer entre aspas quando inferior a 3 três linhas ou destacadas graficamente se superior.

- a) **Citação de até três linhas:** a citação de até três linhas deve ser inserida no parágrafo, entre aspas, tamanho da fonte 12, não se esquecendo de mencionar Autor, ano e página, conforme modelo a seguir:

Ex.1

Segundo Paulus (1775, p. 46) O “tratamento obtido pela nobreza portuguesa na corte de Madri deveu-se à exímia intervenção de D. Francisco.”

OU

Ex. 2

O “tratamento obtido pela nobreza portuguesa na corte de Madri deveu-se à exímia intervenção de D. Francisco.” (PAULUS, 1775, p. 46).

- b) **Citação com mais de três linhas:** a citação com mais de três linhas deve aparecer em parágrafo distinto, a 4 centímetros da margem do texto terminando na margem direita. Esta **deve** ser apresentada **sem aspas**, deixando-se espaço simples entre as linhas e 2 (dois) espaços simples entre a citação e os parágrafos anterior e posterior, conforme modelo:

Ex. 1:

Um objetivo é um alvo que precisa ser atingido para a organização poder atingir suas metas. Os objetivos são, por natureza, mais específicos que a definição da missão e são, na realidade, a tradução da missão em termos específicos e concretos com os quais se possa medir os resultados. Estabelecem-se muitos objetivos-marcos de execução das missões e da busca da consecução das metas. (STONER, 1985, p. 70).

Ou

Ex. 2:

Para Stoner (1985, p. 70),

Um objetivo é um alvo que precisa ser atingido para a organização poder atingir suas metas. Os objetivos são, por natureza, mais específicos que a definição da missão e são, na realidade, a tradução da missão em termos específicos e concretos com os quais se possa medir os resultados. Estabelecem-se muitos objetivos-marcos de execução das missões e da busca da consecução das metas..

CITAÇÃO INDIRETA

Também conhecida como **paráfrase**, é redigida pelo autor do trabalho com base em idéias de outro autor ou autores. Deve-se sempre indicar a fonte de onde foi tirada a idéia. As citações indiretas podem aparecer sob a forma de paráfrase, isto é, citação livre do texto, ou

em forma de condensação que é a síntese dos dados retirados da fonte consultada, sem alterar fundamentalmente a idéia do autor, conforme exemplo a seguir.

Ex. 1

A palavra programa implica, um papel ativo, consciente e racional desempenhado por administradores na formulação da estratégia da organização e a estratégia é o programa geral para a consecução dos objetivos de uma organização (STONER, 1985).

Ou

Ex. 2

Segundo Stoner (1985), a palavra programa implica, um papel ativo, consciente e racional desempenhado por administradores na formulação da estratégia da organização e a estratégia é o programa geral para a consecução dos objetivos de uma organização.

CITAÇÃO DE CITAÇÃO

É a menção a um documento ao qual não se teve acesso, mas do qual se tomou conhecimento apenas por citação em outro trabalho. Esta forma de citação só deve ser usada na total impossibilidade de acesso ao documento original. A indicação é feita pelo sobrenome do autor original, ano da obra, seguido da expressão apud e do sobrenome do autor da obra consultada, ano da obra e página de for citação direta. Somente o autor da obra consultada é mencionado nas referências conforme exemplo a seguir:

ENVIO

Os interessados em apresentar qualquer publicação para avaliação, que sejam diretamente ligados a Faculdade, como docentes e discentes, deverão entregar diretamente ao NUPEX. Já os profissionais externos deverão enviar para os seguintes endereços: aldeia88@gmail.com ou nupeex@mail.com

